IBGE

Presidente: Edmar Lisboa Bacha

Diretor-Geral: Regis Bonelli

Diretor de População e Social: Cláudio Leopoldo Salm

Diretor de Economia:

Eduardo Augusto de Almeida Guimarães

Diretor de Agropecuária, Recursos Naturais e Geografia: Charles Curt Mueller

Diretor de Geodésia e Cartografia: Mauro Pereira de Mello

Diretor de Administração: Alexandre de Amaral Rezende

Diretor de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal: Suzana Pinheiro Machado Mueller

Diretor de Informática: Mario Aloysio Telles Ribeiro

SUMÁRIO

Artigos	
Os centros urbanos: 1950 a 1980 François E. J. de Bremaeker	279
Notas interpretativas sobre a variável "renda" nos Censos Demográficos brasileiros	305
André Cezar Medici	
Habitação popular: uma análise do processo de autoconstrução na Baixada Fluminense	349
Maria Helena Beozzo de Lima	
Maria das Graças Mangueira Este	

ISSN 0034-7175

	1			1	
R. bras. Estat.	Rio de Janeiro	v. 47	n.º 187	p. 277 a 420	jul./set. 1986
		ŀ	U	1	

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

órgão oficial do IBGE e da Sociedade Brasileira de Estatística

A Revista não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos assinados

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL ISSN 0034-7175

Pedidos de assinatura e número avulso ou atrasado para:

Diretoria de Administração - CEDIT

Av. Brasil, 15.671 — Lucas 21.241 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil Tel: (021) 391-7788

Livraria do IBGE: Av. Franklin Roosevelt, 146/loja — Centro 20.021 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil Tel: (021) 220-9147/(021) 220-8163

Revista brasileira de estatística / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística . — ano 1, n. 1(1940, jan./mar.)-

Rio de Janeiro: IBGE, 1940-

Trimestral.

órgão oficial do IBGE e da Sociedade Brasileira de Estatística. Continuação de: Revista de economia e estatística.

Indices: autor-assunto, v. 22-24(1961-1963) no v. 25, n. 1; v. 25-26 (1964-1965) no v. 27, n. 1; v. 27-28(1966-1967) no v. 29, n. 1; . Indices anuais de autor-assunto, publicados no n. 1(jan./mar.) do ano seguinte (período 1968-1977, v. 29-38).

ISSN 0034-7175 = Revista brasileira de estatística.

1. Estatística — Periódicos. I. IBGE.

IBGE. Biblioteca Central RJ-IBGE/81-41

CDU 31(05)

OS CENTROS URBANOS: 1950 A 1980*

François E. J. de Bremaeker **

SUMÁRIO

1 — Introdução

2 — A concentração

3 - As preocupações

4 — O crescimento da população

5 — A urbanização

6 — Os centros urbanos

7 — Conclusão

8 — Anexo

9 — Bibliografia

1 — INTRODUÇÃO

A preocupação de técnicos e políticos com os rumos assumidos pelo processo de urbanização do País vem aumentando nos últimos tempos.

^{*} Este artigo foi elaborado com base em documento preparado para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU): ver Bibliografia, 7.

O objetivo deste trabalho é fornecer uma base de dados individualizados e comparáveis ao longo do tempo para os 501 principais centros urbanos do País.

Isto se deve ao fato de que tem sido bastante comum por parte dos usuários de dados, sejam eles políticos ou mesmo técnicos pouco familiarizados com o trato das informações censitárias, a utilização de dados não perfeitamente comparáveis. As confusões mais usuais têm sido na não distinção entre população recenseada, residente e presente, ou mesmo em considerar como sinônimos população urbana e população da cidade. Enganos mais graves têm sido registrados no uso, para diferentes anos, das tabulações agregadas do Censo Demográfico, principalmente quando os municípios aparecem distribuídos segundo faixas de tamanho de população, o que tem levado muitos analistas a tirar conclusões através de dados que deformam completamente a realidade.

Outro ponto digno de destaque é a dúvida quanto aos critérios a adotar quando os analistas deparam com situações tais como: áreas urbanas isoladas (Censo de 1980) ou quadro suburbano (Censo de 1970).

^{**} Economista e geógrafo do Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM).

E não é para menos.

A população brasileira, que em 1950 somava 51,9 milhões de habitantes, alcançava a marca dos 121,1 milhões em 1980, crescendo 2,3 vezes no período. Nestes mesmos 30 anos a população urbana, que contava em 1950 com 18,8 milhões de habitantes, saltava em 1980 para 82,0 milhões, crescendo 4,4 vezes.

Neste relativamente curto espaço de tempo, a população brasileira, que era predominantemente rural (detinha quase duas terças partes da população), inverteu esta situação, vindo a concentrar nos seus aglomerados urbanos nada menos que 67,7% da população total.

2 — A CONCENTRAÇÃO

Mais impressionante ainda é a constatação do fato de que uma significativa parcela da população urbana (76,3%) está concentrada hoje em apenas 501 centros urbanos 1 e 2, que representam tão somente 7,4% do número de aglomerados urbanos brasileiros 3.

Ao longo do tempo, estes centros urbanos vêm intensificando sua importância relativa como concentradores de população. Em 1950 estes 501 centros urbanos detinham 13,6 milhões de habitantes, que constituíam 72,6% da população urbana brasileira e 26,3% da população total. Em 1960 continham 23,5 milhões de habitantes, que representavam 73,5% da população urbana e 33,1% da população total. Em 1970 já retinham 40,3 milhões de habitantes, que constituíam 76,2% da população urbana e 42,6% da população total. Finalmente, em 1980, estes 501 centros urbanos alcançavam a marca de 62,5 milhões de habitantes, que correspondiam a 76,3% da população urbana e a 51,6% da população brasileira 4.

Nota-se que houve uma ligeira acentuação da concentração da população nos centros urbanos que possuíam mais de 20 mil habitantes em 1980, ao longo dos últimos 30 anos, frente à população urbana

¹ Para as finalidades deste documento, define-se como centro urbano:

a) a cidade, sede municipal, com população superior a 20 mil habitantes, podendo ser adicionada à sua população aquela das vilas, sedes distritais, desde que tivessem: 1 — população superior a 20 mil habitantes; ou 2 — população inferior a 20 mil habitantes, sendo esta superior a 90% da população distrital; e

b) a cidade com população inferior a 20 mil habitantes, desde que existisse no município uma vila com população superior a 20 mil habitantes, que a ela é somada.

² Segundo os critérios adotados, os 501 centros urbanos são constituídos por 501 cidades e 97 vilas.

⁸ Existiam em 1980 um total de 8.075 aglomerados urbanos (3.991 cidades e 4.084 vilas).

⁴ Para se chegar a estes resultados foram levantadas para os anos de 1950, 1960 e 1970 a população dos 501 centros urbanos que tinham mais de 20 mil habitantes em 1980 (ver anexo). Caso não fosse adotado este método, teríamos uma falsa idéia do crescimento da população dos centros urbanos com mais de 20 mil habitantes, pois somente 103 alcançariam este limite em 1950, 181 deles chegariam a este tamanho de população em 1960; e, 312 deles o fariam em 1970.

principalmente na última década; entretanto, frente ao conjunto do País quase que dobrou a sua participação relativa, fruto do ritmo da urbanização.

3 — AS PREOCUPAÇÕES

Estamos nos defrontando nos dias de hoje com problemas criados principalmente em razão da quantidade de habitantes em nossos principais centros urbanos. É uma situação de fato da qual não podemos fugir.

Na prática pouco adianta nos lamentarmos da situação existente e ficar a culpar modelos econômicos concentradores ou relações sociais perversas, procurando justificar o esvaziamento do campo e a inchação dos centros urbanos.

O constante avanço em direção às cidades e vilas de dezenas, centenas ou milhares de pessoas que continuam sistematicamente a partir dos mais diversos pontos do Território Nacional, longe de contribuírem para o progresso do País, trazem para nossos centros urbanos enormes dificuldades, principalmente na oferta de serviços, que não conseguem acompanhar o ritmo de crescimento demográfico atendendo cada vez mais precariamente às necessidades em habitação, educação, saúde, saneamento, abastecimento, transporte e segurança, principalmente.

Não resta a menor dúvida de que é preciso descobrir uma maneira de dinamizar os centros urbanos, devendo estarmos conscientes de que soluções imediatistas são meramente paliativas. Soluções para surtir efeitos duradouros devem ser continuadas e, para tanto, cuidadosamente planejadas.

Além do mais, deve-se ter em conta que o crescimento econômico não surge espontaneamente em toda parte, nem ao mesmo tempo, e nem se manifesta com a mesma intensidade. Sua propagação é distinta de um ponto para outro, de uma região para outra e com efeitos finais variáveis.

Não são apenas as situações-problema que induzem o homem do campo a migrar. Há a expulsão em razão da adversidade do meio e das condições sociais, mas, tanto o aumento da produtividade agrícola como a substituição da lavoura pela pecuária (quando esta se apresenta mais rentável) provocam a liberação de mão-de-obra do meio rural.

É bem verdade que esta mão-de-obra se apresenta despreparada para enfrentar o mercado de trabalho tipicamente urbano, razão pela qual significativa parcela da população migrante, por não conseguir se adaptar às novas condições de vida, voltam a trabalhar no campo como volantes, morando na cidade.

Como o fluxo migratório tem-se situado a níveis muito superiores ao da abertura de oportunidades não-especializadas na economia, mantém-se baixos os salários ofertados e, conseqüentemente, ampliam-se os cinturões de pobreza em torno dos maiores centros urbanos.

Neste último período intercensitário (1970-1980), a população rural apresentou pela primeira vez uma redução no seu efetivo de quase 2,5 milhões de habitantes. Para tanto, contribuíram sobremodo as Regiões Sudeste e Sul (as mais desenvolvidas e urbanizadas) e em menor parcela a Região Centro-Oeste, que vem consolidando a sua rede urbana.

4 — O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

A evolução do crescimento populacional brasileiro desde 1950 até 1980 vem apresentando um ritmo decrescente, tanto quanto à população total como à população urbana, muito embora tenham crescido assustadoramente em volume.

4.1 — A população total

Entre os anos de 1950-60, que se caracterizou pelo mais forte crescimento demográfico dos últimos 30 anos, foi registrada a maior oscilação entre as taxas de crescimento regionais. A taxa média brasileira foi de 3,18% ao ano. Uma única Região apresentava neste período valor abaixo da média: a Nordeste, com 2,24% ao ano. Ligeiramente acima da média nacional, estão as Regiões Sudeste (3,26% ao ano) e Norte (3,5% ao ano). As Regiões Sul e Centro-Oeste são as que apresentaram os mais elevados índices de crescimento demográfico, com taxas realmente espantosas de 4,26 e 5,64% ao ano. Estas cifras representam, para o período de dez anos, crescimentos populacionais da ordem de 51,7 e 73,1%, respectivamente.

Muito embora estas duas últimas Regiões tenham apresentado um crescimento bastante acentuado, a taxa média brasileira permanece mais próxima das taxas das Regiões Sudeste e Nordeste, porque elas detinham, na época, nada menos que três quartas partes da população brasileira, enquanto que as Regiões Sul e Centro-Oeste concentravam apenas uma quinta parte deste contingente.

Para o segundo período, que vai de 1960 a 1970, não só é apresentada uma redução da taxa global de crescimento, como também, da oscilação das taxas regionais, muito embora esta oscilação seja superior em dois décimos à taxa média brasileira. A Região Nordeste é de novo a que apresenta a taxa geométrica de crescimento mais baixo: 2,48% ao ano. Bem próxima da sua marca está a Região Sudeste com 2,64% ao ano, caracterizando-se ambas por um crescimento relativo inferior ao do País como um todo, que era de 2,9% ao ano.

Milhões de habitantes

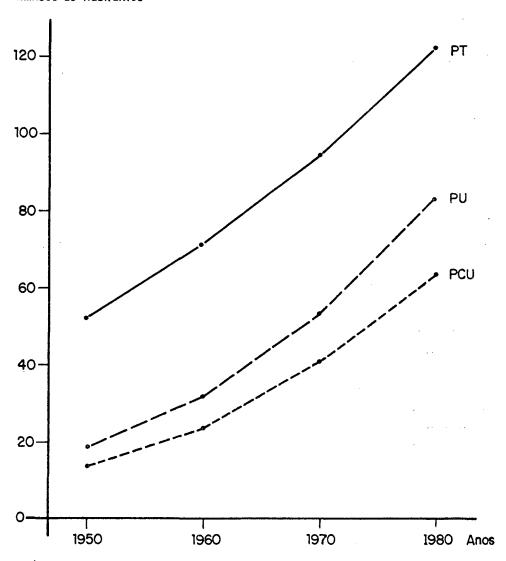


GRÁFICO 1 - População Total (PT), População Urbana (PU) e População dos Centros Urbanos (PCU), nos anos dos Recenseamentos.

Apresentando um crescimento já bem mais elevado estão as Regiões Norte e Sul, as duas com taxas geométricas de crescimento de 3,44% ao ano. Isolada se encontra a Região Centro-Oeste, que mantém o mesmo ritmo de incremento populacional do período anterior, com uma taxa de 5,56% ao ano.

Finalmente, para o período de 1970 a 1980, o de mais baixo crescimento (2,52% ao ano), a Região Sul aparece com o mais modesto ritmo de crescimento: 1,51% ao ano. Ainda abaixo da taxa nacional

está novamente a Região Nordeste, com 2,13% ao ano. Pouco acima da média está a Região Sudeste (2,69% ao ano), que cresceu a uma taxa ligeiramente superior à da década anterior. Acima da média estão as Regiões Centro-Oeste, com 4,12% ao ano e a do Norte, com 5,14% ao ano. Esta última tem sido alvo dos mais recentes movimentos de colonização.

Todas estas variações não foram suficientes para promover grandes alterações no quadro demográfico regional. A Região Sudeste manteve a mesma participação: 43,4% da população brasileira em 1950 e em 1980. A Região Nordeste, a segunda em volume de população teve re-

TABELA 1

Distribuição da população total, segundo as Grandes Regiões nas datas dos Recenseamentos Gerais — Brasil — 1950-1980

BRASIL E				P	OPU	JLAÇÃO	RECE	NSE	ADA (
GRANDES REGIÕES		1950	0		196	0		197	О	1	1980) :
BRASIL	51	944	397	70	992	343	94	50 8	58 3	121	150	573
Norte	1	844	655	2	601	519	3	650	750	6	028	561
Nordeste	17	973	413	22	428	873	28	675	110	35	419	156
Sudeste	22	548	494	31	062	978	40	331	969	52	580	527
Sul	.7	840	870	11	892	107	16	683	551	19	380	126
Centro-Oeste	1	736	965	3	006	866	. 5	167	203	7	742	203

FONTE — Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, IX Recenseamento Geral do Brasil — 1980, IBGE.

duzida a sua participação nestes 30 anos. Enquanto que em 1950 detinha 34,6% da população do País, em 1980 sua participação era de 29,2%. A Região Sul passou de 15,1 para 16% em 1980, muito embora tenha alcançado em 1970 uma participação sobre a população nacional da ordem de 17,7%.

Quanto às Regiões Norte e Centro-Oeste, estas foram as que apresentaram os maiores ganhos relativos. A primeira, que em 1950 detinha 3,6% da população brasileira, em 1980 chegava aos 5%. Já a Região Centro-Oeste, subiu dos 3,3% em 1950 para 6,4% em 1980. Muito embora entre os anos de 1960 e 1970, a transferência da Capital Federal para o Planalto tenha afetado de maneira positiva o crescimento da população da Região Centro-Oeste, devemos estar atentos de que no período anterior, de 1950 a 1960, o seu ritmo de crescimento foi até ligeiramente superior.

4.2 — A população urbana

No tocante à população urbana, esta apresentou índices de crescimento assustadores.

Na década entre 1950-60, a exemplo da população total, foram registrados os mais elevados índices de crescimento. A população urbana por pouco não aumentou seu efetivo em mais três quartas partes. A taxa geométrica de crescimento chegou a 5,47% ao ano.

No período intercensitário de 1960 a 1970 foi registrada uma razoável diminuição no ritmo de crescimento da população urbana, muito embora ainda se apresentando em níveis elevados: 5,15% ao ano, o que equivale a um incremento global de quase dois terços do efetivo urbano no período.

Finalmente, entre 1970 e 1980 a taxa geométrica de crescimento descia a 4,48% ao ano — ainda elevada, pois nos leva a um aumento de 55% na década.

Faz-se necessário registrar uma advertência para o fato de que segundo a sistemática censitária, que adota um critério administrativo, somente são considerados como aglomerados urbanos as cidades (sedes de municípios) e as vilas (sedes de distritos). Isto provoca naturalmente uma superestimação da população urbana, visto que a cada Recenseamento novas unidades antes consideradas como integrantes do universo rural, passam a se somar ao contingente demográfico urbano.

Em 1950 existiam 5.140 aglomerados urbanos. Em 1960 este número subia para 6.585. No Censo de 1970 foram computadas 7.884 cidades e vilas; enquanto que em 1980, quando da realização do IX Recenseamento Geral, foram constatados 8.075 aglomerados urbanos.

Não há entretanto a menor dúvida de que a participação efetiva destes contingentes demográficos que mudaram de situação (rural para urbano) não representam uma carga expressiva a ponto de alterar a análise de comportamento demográfico a nível nacional e até mesmo regional.

Muito embora o crescimento urbano brasileiro tenha se processado a taxas realmente elevadas, não chegaram a ocorrer — a exemplo da população total — grandes modificações na composição urbana a nível regional. As marchas e contramarchas foram exatamente as mesmas que ocorreram com a população total.

A Região Sudeste — baluarte da urbanização brasileira — apresentou nestes 30 anos uma ligeira diminuição da sua posição de liderança, passando de 57% da população urbana brasileira em 1950 para 53,1% em 1980. A Região Nordeste, a segunda em importância, também apresentou queda na sua participação relativa, passando dos 25,3% em 1950 para 21,9% em 1980.

TABELA 2

Distribuição da população urbana segundo as Grandes Regiões nas datas dos Recenseamentos Gerais — Brasil — 1950-1980

BRASIL E		POPULAÇÃO	RECENSEADA	
GRANDES REGIÕES	1950	1960	1970	1980
BRASIL	18 782 891	32 004 817	52 904 744	82 013 375
Norte	580 867	983 278	1 649 430	3 102 659
Nordeste	4 744 803	7 680 681	11 980 937	17 959 640
Sudeste	10 720 734	17 818 649	29 347 170	43 550 664
Sul	2 312 985	4 469 103	7 434 196	12 153 971
Centro-Oeste	423 497	1 053 106	2 493 011	5 246 441

FONTE — Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, IX Recenseamento Geral do Brasil — 1980, IBGE.

As demais Regiões elevaram sua participação relativa: a Região Sul, que detinha 12,3% da população urbana em 1950 conseguiu atingir os 14,8% em 1980; a Região Centro-Oeste, graças à interiorização da Capital Federal (que produziu efeitos diretos e indiretos) alcançou em termos relativos as mais expressivas marcas alçando sua participação dos 2,3% em 1950 para 6,4% em 1980. Quanto à Região Norte esta apresentou um bom desempenho, passando dos 3,1% em 1950 para 3,8% em 1980.

5 — A URBANIZAÇÃO

Como na década entre 1940-50 o crescimento demográfico brasileiro se mostrou modesto, não havendo grande supremacia do crescimento relativo da população urbana, a participação desta em 1950 apenas superou de pouco a terça parte da população brasileira.

TABELA 3

Percentagem da população urbana, segundo as Grandes Regiões

Brasil — 1950-1980

BRASIL E		POPULAÇÃO	URBANA (%)	
GRANDES REGIÕES	1950	1960	1970	1980
BRASIL	36,2	45,1	56,0	67,7
Norte	31,5	37,8	45,2	51.5
Nordeste	26,4	34,2	41,8	50.7
Sudeste	47,5	57,4	72,8	82,8
Sul	29,5	37,6	44,6	62,7
Centro-Oeste	24,4	35,0	48.2	67,8

FONTE — Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, IX Recenseamento Geral do Brasil — 1980, IBGE.



Em 1950, apenas a Região Sudeste superava o índice nacional, praticamente alcançando os 50% da população urbana.

Dez anos depois a população urbana brasileira atingia os 45% do total. A exemplo do período anterior, a Região Sudeste continuava liderando, já quase atingindo os 60%. Enquanto isto, todas as demais Regiões apresentavam índices bastante próximos entre si, oscilando dos 34 aos 38%.

Em 1970, graças ao acentuado crescimento da população urbana, não só foi verificado na década um ganho de 10,9% na sua participação sobre a população total, como também ultrapassava o Brasil a barreira dos 50% da população urbana, caracterizando-se como um País urbano.

A Região Sudeste praticamente possuía três quartas partes de todo o seu efetivo concentrado em cidades e vilas. De modo decisivo contribuíram para esta situação as três mais populosas Metrópoles brasileiras — São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte — três das cinco que possuíam mais de 1,0 milhão de habitantes em 1970.

Muito embora o crescimento urbano da Região Centro-Oeste já se tinha evidenciado a partir da década de 1950-60, em 1970 ela apresentou um índice de urbanização superior ao das Regiões Norte, Nordeste e Sul.

Os resultados do último Recenseamento, o de 1980, nos levam a uma relação de dois habitantes urbanos contra apenas um no campo. A Região Sudeste passou dos quatro quintos, não havendo nenhuma Região com menos da metade de sua população urbana.

6 — OS CENTROS URBANOS

Até 1970 ocorria no Brasil uma danosa intensificação de concentração da população urbana, tanto sobre as nove regiões metropolitanas quanto sobre os centros urbanos com população superior a 20 mil habitantes.

Entre 1970 e 1980, por mais estranho que possa parecer, ocorreu uma melhor distribuição da população urbana pelo Território Nacional.

Mesmo havendo diminuído o contingente da população rural brasileira e tendo se elevado a participação da população urbana, não se intensificou o processo de concentração sobre os principais centros urbanos do País.

A população urbana concentrada nas regiões metropolitanas teve reduzida a sua participação relativa: em 1970 a parcela da população urbana que se encontrava nas regiões metropolitanas era de 43%, enquanto que em 1980 esta caiu para 41%.

Quanto à população dos centros urbanos com mais de 20 mil habitantes, estas elevaram sua participação relativa de 76,2% da população urbana brasileira em 1970 para 76,3% em 1980.

Isto representa dizer que grande massa de pequenos aglomerados urbanos (cidades e vilas) apresentou, na média, um significativo crescimento, ficando por conta do campo a sistemática perda de população que se acentuou sobremodo entre 1970 e 1980, período no qual a perda teórica atingiu a mais de 14 milhões de habitantes (diferença entre o volume de população encontrado em 1980 e do volume que poderia ter sido encontrado, caso crescesse na mesma proporção do conjunto da população brasileira como um todo).

6.1 — A distribuição regional

Outra constatação interessante é a de que mesmo dentro do conjunto de centros urbanos com população acima de 20 mil habitantes, ocorreu uma menor concentração relativa a nível regional.

Distribuição da população dos centros urbanos com população superior a 20 mil habitantes, segundo as Grandes Regiões nas datas dos

Recenseamentos Gerais — Brasil — 1950-1980

TABELA 4

BRASIL E		POPULAÇÃO	RECENSEADA	
GRANDES REGIÕES	1950	1960	1970	1980
BRASIL	13 640 236	23 525 610	40 290 465	62 543 148
Norte	435 136	710 467	1 242 411	2 260 042
Nordeste	2 731 716	4 656 920	7 610 518	11 486 038
Sudeste	8 621 871	14 445 076	24 653 091	36 769 219
Sul	1 628 790	3 058 042	5 097 309	8 478 819
Centro-Oeste	222 723	655 105	1 687 136	3 549 030

FONTE — Sinopse Preliminar do Censo Demográfico (por Unidade da Federação), Recenseamento Geral do Brasil — 1960, 1970 e 1980, IBGE.

A Região Sudeste, que em 1950 concentrava 63,3% da população dos 501 centros urbanos brasileiros com mais de 20 mil habitantes, vem apresentando ao longo do tempo uma paulatina redução da sua importância relativa, vindo a concentrar em 1980 o equivalente a 58,8% do volume da população dos centros urbanos.

Seguindo o mesmo padrão de comportamento está a Região Nordeste, que em 1950 detinha 20% da população destes centros urbanos mais importantes do País e que em 1980 se situava em 18,4%.

Todas as demais Regiões apresentaram resultados crescentes. A Região Sul que concentrava 11,9% da população em 1950 alçou-se a 13,5%



em 1980. A Região Norte passou de 3,2 para 3,6% da população dos centros urbanos no mesmo período.

Entretanto, o mais fantástico progresso relativo se processou na Região Centro-Oeste. Esta contava em 1980 com apenas 1,6% da população dos principais centros urbanos do País, vindo a se situar em 1980 muito acima da Região Norte, com 5,7% do volume da população.

6.2 — A distribuição por faixas de tamanho de população

Tomados os 501 centros urbanos com mais de 20 mil habitantes em 1980 segundo as suas faixas de tamanho de população e, verificando-se o seu ritmo de crescimento, veremos que por este ângulo também se processou um forte processo de desconcentração da população.

TABELA 5

Distribuição da população dos centros urbanos com população superior a 20 mil habitantes, segundo as faixas de tamanho de população nas datas dos Recenseamentos Gerais — Brasil — 1950-1980

FAIXAS DE TAMANHO DE		RECENSEADA		
POPULAÇÃO (por 1 000 habitantes)	1950	1960	1970	1980
TOTAL	13 640 237	23 525 610	40 290 465	62 543 148
20 - 50	1 803 988	3 140 591	5 175 926	8 419 386
50 100	1 370 919	2 511 478	4 425 233	8 136 606
100 - 200	1 472 654	2 766 167	4 673 999	7 589 516
200 500	1 772 643	3 265 456	6 012 075	9 956 797
500 1 000	760 726	1 441 797	2 854 329	4 494 213
000 2 000	2 084 561	3 913 105	6 908 979	10 340 105
000 e mais	4 374 746	6 487 016	10 239 924	13 606 525

FONTE — Sinopse Preliminar do Censo Demográfico (por Unidades da Federação), Recenseamento Geral do Brasil — 1960, 1970 e 1980, IBGE.

Os centros urbanos com população acima de 2,0 milhões de habitantes sofreram uma brusca redução na sua participação relativa (ainda bem!). Em 1950 eles detinham quase uma terça parte da população do conjunto dos 501 centros urbanos do País: 32%. A cada Recenseamento ficava nítida a sua queda de importância relativa — 27,6% em 1960 e 25,5% em 1970 —, vindo a se posicionar em 1980 com uma participação de apenas 21,8%.

Todas as demais faixas de tamanho de população, sem exceção, apresentaram um aumento na sua participação relativa ao longo destes

30 anos, evidenciando uma menor desigualdade na distribuição da população pelo Território Nacional.

As duas faixas de tamanho de população que mais cresceram de importância foram as dos centros urbanos entre 50 e 100 mil habitantes — que detinha 10% do volume de população em 1950 e 13% em 1980 — e a dos centros urbanos entre 500 mil e 1,0 milhão de habitantes — que representava 5,8% do volume de população em 1950 e passou a 7,2% em 1980.

As demais faixas de tamanho de população não apresentaram ritmos de crescimento muito disparatados, sendo interessante notar que após a faixa de mais de 2,0 milhões de habitantes, aquela que apresentou menor ritmo de crescimento em relação às demais foi a de 20 a 50 mil habitantes, talvez em razão do seu menor poder relativo de atração de população em relação ao universo de 501 centros urbanos.

6.3 — A distribuição espacial

Com vistas a dar uma melhor idéia da distribuição espacial dos centros urbanos mais importantes, será apresentada uma série de mapas onde estão assinalados apenas aqueles que ultrapassavam a 20 mil habitantes nas datas dos Recenseamentos.

Ao observar o mapa para o ano de 1950, quando tínhamos 103 centros urbanos, nota-se de imediato a existência de uma forte concentração dos casos numa faixa que não vai muito além dos 200 quilômetros do litoral. Aí se enquadram quase dois terços destes centros urbanos, sendo que uma boa parte se localiza na orla litorânea.

A exceção das capitais nas Regiões Norte e Centro-Oeste, a maior parcela de centros urbanos interioranos é encontrada nas Regiões Sudeste e Sul, destacando-se os Estados de Minas Gerais e São Paulo, que lança um eixo de expansão na direção do triângulo mineiro; e o Estado do Rio Grande do Sul, que tem os centros urbanos distribuídos de forma bem homogênea.

Surgem neste ano os esboços do que serão as Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Recife.

Para o ano de 1960 tem-se 181 centros urbanos com população superior a 20 mil habitantes. Sua distribuição pelo espaço já denota uma tendência à interiorização. Esta tendência se apresenta de forma mais branda na Região Nordeste, sendo que nas Regiões Sudeste e Sul já se evidenciam diversos eixos.

O mais significativo deles é o eixo Rio-São Paulo. Dos seus pontos extremos partem eixos em diversas direções. A partir do Rio de Janeiro na direção de Belo Horizonte e de Salvador. A partir de São Paulo os eixos seguem na direção de Belo Horizonte e por diversos ramais em direção ao interior de São Paulo que prosseguem de um lado até o Triângulo Mineiro e do outro até o norte do Paraná.



Os centros urbanos de Minas Gerais estão quase todos na faixa de 20 a 50 mil habitantes; situação esta que se apresenta marcadamente distinta em São Paulo, onde há uma forte participação de centros urbanos na faixa de 50 a 100 mil e de 100 a 200 mil habitantes.

Na Região Sul, marca presença a homogeneidade de distribuição dos centros urbanos gaúchos, destacando-se também, de forma já marcada o que será a Região Metropolitana de Porto Alegre.

Em 1970, quando já se tem 312 centros urbanos com mais de 20 mil habitantes, observa-se uma acentuação das tendências verificadas no ano de 1960, com destaque para a proliferação de centros urbanos pelo interior do Nordeste, sem falar no significativo aumento do número de casos nas Regiões Sudeste e Sul.

Na Região Norte, à exceção de capitais de Unidades da Federação (UF's), apenas dois centros urbanos se destacam.

Na Região Nordeste o grande destaque é a Região Metropolitana de Recife, que se apresenta bem marcada e reforçada à distância por um significativo número de centros urbanos. A Bahia apresenta uma distribuição mais próxima da costa.

Na Região Sudeste destacam-se as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro; a de Belo Horizonte ainda em 1970 se apresenta em processo inicial de formação. Em Minas Gerais continua prevalecendo a proliferação de centros urbanos na faixa de 20 a 50 mil habitantes. A distribuição dos centros urbanos do Estado do Rio de Janeiro se apresenta polarizada pela Região Metropolitana e se dirige também para o Vale do Paraíba, formando um verdadeiro cordão de centros urbanos até São Paulo. A Região Metropolitana de São Paulo juntamente com a baixada santista já constituem uma massa demográfica expressiva. Para o interior do Estado, visualizam-se diversos eixos rodoviários.

Na Região Sul, o Estado do Paraná começa a pontuar sua área central com centros urbanos. O Estado de Santa Catarina continua apresentando sua ocupação na faixa da BR-116 para o litoral. Quanto ao Estado do Rio Grande do Sul é o que apresenta na Região a melhor distribuição espacial dos seus centros urbanos. Destaca-se também a Região Metropolitana de Porto Alegre.

Finalmente, na Região Centro-Oeste estabelece-se espacialmente o mesmo padrão da Região Norte: grandes vazios.

Finalmente, ao se observar o mapa para o ano de 1980, onde estão plotados os 501 centros urbanos com mais de 20 mil habitantes, percebe-se quão disseminada está a atual rede urbana brasileira, que conseguiu se dispersar por quase todo o Território Nacional.

Uma verdadeira região urbana é encontrada interligando desde o sul dos Estados de Goiás e Minas Gerais até o Rio Grande do Sul.

Na Região Norte encontram-se dez centros urbanos que não são capitais de UF's.

Na Região Nordeste chama a atenção a rede urbana pernambucana. Recife espelha, em proporções reduzidas, o aspecto da Região Metropolitana de São Paulo: uma forte concentração junto à Metrópole, e a formação de diversos eixos de centros urbanos. O Estado da Bahia apresenta alguns centros urbanos no interior, porém a área próxima de Salvador se apresenta relativamente rarefeita.

Na Região Sudeste vê-se o reforço das tendências apontadas na década anterior, com significativa acentuação do aspecto quantitativo.

Na Região Sul, os três Estados apresentam uma distribuição espacial dos centros urbanos bastante equilibrada, destacando-se as concentrações de Porto Alegre, Curitiba e Londrina.

Na Região Centro-Oeste, destaca-se o Estado de Goiás, que pontuou o sul do seu território e apresenta uma série de centros urbanos ao longo da rodovia Belém-Brasília.

7 — CONCLUSÃO

O atual panorama urbano brasileiro é o resultado de um longo processo de migrações. Hoje em dia, o fenômeno urbano impressiona pela sua magnitude.

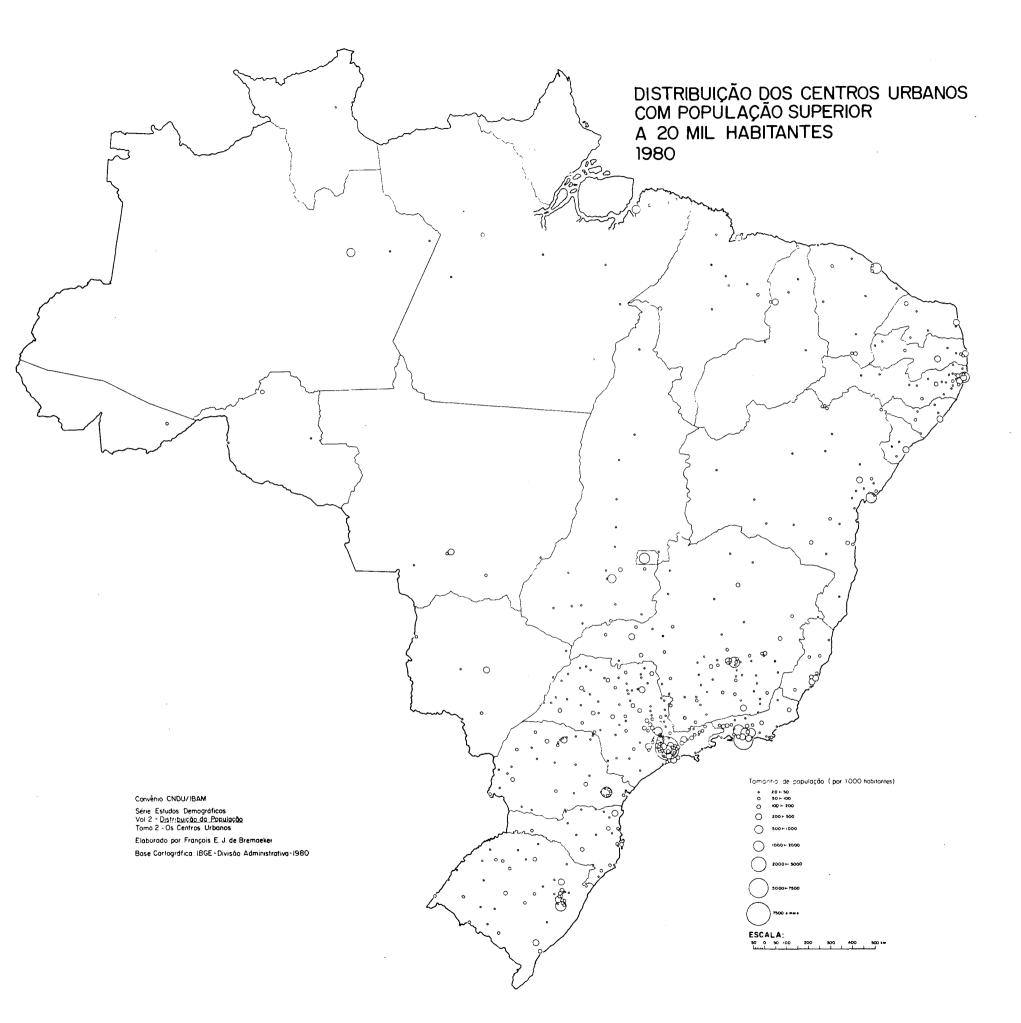
Basta dizer que, caso os 501 centros urbanos com mais de 20 mil habitantes crescessem no mesmo ritmo da população brasileira como um todo, os 13,6 milhões de habitantes que eles detinham em 1950 constituiriam em 1980 tão somente 31,8 milhões, ou seja, praticamente a metade do que efetivamente eles possuem hoje: 62,5 milhões de habitantes.

Além do mais, falar de grandes cifras e de problemas encontra cada vez maior número de ouvintes. Chegamos praticamente a uma situação de sadismo coletivo.

As notícias que se vêem há alguns anos nos falam quase que exclusivamente da situação insolvente das nossas cidades que se agravam no dia-a-dia em razão do crescimento vertical exagerado, dos congestionamentos, da poluição, da deficiência dos transportes, do saneamento e do equipamento social, da falta de habitações e de segurança e do crescente desemprego. Enfim, do caos... da grande desordem em que já se encontram os aglomerados urbanos.

O quadro pintado tem sido tão negro que até passaram a ver as cidades como "Urbossauros".

Entretanto, por mais delicada e complicada que seja a situação das grandes cidades, não devemos generalizar estas conclusões para o universo dos centros urbanos, muitos até recém incorporados nesta nova condição.



Deve-se procurar soluções distintas e integradas para os diversos tipos e tamanhos de aglomerados, desde as metrópoles em particular e as regiões metropolitanas como um todo, como as cidades de porte médio e as aglomerações urbanas por um lado e os demais centros urbanos por outro lado.

Não devemos nos deixar ofuscar pelos grandes números, perdendo contato com cada um dos aglomerados urbanos que compõem este universo, cuidando deles quase caso a caso.

Não devemos perder a percepção do individual, pois afinal de contas... o urbano é algo mais do que a soma aritmética das cidades e vilas.

8 — ANEXO

Relação dos centros urbanos com população superior a 20 mil habitantes nas datas dos recenseamentos — 1950, 1960, 1970 e 1980

CENTROS URBANOS	· · · · · ·			
	1950	1960	1970	1980
ONDÔNIA	•	*		
Porto Velho Ji-Parana Guajará-Mirim	10 205 156 2 687	19 387 1 293 7 115	41 635 4 285 10 901	103 8 50 32 765 20 420
CRE		**		
Rio Branco	9 592	17 245	34,988	89 799
MAZONAS				
Manaus Parintins Itacoatiara	110 678 5 943 5 275	154 040 9 068 8 818	286 083 17 062 15 944	620 510 30 314 26 808
ORAIMA				20 000
Boa Vista	5 125	10 180	17 154	43 786
ARÁ				20 100
Belém (Icoraci)	233 386	371 500	602 872	830 310
Santarém	14 604 3 010	24 924	52 665	104 866
Castanhal	4 937	9 528 8 533	25 191	53 043
Abaetetuba	5 705	11 · 196	14 776 19 456	43 331
Bragança	5 580	12 848	16 753	33 374 31 825
Capanema	4 487	9 678	15 792	29 019
Tucuruf	1 235	3 403	5 673	27 508
Altamira (Vitória)	1 809	2 939	5 816	27 505
Itaituba	628	1 187	2 818	20 214
MAPÁ	* *			
Macapá	10 094	27 586	52 547	90 795
IARANHÃO				
São Luís (Anil)	88 425	139 075	209 558	253 312
Imperatriz	1 271	9 004	36 411	115 846
Caxias	14 846	19 092	31 701	58 788
Timon	2 825	7 077	16 340	56 721
Bacabal	4 877	15 531	29 790	43 966
Santa Inês	388	635	15 345	41 143
Codó	6 159:	11 089	19 915	35 815
Pedreiras Barra do Corda	7 450 2 969	10 189 3 723	19 862	30 985
Pinheiro	4 615	6 537	9 665 12 143	20 433 20 318

Relação dos centros urbanos com população superior a 20 mil habitantes nas datas dos recenseamentos — 1950, 1960, 1970 e 1980

CENTROS URBANOS		POPULAÇÃO	RECENSEADA	EADA		
	1950	1960	1970	1980		
	-					
AUI	53 425	100 006	190 256	240.000		
Teresina	30 900	39 951	58 209	349 609 80 994		
Floriano	9 588	16 063	28 155	36 948		
Picos	4.670	8 176	18 701	34 928		
Piripiri	4 601	9 635	18 869	29 814		
Campo Maior	7 056	13 939	19 045	24 647		
ARÁ						
Fortaleza (Antônio Bezerra						
+ Messejana + Mondu-	237 766	470 778	842 140	1 338 793		
bim + Parangaba) Juazeiro do Norte	42 703	53 421	80 838	127 840		
Sobral	23 003	32 281	52 532	70 80		
Caucaia	3 907	4 757	8 412	68 91		
Maranguape (Maracanaú)	8 257	13 011	19 380	52 008		
Crato	16 030	27 649	37 553	50 450		
Iguatu	10 348	16 540	28 190	41 056		
Crateús	7 615	14 572	25 611	30 728		
Quixadá	5 440	8 747	17 113	25 83		
Aracati	9 123 4 666	11 016 7 186	14 788 12 196	20 563 20 323		
Itapipoca	8 540	10 788	12 190	20 32		
· _	0 430	-3 ,00		20 001		
O GRANDE DO NORTE	04 010	- 155 000	962 170	428 72		
Natal (Igapó + Redinha)	94 812 20 576	155 860 38 833	263 172 78 603	121 00		
Mossoró Caicó	8 231	15 826	25 408	31 30		
Currais Novos	5 451	7 782	16 090	26 58		
Açu	5 299	8 158	13 521	20 72		
Eduardo Gomes	3 216	5 644	9 980	20 178		
LRAÍBA						
João Pessoa (Tambau)	89 517	135 820	220 327	335 20		
Campina Grande	73 835	116 226	164 864	229 25		
Patos	14 144	27 275	40 167	60 19		
Bayeux	7 981	16 737	35 172	59 18		
Santa Rita	12 860	20 623	30 049	53 37		
Sousa	4 631	12 350	25 113	34 71		
Guarabira	9 824	15 848	22 746 25 117	31 96		
Cajazeiras	10 025 7 641	15 884 10 602	25 117 15 790	31 550 23 153		
cape	• 022		25 100			
ERNAMBUCO	522 466	700 E40	1 070 078	1 200 14		
Recife	322 400	788 569	1 070 078	1 220 16		
ribeca dos Guararapes)	39 574	84 689	187 521	295 31		
Olinda	38 981	100 545	190 343	270 59		
Caruaru	44 595	64 471	102 491	139 46		
São Lourenço da Mata (Ca- maragibe)	11 090	22 336	74 573	126 97		
Paulista (Abreu e Lima + Pa- ratibe)	32 406	36 187	53 050	81 88		
Cabo (Ponte dos Carvalhos)	7 160	15 237	39 937	79 47		
Petrolina	7 439	14 652	38 376	74 67		
Garanhuns	20 718	34 050	50 847	66 12		
Vitória de Santo Antão	15 948	27 053	41 737	63 61		
Palmares	10 262	17 327	31 848	41 50		
Arcoverde	9 824	18 008	33 806	41 25		
Carpina	12 675	17 734	26 663	39 45		
Limoeiro	14 322 2 118	21 252 9 206	30 829 19 783	36 47 34 59		
Igarassu Timbaúba	11 247	21 019	19 783 26 876	34 59 33 50		
Gravatá	10 911	15 550	21 586	33 48		
Goiana	14 093	19 026	24 723	30 62		
Serra Talhada	5 501	12 164	21 563	29 78		
Escada	7 647	13 761	20 479	29 60		
Pesqueira	13 248	19 778	24 637	28 10		
Belo Jardim	7 152	11 091	17 681	27 87		
	3 586	8 936	19 299	26 56		
Salgueiro	a					
Moreno	9 416	15 198	17 837			
	9 416 5 651 7 778	15 198 6 889 12 153	17 837 10 846 17 973	26 47 26 32 24 64		

Relação dos centros urbanos com população superior a 20 mil habitantes nas datas dos recenseamentos — 1950, 1960, 1970 e 1980

CENTROS URBANOS	POPULAÇÃO RECENSEADA					
	1950	1960	1970	1980		
LAGOAS			-	-		
Maceió (Fernão Velho)	103 088	159 468	248 667	395 217		
Arapiraca Palmeira dos Índios	8 836 9 416	19 749 15 642	44 228 26 509	85 ,269		
Penedo	14 664	13 042 17 084	23 698	35 006 27 723		
Rio Largo União dos Palmares	13 775 7 182	16 749 10 406	22 179 15 929	23 500 21 180		
ERGIPE						
Aracaju	68 686	112 516	182 386	294 186		
Estância	14 215	16 106	20 414	28 720		
Itabaiana Lagarto	5 792 4 820	11 060 7 092	16 67 5 12 79 1	26 578 20 247		
AHIA						
Salvador	389 422	630 878	1 017 591	520 793		
Feira de Santana	27 285 26 312	61 612 54 268	129 472 91 202	227 321		
Vitória da Conquista	18 017	46 778	83 814	132 511 127 862		
Jequié	21 322	40 158	62 998	86 156		
Alagoinhas	21 605	38 246	54 671	77 757		
Ilhéus Paulo Afonso	23 006	45 712 19 499	59 251 38 802	72 555 63 413		
Juazeiro	16 465	21 196	36 409	62 376		
Camaçari	2 750	5 342	13 586	50 480		
Candeias	7 887	12 500	26 235	42 978		
Itapetinga Santo Antônio de Jesus	11 595	17 646 14 902	30 957 21 500	37 747 34 437		
Senhor do Bonfim	10 325	13 958	21 741	34 250		
Itamaraju	756	2 526	10 989	32 593		
Barreiras Valença	5 932 11 628	7 175 17 137	10 292	30 827		
Santo Amaro	12 265	17 226	21 018 20 877	30 259 30 110		
Irecê	1 465	3 855	10 418	28 693		
Ipiaú	7 041	13 164	18 738	27 887		
JacobinaSimões Filho	7 850	12 373 1 925	19 211 5 992	27 213		
Cruz das Almas	6 851	12 190	17 371	25 855 25 095		
Brumado	3 098	7 054	15 602	24 942		
Guanambi	2 101	5 268	10 811	24 705		
Serrinha	6 755	10 284 2 528	16 187 3 973	24 356 23 640		
Catu	3 622 4 781	8 883	14 011	23 154		
Bom Jesus da Lapa IINAS GERAIS	4 101	6 107	12 757	.20 342		
Belo Horizonte (Venda Nova)	340 853	663 215	1 248 555	816 336		
Juiz de Fora	86 819	124 979	224 275	309 464		
trial)	1 998	25 215	i08 529	281 795		
Uberlandia	36 467	70 719	111 580	236 443		
Uberaba	43 915	72 053	110 341	183 717		
Governador Valadares Montes Claros	20 864 20 795	70 494 40 545	126 903 83 372	177 938 156 428		
Ipatinga (Barra Alegre)	236	4 185	45 156	151 512		
Divinópolis	20 550	41 544	70 719	109 591		
Sete Lagoss Teófilo Otoni	18 877 20 204	36 302 41 013	61 603	96 192		
Pocos de Caldas	20 20 1 19 680	41 013 32 291	66 031 52 711	85 149 82 758		
Betim	3 766	8 963	17 745	77 845		
Coronel Fabriciano (Senador	0.010	14 000				
Melo Viana) Araguari	3 316 25 789	14 623 35 520	· 38 021	75 683		
Barbacena	25 768	41 931	49 405 58 815	74 862 72 154		
Conselheiro Lafaiete	18 415	29 208	45 407	67 686		
Ituiutaba	8 334	29 724	48 848	66 65		
Ribeirão das Neves (Justi- nópolis)	2 624	4 189	E E01	80.050		
Patos de Minas	11 917	31 471	5 581 43 007	62 253 61 963		
Varginha	13 404	24 944	36 794	58 397		
Itabira	7 602	15 539	40 493	58 234		
Passos Sabará (Carvalho de Brito)	14 307 11 097	28 555 13 059	39 905	58 148		
Itajubá	21 255	31 362	28 192 43 077	57 626 56 611		
São João del Rei	25 228	34 654				
Pouso Alegre	12 923	18 852	45 601	54 773		

Relação dos centros urbanos com população superior a 20 mil habitantes nas datas dos recenseamentos — 1950, 1960, 1970 e 1980

		POPIII ACÃO	RECENSEADA	
CENTROS URBANOS	1950	1960	1970	1980
	1500	1	1 1	1000
		0.4.0.4		
Araxá	14 997 3 923	24 041 7 530	32 023 19 665	52 510 52 111
Santa Luzia (São Benedito). Muriaé	11 734	22 571	34 632	51 187
Itaúna	9 384	22 319	33 253	50 167
João Monlevade	11 168	27 042	38 871	47 969
Lavras	12 721	23 793	36 230	47 181
Ubá Cataguases	14 251 13 143	21 767 21 476	29 360 33 070	43 760 41 421
Timóteo	909	19 795	30 126	41 297
Caratinga	13 149	22 275	28 620	40 750
Curvelo	14 156	21 772	30 720	39 166
Três Corações	10 190 9 280	17 498 15 858	26 167 24 347	37 856 37 475
Pará de Minas Formiga	12 233	18 763	29 146	37 206
Fonte Nova	15 420	22 536	29 047	35 646
Nanuque	4 520	18 073	34 981	35 432
Nova Lima	17 686 9 481	21 135 16 051	27 616 21 422	35 423
Alfenas Viçosa	6 509	9 342	16 657	33 956 33 142
Pirapora	9 012	13 772	19 243	31.867
Santos Dumont	13 870	20 414	27 620	31 538
Campo Belo	10 722	15 742	20 325	30 789
Paracatu Patrocínio	5 975 7 345	10 677 13 933	17 832 20 321	30 466 30 238
Ouro Preto	9 247	14 722	25 252	29 765
Leopoldina	10 979	17 726	21 349	29 122
São Sebastião do Paraiso	10 821	14 451	19 634	29 032
Unai	910 3 078	4 214 5 055	13 370 10 141	28.954 28.856
Très Pontas	5 683	11 534	14 499	24 644
Guaxupé	9 505	14 168	17 463	23 979
Caeté	6 745	10 840	18 746	23 911
São Lourenço	8 930 3 270	14 680 8 262	18 502 17 183	23 772 23 504
FrutalAlém Parafba	12 297	18 399	22 115	23 486
Itabirito	7 244	10 511	17 669	23 291
Bom Despacho	8 358	13 568	19 058	23 232
Congonhas	3 700 6 205	6 969	12 214 15 680	23 133 23 044
ManhuaçuOliveira	8 006	10 546 12 919	18 749	23 044 22 932
Monte Carmelo	4 282	10 016	13 693	22 138
Januária	7 123	9 741	14 078	21 419
Diamantina	10 177 3 208	14 252 6 85 3	18 562 12 443	20 990 20 069
Lagoa da Prata	0 203	0 000	12 310	20 009
ESPÍRITO SANTO				
Vitoria (Goiabeiras)	50 415	83 900	125 172	215 073
Vila Velha (Argolas + Ibes + São Torquato)	20 558	54 982	122 050	204 290
Cariacica (Itaquari)	8 312	26 099	69 297	187 655
Cachoeiro de Itapemirim	24 611	39 470	60 129	87 369
Serra (Carapina)	1 744 6 562	2 125	6 292	74 181
Colatina Linhares	3 026	26 757 5 751	47 224 25 476	62 197 54 300
Guarapari	2 301	4 260	11 332	32 980
São Mateus	3 060	6 075		23 092
RIO DE JANEIRO				
Rio de Janeiro	2 335 931	3 223 408	4 315 746	E 199 000
Nova Iguaçu (Belford Roxo	2 333 931	3 223 408	4 315 746	5 183 992
+ Cava + Japeri + Mes-				
quita + Queimados)	77 78 3	257 516	728 998	1 098 673
São Concalo (Ipiiba + Mon-				
jolo + Neves + Sete Pon-	101 780	195 872	433 985	620 473
tes) Duque de Caxias (Campos	101 100	190 014	400 000	. 040 413
Elyseos + Imbariê + Xe-				
rém)	74 565	176 306	407 550	560 215
Niterói (Itaipu)	171 198	229 025	298 005	408 519
São João de Meriti (Coelho da Rocha + São Mateus)	76 462	191 734	304 817	402 335
Petrópolis (Cascatinha)	72 017	113 346	148 399	194 742
Volta Redonda	33 110	83 973	122 134	189 851
Campos	63 384	90 601	155 169	183 771
Nilópolis (Olinda)	46 406	96 553	128 948	152 974

Relação dos centros urbanos com população superior a 20 mil habitantes nas datas dos recenseamentos — 1950, 1960, 1970 e 1980

CENTROS URBANOS		POPULAÇÃO	RECENSEADA	
	1950	1960	1970	1980
Magé (Guapimirim + Guia de Pacobalba + Inho-				
de Pacobaíba + Inho-	11 740	10 470	70 100	140 070
mirim)Barra Mansa	11 749 21 344	19 670 47 398	72 139 75 880	146 370 125 036
Nova Friburgo (Conselheiro	21 011	4, 000	10 000	120 000
Paulino)	28 458	53 701	74 003	105 946
Teresópolis	14 900	29 540 5 218	53 991	80 497
Itaguai (Seropédica) Resende (Agulhas Negras)	3 680 13 361	25 180	16 786 41 503	70 910 59 201
Cabo Frio (Arraial do Cabo)	8 856	19 047	35 671	56 248
Barra do Pirai	20 254	29 398	43 343	51 992
Três Rios	15 085 10 848	22 246 19 830	32 053 29 833	48 309 41 079
Itaperuna	9 083	18 095	29 833 27 572	35 522
Valença	12 469	18 935	24 767	35 436
São Pedro da Aldeia (Iguaba				
Grande)	1 229 2 577	3 486 5 056	6 439	29 496 27 944
Araruama Paracambi	3 532	4 618	8 992 22 242	27 631
Angra dos Reis	5 464	10 634	16 721	25 381
Rio Bonito	7 538	11 916	16 977	21 281
O PAULO				
São Paulo (Ermelino Mata- razzo + Guaianezes +				
Itaim Paulista + Itaque-				
ra + Jaraguá + Perus +				
São Miguel Paulista)	2 038 814	3 263 608	5 924 178	8 422 533
Campinas Santo André (Paranapiacaba)	101 746 98 700	179 979 231 705	333 947 419 273	582 239 557 243
Osasco	12 846	36 083	285 160	477 285
Guarulhos	16 379	77 980	222 275	431 802
Santos	201 739	262 048	345 459	418 830
São Bernardo do Campo Ribeirão Preto	20 075 65 081	61 645 116 153	188 390 197 045	386 166 309 232
São José dos Campos	26 287	55 349	132 374	272 256
Sorocaba (Cajuru do Sul)	68 811	109 562	168 253	261 587
Diadema	1 316	1 315	68 730	230 551
Jundiai	39 560 5 368	79 536 14 128	146 906 102 031	224 714 207 325
São Vicente	8 581	73 578	117 292	194 684
Carapicuíba	5 948	14 632	55 338	187 358
Bauru	53 126	85 237	123 267	183 530
Piracicaba São José do Rio Preto	46 611 37 717	80 670 66 476	127 563 110 221	183 375 176 239
São Caetano do Sul	55 797	114 039	151 012	164 983
Mogi das Cruzes (Brás Cubas)	31 300	68 309	103 524	159 199
Taubaté	35 779	64 863	100 701	157 826
Guarujá Franca	8 554 27 715	30 526 47 244	91 328 88 130	152 845 145 034
Limeira	27 962	45 256	77 596	130 728
Presidente Prudente	27 312	54 055	92 851	131 753
Americana	13 595	32 000	62 656	123 200
Araraquara (Vila Xavier)	34 114 27 692	58 076 53 563	84 339 86 970	117 666 116 145
São Carlos	31 593	50 010	75 686	111 562
Marilia	36 606	51 789	75 139	106 654
Jacarei	15 485	28 131	49 242	105 032
Rio Claro	35 183	48 548	70 258	104 798
Sumaré (Hortolandia + No-		2 809	41 124	98 412
va. Veneza)	1 559	5 343	15 444	96 585
Embu	421	1 133	4 348	96 185
Susano	5 393	11 935	33 848	96 053
Cubatão Barueri (Aldeia + Jardim	6 552	18 885	37 349	79 516
Belval + Jardim Silveira)	2 465	14 270	36 641	75 775
Guaratinguetá	21 480	38 293	56 084	74 130
Itaquaquecetuba	1 048	6 952	22 096	72 962
Santa Bárbara d'Oeste	6 133 68	13 571	22 466 20 144	72 532
Praia Grande (Solemar) Barretos	23 683	2 867 39 950	20 144 53 424	69 858 67 256
Catanduva	22 186	37 307	49 213	66 159
Mogi-guaçu	3 786	13 143	30 337	65 810
Pindamonhangaba (Moreira				

Relação dos centros urbanos com população superior a 20 mil habitantes nas datas dos recenseamentos — 1950, 1960, 1970 e 1980

				`
CENTROS URBANOS	POPULAÇÃO RECENSEADA			
	1950	1960	1970	1980
<u> [tu</u>	16 851	23 435	36 216	63 393
Itapetininga	18 101	29 468	42 707	62 009
Bragança Paulista	16 456 18 936	27 328 31 229	40 181 41 465	61 851
asis	17 276	30 207	46 543	60 763 58 325
Botucatu	23 602	33 878	42 803	58 168
Paulista)	3 865	9 575	24 422	57 210
Cruzeiro	14 498	27 005	42 863	55 955
Araras	12 560 920	23 898 3 113	41 119 25 124	55 938 55 229
Ferraz de Vasconcelos	3 189	9 926	25 017	55 220
tapevi	1 276	4 630	27 648	53 819
urinhos	13 829	25 717	40 803	53 674
oá	6 124	15 419	31 798	52 851
tapecerica da Serra	979	1 538	17 068	52 804
orena	16 541	26 068	40 063	52 261
otorantim	5 742 6 952	8 773 8 957	23 111 20 725	50 708
ndaiatuba	5 620	8 957 13 507	20 725 22 436	49 178 49 059
ins	24 170	32 204	39 313	46 761
são João da Boa Vista	16 417	25 226	33 161	46 123
Birigui	12 809	18 781	27 380	46 063
ľupã	18 376	28 723	35 519	45 969
açapava	10 900	7 987	25 408	45 680
Catui	13 551	22 550	31 059	45 237
Votuporanga Franco da Rocha	8 914 5 704	18 722 11 315	29 510 19 977	45 163
Sertãozinho	6 166	13 167	21 787	44 262 43 304
Iogi-Mirim	11 228	18 345	28 660	43 200
alto	9 127	12 643	19 289	42 719
indradina	9 606	20 485	44 169	42 718
varé	12 245	20 334	30 221	41 468
eme	6 467	11 785	23 675	41 342
aboticabal Pereira Barreto (Bela Flo-	14 164	20 231	29 612	40 808
resta)	3 231	7 321	. 18 085	40 512
ernandópolis	5 670	14 375	28 094	40 481
Bebedouro	11 642	18 249	29 167	39 586
alinhos	4 220	10 104	19 944	37 894
tapira	11 013	16 859	26 463	37 587
tapeva	6 279	13 510	24 432	37 092
andiratatiba	630 7 947	1 110	12 501	36 267
Mococa	7.947 8.309	12 336 14 206	20 814 21 260	35 960 34 319
Caraguatatuba (Porto Novo)	1 724	4 655	13 334	33 898
Várzea Paulista		1 722	8 484	33 265
Matão	3 499	7 109	14 145	33 254
Pirassununga	12:790	16 874	25 742	33 035
Penápolis	8 854	14 400	24 922	32 655
Batatais	9 860	15 266	21 327	30 742 29 125
Registro Aparecida	2 113 8 957	4 913 15 290	12 808 23 710	29 125 28 876
Francisco Morato	324	15 290	9 012	28 351
Faquaritinga	7 765	11 624	18 136	28 210
Dracena	3 944	15 997	24 264	28 121
Lençõis Paulista	2 708	6 001	12 883	27 839
São Roque	7 438	12 409	16 609	27 802
Amparo	10.699	14 382	19 771	27 474
Presidente Venceslau	6.700	13 140	18 724	27 225
Sarca	1 596	10 446	22 023	27 149 27 126
Garça	12 763 2 331	18 155 5 376	22 191 12 546	27 136 26 922
São Joaquim da Barra	6.871	13 853	20 039	26 670
	4 293	10 122	16 080	25 889
Porto Ferreira		13 674	16 739	25 661
Porto Ferreira	7 770			25 625
Porto Ferreira	3 807	8 567	14 245	
Porto Ferreira	3 807 6 290	8 567 10 721	17 332	25 174
Porto Ferreira. Mirassol	3 807 6 290 9 593	8 567 10 721 14 629	17 332 19 963	25 174 24 855
Porto Ferreira. Mirassol	3 807 6 290 9 593 9 371	8 567 10 721 14 629 12 812	17 332 19 963 15 852	25 174 24 855 24 703
Porto Ferreira. Mirassol Monte Alto Campos do Jordão Olímpia Ltararé Ubatuba	3 807 6 290 9 593 9 371 1 515	8 567 10 721 14 629 12 812 3 748	17 332 19 963 15 852 9 003	25 174 24 855 24 703 24 678
Porto Ferreira. Mirassol Monte Alto Campos do Jordão Difimpia Itararé Ubstuba Adamantina	3 807 6 290 9 593 9 371 1 515 8 639	8 567 10 721 14 629 12 812 3 748 18 164	17 332 19 963 15 852 9 003 22 221	25 174 24 855 24 703 24 678 24 597
Porto Ferreira. Mirassol Monte Alto Campos do Jordão Olímpia Itararé Ubatuba Camanantina Camão Bonito	3 807 6 290 9 593 9 371 1 515 8 639 4 329	8 567 10 721 14 629 12 812 3 748 18 164 6 829	17 332 19 963 15 852 9 003 22 221 10 772	25 174 24 855 24 703 24 678 24 597 24 206
Porto Ferreira. Mirassol Monte Alto Campos do Jordão Olímpia Itararé Ubstuba Adamantina	3 807 6 290 9 593 9 371 1 515 8 639	8 567 10 721 14 629 12 812 3 748 18 164	17 332 19 963 15 852 9 003 22 221	25 174 24 855 24 703 24 678 24 597

Relação dos centros urbanos com população superior a 20 mil habitantes nas datas dos recenseamentos — 1950, 1960, 1970 e 1980

CENTROS URBANOS	POPULAÇÃO RECENSEADA			
	1950	1960	1970	1980
Orlandia	4 020	6 898	15 248	23 081
Caieiras	1 573	2 959	8 793	22 494
São José do Rio Pardo	9 169	14 186	16 549	22 40
Ituverava	7 138	11 890	17 293	21 546
Vinhedo	2 518	4 697	7 488	21 299
Santa Cruz do Rio Pardo	8 499	13 789	16 369	20 688
Campo Limpo Paulista		2 293	6 939	20 671
Barra Bonita	2 961	8 404	14 272	20 63
Rio Grande da Serra		1 204	7 206	20 21
Embu-Guaçu	633	1 378	5 359	20 15
RANÁ		*		
Curitiba (Bacacheri + Cam-				
po Comprido + Pinheiri-				
nho + Santa Felicidade +				
Santa Quitéria + Tatu-	010	074 070	***	0-0-1
quara + Umbara)	141 212	351 259	599 556	052 147
Londring	33 707	74 110	159 576	265 46
Ponta Grossa	43 130	77 808	94 056	175 129
Maringá	7 270	42 228	52 879	162 393
Cascavel	404	4 874	34 813	102 70
Foz do Iguaçu	2 949	7 407	18 845	95 768
Paranaguá	16 046	27 728	52 016	72 391
Apucarana	11 981	21 203	42 960	65 014
Piraquara (Pinhais)	1 267	2 244	12 384	61 47
Guarapuava (Boqueirão +	E 400	13 546	00.717	57 945
Morro Alto)	5 489 3 270		29 717	
São José dos Pinhais	439	7 574 1 365	21 509 1 093	56 750 55 18
Colombo		22 141		53 90
Paranavai	1 874	5 829	38 196	50 43
Umuarama	ii 787	21 210	28 047 37 015	49 02:
Arapongas	831	7 885	27 275	47 02
Campo Mourão	6 605	8 753	27 275 13 514	45 03
Toledo	,	2 972	11 092	37 03
Campo Largo	3 127	7 915	15 505	35 46
Telėmaco Borba	5 121		22 518	34 50
União da Vitória (São Cris-	7 200	15,000	09 149	20 50
tóvão)	7 628	15 882	23 143	33 59
Pato Branco	3 434	7 195	15 258	31 67
Cornélio Procópio	8 831	17 524	25 474	31 67
Cianorte	• • •	8 480	23 435	28 629
Francisco Beltrão	1 480	4 989	13 196	28 39 26 88
Araucária	1 452	3 846	5 279	
Rolandia	7 959	10 023	19 500	25 59 24 72
Almirante Tamandare	799	1 080	3 930	
Jacarezinho	8 343	14 813	19 590	24 03° 22 28
Irati	7 183	12 764 3 885	14 950 16 299	22 28 21 92
Ivaiporä	6 316		16 299 11 992	21 74
Castro		9 249 9 378	11 992 13 448	21 46
Santo Antônio da Platina	4 756	124	8 680	20 99
Assis Chateaubriand	•••	703	6 089	20 99
Medianeira	3 623	6°560	13 112	20 26
Ibiporă	3 023	2 954	3 713	20 22
NTA CATARINA				
Joinville	21 102	44 255	78 182	219 25
	49 290	74 323	120 287	161 48
Florianopolis	22 919	74 523 46 591	86 665	147 24
Lages	14 774	35 112	83 967	111 19
Criciúma (Rio Maina)	8 014	26 753	55 433	95 55
São José (Barreiros)	2 469	3 295 ···	29 302	80 33
Itajai	20 017	38 889	54 796	80 28
Tubarão.	11 947	29 615	51 563	66 53
Chapeco.	2 633	8 465	18 973	53 84
Brusque	11 102	16 127	32 658	38 33
		13 433	21 815	34 17
Rio do Sul	6 173			
Jaraguá do Sul	3 300	4 382 6 470	14 865	32 53
São Bento do Sul	2 771	6 470	9 525	32 04 20 78
Palhoca	1 475	2 040	6 092	29 76 28 23
Laguna	9 887 8 706	17 451	17 095 10 464	
Mafra	5 786	12 981 9:252	19 464 14 157	26 65 26 42
		M 404	14 107	20 42
Canoinhas	6 986	10 480	18 351	25 72

Relação dos centros urbanos com população superior a 20 mil habitantes nas datas dos recenseamentos — 1950, 1960, 1970 e 1980

				(0011011144)	
CENTROS URBANOS	POPULAÇÃO RECEN	RECENSEADA	INSEADA		
	1950	1960	1970	1980	
Curitibanos	2 279	8 339 .	15 618	23 528	
Balneário de Camboriú	•••		7 813	22 754	
Porto União	5 534	9 954	14 669	20 327	
RIO GRANDE DO SUL		* .			
Porto Alegre	375 049	617 629	887 338	148 013	
Canoas Pelotas	19 471 79 649	95 401 121 280	149 871 154 674	216 658	
Caxias do Sul	32 158	60 607	108 565	203 763 202 481	
Santa Maria Novo Hamburgo	45 907 19 787	78 682	124 904	161 128	
Rio Grande (Ilha dos Mari-	19 191	25 610	81 811	135 076	
nheiros)	63 235	83 189	100 361	135 018	
Passo Fundo São Leopoldo	25 232 19 735	47 299 41 023	70 611 64 012	106 615 100 472	
Viamão (Passo do Sabão)	1 909	4 526	10 681	97 887	
Alvorada	20.050	198	39 601	91 421	
Uruguaiana	33 272 3 437	48, 358 5 461	61 292 35 751	80 800 80 350	
Sapucaia do Sul	2 192	4 700	41 370	80 117	
Bagé Cachoeirinha	35 340	47 930	57 724	68 123	
Cachoeira do Sul	23 807	10 794 38 661	30 152 50 698	63 349 61 464	
Santana do Livramento	29 906	37 666	48 893	59 047	
Alegrete	20 160 19 824	33 735 33 190	46 026 44 292	56 532	
Ijuf	8 950	19 671	32 560	55 525 54 159	
Santa Cruz do Sul	13 329	18 898	31 223	53 406	
Santo Angelo Esteio	13 742 9 718	25 415 21 632	36 820 33 238	52 162 51 112	
Erechim	14 663	24 941	33 372	48 171	
Guaiba Carazinho	4 276	7 375	18 056	43 699	
São Borja	11 937 11 971	18 162 20 339	28 764 29 315	43 145 42 055	
São Gabriel	4 726	22 967	27 924	41 978	
Bento Gonçalves Santa Rosa	7 056 4 952	13 662 12 283	19 058 24 181	41 166 40 974	
Vacaria	5 615	15 488	25 560	38 291	
Campo Bom	3 069	7 364	14 794	32 576	
SantiagoRosário do Sul	9 686 12 419	15 140 15 786	22 301 24 642	31 307 31 085	
Lajeado	5 241	8 881	15 601	30 275	
Taquara São Luiz Gonzaga	7 419 7 993	11 .282	15 772	30 172	
Camaquã	3 575	12 926 9 732	17 384 20 049	29 973 28 807	
Sapiranga	2 470	5 522	10 334	27 954	
Montenegro Dom Pedrito	8 376 11 465	14 491 15 429	21 632 20 702	27 756 26 132	
Palmeira das Missões	3 140	8 017	14 342	24 371	
Itaqui	9 152	13 223	17 418	23 390	
MATO GROSSO DO SUL					
Campo Grande	32 848	64 477	133 656	289 853	
Dourados	3:122	10 757	26 351	78 457	
Corumbá Três Lagoas	19 211 7 730	36 744 14 520	49 199 40 710	67 685 46 243	
Ponta Pora	5 554.	9,610	13 162	26 594	
Aquidauana Paranafba	7 582 1 424	11, 997 3, 852	16 855 8 524	22 261 21 976	
·	1 424	J. 602.	0 324	, 21,810	
MATO GROSSO Cuiabá (Coxipó da Ponte)	24 701	45 019	eó 090	202 015	
Várzea Grande (Porto Velho)	24 701	45 012 6 441	89 929 13 495	202 915 72 724	
Rondonópolis	951	4 345	23 451	54 606	
Cáceres	4 673 846	8: 246 1:897	16 467 7 580	34 455 28 122	
GOIÁS		- -			
Goiania	39 871	132 577	370 619	723 223	
Anapolis	18 688	48 847	91 557	164 601	
Luziania	1 892	1 849	9 142	68 327	
Itumbiara Rio Verde.	3 830 5 716	12 575 11 268	30 247 22 830	57 552 48 886	
Araguaina		2 382	17 002	46 912	
Jataf	4 362	14 022	27 864	42 533	

Relação dos centros urbanos com população superior a 20 mil habitantes nas datas dos recenseamentos — 1950, 1960, 1970 e 1980

(conclusão)

CENTROS URBANOS	POPULAÇÃO RECENSEADA			
	1950	1960	1970	1980
Catalão	6 327	11 471	15 510	31 151
Formosa	3 789	9 449	12 539	29 620
Gurupi		4 143	14 622	28 195
Inhumas	3 306	8 298	16 786	24 012
Goianésia	1 091	3 535	14 061	23 872
Trindade	8 305	7 015	13 972	22 620
Iporá	1 674	4 120	10 219	22 361
Porangatu	932	2 885	10 282	21 544
Uruaçu	1 620	4 392	10 237	.20 717
Morrinhos	4 778	9 879	14 278	20 581
Porto Nacional	2 953	4 920	9 381	20 517
Santa Helena de Goiás	1 698	4 068	10 240	20 394
Quirinópolis	875	3 239	11 646	20 236
STRITO FEDERAL				
Brasília (Gama + Planaltina + Taguatinga + Sobra-				
dinho)		(1) 133 261	514 723	1 145 185

FONTE — Sinopse Preliminar do Censo Demográfico (por Unidades da Federação), Recenseamento Geral do Brasil — 1960, 1970 e 1980.

9 — BIBLIOGRAFIA

- 1 BEAUJEAU GARNIER, Jacqueline; CHABOT, George. Traité de geographie urbaine. Armand Colin, Paris, 1963. 493 p.
- 2 BREMAEKER, François E. J. de. As regiões metropolitanas. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, 36 (143):447-84, jul./set. 1975.

- 6 . As regiões metropolitanas. Rio de Janeiro, IBAM, 1982. (Estudos Demográficos, v. 1, t. 1). Convênio CNDU/IBAM.
- 7 . Os centros urbanos. Rio de Janeiro, IBAM, 1982. (Estudos Demográficos, v. 2, t. 2). Convênio CNDU/IBAM.

¹⁾ Aproximação por percentagem.

- 8 CHABROL, Arlete. Decadência e morte das cidades. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de novembro 1978.
- 9 CIRNE Lima aponta desníveis de renda em regiões do Brasil. O Globo, Rio de Janeiro, 20 de março 1973.
- 10 DAVIS, Kingsley. A urbanização da humanidade. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- 11 DELORENZO NETO, A. A reorganização das áreas metropolitanas. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1972. 137 p.
- 12 EDITORIAL. Jornal de Brasília, Brasília, 2 de junho 1976.
- 13 EXCEDENTES Urbanos: 70% no Estado de São Paulo. Folha da Tarde, São Paulo, 17 de maio 1976.
- 14 FIGUEIREDO FERRAZ, J. São Paulo e seu futuro; antes que seja tarde demais. Rio de Janeiro, IBAM, 1976. 90 p.
- 15 — O crescimento que causa prejuízos até à economia. Diário Comércio e Indústria, São Paulo, 5 de agosto 1976.
- 17 LORDELLO DE MELLO, Diogo. O fenômeno urbano no Brasil. In: MUNICÍPIO e o Direito Urbano. Rio de Janeiro, IBAM, 1974. p. 11-26.
- 18 MIGRAÇÃO preocupa Jundiaí. O Estado de São Paulo, São Paulo, 17 de agosto 1976.
- 19 MOURA, Hélio Augusto de. Migrações para as grandes cidades do Nordeste. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1975. (Estudos Econômicos e Sociais, 1).
- 20 MOURA, Margarida Maria. Os herdeiros da terra. São Paulo, Hucitec, 1978. 100 p.
- 21 PEIXOTO, João B. O grande desafio da explosão demográfica. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1978. 179 p.
- 22 PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: URBANIZAÇÃO e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, IBGE, 1975. p. 97-110.
- 23 POLÍTICA de migração nasce com os centros de triagem. O Globo, Rio de Janeiro, 20 de dezembro 1972.

- 24 QUADRO alarmante. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 de abril 1978. Editorial.
- 25 RODWIN, Lloyd. Planejamento urbano em países em desenvolvimento. Rio de Janeiro, USAID, 1967. 99 p.
- 26 SCANTIMBURGO, João de. Prognóstico sobre o desenvolvimento urbano. Diário do Comércio, São Paulo, 12 de agosto 1976.
- 27 SOLUÇÃO de urbanismo é demorada. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 5 de setembro 1976.

RESUMO

O trabalho apresenta dados individualizados e comparáveis para os anos de 1950, 1960, 1970 e 1980 para cada um dos 501 principais centros urbanos do País. Com base nestas informações podem ser desenvolvidos estudos específicos.

É feita uma análise sumária sobre centros urbanos ao longo do tempo a nível regional e segundo as faixas de tamanho de população.

Compõem como elementos ilustrativos mapas do Brasil com a localização dos centros urbanos, somente sendo plotados aqueles que alcançavam os 20 mil habitantes.

NOTAS INTERPRETATIVAS SOBRE A VARIÁVEL "RENDA" NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS BRASILEIROS*

André Cesar Medici **

SUMARIO

- 1 Nos bastidores da história
- 2 A comparabilidade dos dados de renda dos Censos Demográficos: prós e contras
- 3 Os dados de renda dos Censos Demográficos
- 4 Considerações finais
- 5 Anexos
- 6 Bibliografia

1 — NOS BASTIDORES DA HISTÓRIA 1

A evolução dos registros estatísticos no Brasil constitui um capítulo especial da história institucional brasileira. Podem ser encontrados registros de população no Brasil desde o período colonial. Assim, o Aba-

^{*} Trabalho apresentado no III Seminário Metodológico sobre Censos Demográficos, patrocinado pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), realizado em Ouro Preto, entre 6 e 8 de junho de 1984.

^{••} Economista, Assessor Chefe da Diretoria de População e Social da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE e professor da cadeira de Demografia do Departamento de Sociologia e Política da Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ).

¹ Esta parte do trabalho contou com o valioso depoimento do professor Heitor da Câmara. Vellôzo, veterano do IBGE desde o Censo Demográfico de 1940, participante ativo na coordenação dos Censos Demográficos de 1950 a 1980.

R. bras. Estat., Rio de Janeiro, 47(187): 305-348, jul./set. 1986

de Corrêa da Serra estimou em 1,9 milhões de habitantes a população brasileira no ano de 1776. Várias outras estimativas populacionais no Brasil-Colônia foram realizadas, sendo a última elaborada pelo Conselheiro Velloso de Oliveira no ano de 1819, onde fora calculada em 4.396.132 habitantes a população do Brasil². Isto sem contar os inúmeros inquéritos regionais de população elaborados em diversas províncias da colônia³. Na Cidade do Rio de Janeiro existem estimativas que datam desde 1585 (12.000 habitantes), sendo a mais significativa, do período pré-independência, a realizada pelo Ouvidor da Comarca do Rio de Janeiro, Sr. Joaquim José de Queiroz, em 1821. Tal investigação apresentou resultados de população discriminados por freguezias, arrolando as populações urbanas e rurais, o número de domicílios e a condição jurídica dos habitantes (livres ou escravos).

Os inquéritos de população da colônia tinham finalidades diferenciadas: A Coroa Portuguesa utilizava-os como parâmetro para avaliar a produção de riquezas e a incidência de impostos; as paróquias para dimensionar a "magnitude do rebanho de fiéis"; as províncias para alimentar informações de uso das suas burocracias. Alguns deles visavam atender interesses militares, ligados ao recrutamento para as forças armadas, como o recenseamento realizado em 1808, segundo ordens do Ministro dos Negócios da Guerra — D. Rodrigo de Souza Coutinho; mais tarde Conde de Linhares 4.

As informações requeridas por esses inquéritos delinearam muito poucas características. Raramente eram obtidas informações mais detalhadas do que o número de habitantes segundo a condição jurídica (livres e escravos); sexo, cor e estado civil. A Coroa e às administrações coloniais não interessavam outras informações de natureza sócio-econômica e demográfica. Dado seu caráter nitidamente espoliador, a máquina administrativa da Colônia não tinha nenhum interesse em recolher informações sobre o estado social das populações provinciais.

A Proclamação da Independência em 1822 e a transformação da Colônia em Estado Nacional não veio trazer, de imediato, alterações significativas no quadro das estatísticas de população. A retórica nacionalista, consubstanciada nos sentimentos de unidade nacional, pregava a necessidade do conhecimento da magnitude e das características da população brasileira. Com esse espírito é que foi criada a Comissão de Estatística Geográfica Natural, Política e Civil, por Decreto de 25-11-1829; o Regulamento 120 de 31-01-1842 que, no parágrafo 17, artigo 18, incumbia os chefes de polícia de fazer o arrolamento das pessoas domiciliadas nas províncias de sua jurisdição e ainda a Lei

³ Ver Bibliografia, 14, especial Capítulo I, item 1.1: Histórico dos Censos Demográficos brasileiros.

Ver Bibliografia, 19.

Ver Bibliografia, 14, p. 9.

n.º 387 de 19-08-1846 que, em seu artigo 107, determinava a realização de Censos de população de oito em oito anos 5.

Mas apesar de toda essa retórica, nada de novo ocorreu no sentido de se proceder a novos levantamentos da população brasileira e de suas características demográficas e sócio-econômicas, além das tradicionais estimativas realizadas por diversos homens do poder público. A última delas foi efetuada pelo Senador Pompeu de Souza Brazil, estimando, para o ano de 1869, uma população de 10.415.000 pessoas.

Foi a partir de 1870, mais precisamente em 1872, que se realizou o primeiro Recenseamento do Império, a partir da criação da Diretoria Geral de Estatística em 1871. Com base no Decreto n.º 4.856 de 30-12-1871, foram recenseados, na data base de 01-08-1872, 10.112.061 habitantes em todas as Províncias, distribuídos segundo a cor, o sexo, a condição jurídica (livres ou escravos), o estado civil, a nacionalidade, a ocupação e a religião.

De 1872 a 1980, nove Recenseamentos Gerais já foram realizados, com intervalo aproximadamente decenal. Não foram efetivados, dadas as condições políticas da época, os Censos de 1910 e 1930. Ao longo deste período um número cada vez maior de novas características sócio-econômicas era incorporado a cada novo Censo. Os motivos pelos quais tais características ingressavam no elenco de variáveis pesquisadas pelos Recenseamentos eram os mais diversos, variando desde preocupações individuais de técnicos e dos meios acadêmicos até solicitações e exigências do aparelho de Estado que se tornava mais complexo. As necessidades de estabelecer parâmetros de comparação internacional nos sistemas estatísticos nacionais também influiu, em larga medida, na incorporação de novos itens aos questionários dos Recenseamentos.

No entanto, a reconstrução da história dos Censos Demográficos brasileiros tem sido feita sem considerar os motivos que levaram à introdução de novas variáveis ou ao aprofundamento analítico de variáveis já existentes. Isto se deve, em grande parte, à ausência parcial ou total de documentos que venham a refletir a polêmica entre técnicos, Governo e demais instituições, na luta pela inclusão de itens nos questionários dos Censos. As informações relativas a este ponto devem ser buscadas nos depoimentos daqueles que viveram o "dia a dia" da elaboração, análise e crítica das Estatísticas de População no Brasil.

O objetivo deste trabalho é investigar a origem e a história da variável renda nos Censos Demográficos brasileiros, concentrando-se, com maior nível de detalhe, nos dados produzidos pelo Censo de 1980. Por se tratar de um trabalho de natureza interpretativa, muitas das hipóteses aqui tecidas estão sujeitas a comprovações. Portanto, o caráter especulativo deste trabalho faz com que ele deva ser lido com restrições.

⁵ Idem, p. 10.

1.1 — A variável renda nos Censos Demográficos brasileiros até 1950

O primeiro Censo que coletou informações sobre rendimentos da população foi o Demográfico de 1890. Desde 1887 (Lei n.º 3.348), já se encontrava prevista dotação para o Recenseamento Geral da população do Império para o ano de 1890 (art. 13). Com a Proclamação da República, foi restaurada a antiga Diretoria Geral de Estatística, criada pela Lei n.º 1.829 de 09-09-1870. A nova regulamentação fixou para 31 de dezembro a data base de referência para realização do 1.º Censo Demográfico da República; o de 1890 °.

Vale ressaltar que a reorganização do serviço de estatística foi feita, basicamente, em função da necessidade de se criar, junto à administração pública, a infra-estrutura necessária para a realização do referido Censo. Assim, pelo Decreto n.º 331 de 12-04-1890, foi estabelecido um novo regulamento da Diretoria Geral de Estatística, que incumbia a repartição de "dirigir os trabalhos do Recenseamento Geral de população, segundo os programas e os mapas que houver organizado e dar-lhe publicidade" 7. No dia 12-08-1890, através do Decreto n.º 659, são baixadas as instruções para o 2.º Recenseamento da população. Nestas instruções constava, no artigo 4, o seguinte dispositivo, no que tange às variáveis que seriam pesquisadas:

"quanto às relações sociais: a nacionalidade, a relação com o chefe da casa, a habilitação intelectual (se sabe ler e escrever, se tem instrução secundária ou superior, ou se possui título ou diploma científico, literário ou artístico), o culto, a profissão, a renda (da profissão, do emprego ou da propriedade)" 8.

O Censo de 1890 era composto de três boletins básicos: o primeiro, de informações individuais; o segundo, de informações quanto ao indivíduo na família; o terceiro, de informações quanto ao indivíduo na sociedade, sendo que, neste último, eram pesquisados os dados relativos à renda do informante.

Tanto nas instruções como no terceiro boletim, pode-se notar que a variável renda era pesquisada a partir de três formas que poderiam ser cumulativas: a oriunda da profissão exercida, caso o informante fosse autônomo, profissional liberal ou trabalhador por sua própria conta; a recebida através de relações empregatícias ou de assalariamento e, por fim, as outorgadas em virtude do informante deter propriedades de qualquer natureza que lhe propiciassem auferir receitas. Como todos os boletins eram, teoricamente, aplicados à totalidade da população ao nível de Estado, município e paróquia, poder-se-ia obter dados bastante desagregados sobre renda para o universo da população brasileira.

Oecreto n.º 113D, de 12-01-1890. Ver Bibliografia, 7.

⁷ Conforme o parágrafo 4 do Decreto n.º 331, de 12-04-1890. Ver Bibliografia, 7, p. 8.-

s Idem, p. 9-10. O grifo não é do original.

Todavia, "os trabalhos de apuração do Censo de 1890 ocorreram com grande morosidade, seja porque naquela época não eram ainda de aplicação corrente equipamentos mecânicos neste trabalho, seja porque concorreram para isso os acontecimentos políticos observados nos primeiros anos dos regimes republicanos" 9. Adicionavam-se, ainda, problemas administrativos ligados à transferência da Diretoria Geral de Estatística, da Secretaria do Ministério do Império para o Ministério da Viação. Assim, somente em 1900, às vésperas da realização do segundo Censo Decenal da República, é que foi anunciada a divulgação do último volume da série de publicações do Censo de 1890.

A publicação dos dados do Censo Demográfico de 1890 não ocorreu de forma completa. Os dados de renda, em especial, não foram tabulados e nem sequer mencionados nos volumes de divulgação 10. Embora não existam registros dos motivos que levaram à não divulgação desses dados, é versão corrente, na tradição oral "censitária", que a principal causa deste fato foi a má qualidade das informações de renda, refletidas num nível elevado de não declaração. A experiência com os resultados dos dados de renda do Censo Demográfico de 1890 implicou sua exclusão dos demais Censos Demográficos até 1950. Somente o Recenseamento de 1960 voltou a incluir informações sobre rendimentos da população. As explicações correntes que subsidiavam o porque de não se pesquisar a variável renda eram as mais diversas, cabendo destacar:

- a o desconhecimento de como a população reagiria a tal indagação;
- b o dado seria defeituoso porque o informante, na maioria dos casos, não era o chefe do domicílio e sim o cônjuge. Este, por sua vez, não estaria a par do rendimento do chefe do domicílio.

A incidência dos dois fatores acima descritos poderia levar um número muito elevado de pessoas a não declararem dados desta natureza, bem como a uma significativa desconfiança na qualidade dos dados, em virtude de estarem mal declarados ou sonegados.

Com os resultados de 1890, o Recenseamento de 1900 deixou de incluir informações sobre rendimentos. Os dados deste Censo relativos à Cidade do Rio de Janeiro, publicados em 1901, geraram grandes protestos em função da deficiência dos algarismos divulgados. Foi for-

ver Bibliografia, 14, p. 14.

¹⁰ Ver Bibliografia, 19. "Do exposto, conclui-se que, para a publicação constituída pela sinópse do Recenseamento Geral da República; pelo volume relativo a população discriminada por sexo, raça, estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo e pelo volume da população por idades, discriminada segundo o sexo e por paróquias, despendeu a Diretoria de Estatística cerca de dez anos; prazo evidentemente excessivo dado o caráter sumário das informações constantes nos quadros insertos naqueles volumes ..." (p. 13).

mada uma comissão para tomar conhecimento do assunto e informar ao Governo sobre a procedência das críticas elucidadas ¹¹. O parecer da comissão levou ao cancelamento dos resultados do Censo de 1900, no que tange ao Distrito Federal. Para repor esta lacuna foi realizado, em 1906, a cargo da Prefeitura Municipal do Distrito Federal, um novo Recenseamento do Estado do Rio de Janeiro.

Por motivos de natureza política, o Recenseamento de 1910 não chegou a ser realizado, embora tenham sido levados a cabo grande parte dos trabalhos necessários à sua execução. Porém, observando-se o artigo 7 das instruções preliminares do Censo Demográfico de 1910, verificase que as informações sobre rendimentos, novamente, não foram incluídas ¹².

O Recenseamento de 1920 representou uma ruptura com a tradicional estrutura censitária brasileira existente até então. Pela primeira vez foram elaborados os Recenseamentos Econômicos, cuja unidade básica de pesquisa era o estabelecimento. Embora o Censo Demográfico de 1920 não tenha incluído, novamente, questões, sobre rendimentos da população, algumas informações desta natureza foram pesquisadas a nível dos Censos Econômicos, tais como as taxas de salário profissional vigentes nas várias indústrias, segundo a idade e o sexo dos operários jornaleiros; taxas de salários médios regionais e taxas de salários diários nas profissões rurais. Deste esforço de investigação resultou publicação especial da Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio 13.

Sem dúvida esta foi a primeira publicação oficial brasileira com estatísticas sobre os rendimentos do trabalho das diversas ocupações industriais e agrícolas. O inquérito sobre salários industriais e rurais da Diretoria Geral de Estatística foi realizado conjuntamente com o Recenseamento de 1920, aproveitando-se para tal dos agentes do imposto de consumo e dos agentes recenseadores da população. Figuram, em seis tabelas numéricas, os resultados estatísticos dos dois inquéritos: quatro relativas à remuneração dos trabalhadores nas empresas fabris e duas referentes à retribuição dos serviços prestados nas explorações rurais. Nas instruções relativas ao preenchimento das informações sobre salários, constavam os detalhamentos relativos ao modo de responder aos quesitos referentes ao pagamento diário dos operários, explicando praticamente como deveria ser calculada a remuneração, quer no que diz respeito às indústrias, quer no tocante aos trabalhos agrícolas. Constavam, também, destas instruções, critérios que ajudavam a definir as distintas categorias profissionais.

¹¹ Idem, p. 15.

¹² Ver Bibliografía, 8. Na p. 2 pode-se ler: "art. 7.º. As declarações exigidas nas listas versarão sobre: nome, sexo, idade, estado civil, naturalidade, nacionalidade, religião, profissão, instrução, lugar de residência e relação com o chefe da casa".

¹⁸ Ver Bibliografia, 17.

O inquérito especial registrava um total de 231.811 operários jornaleiros, dos quais 146.486 do sexo masculino e 85.325 do sexo feminino; 201.758 adultos e 30.053 menores. Vale destacar que, para efeitos das informações sobre salários, eram considerados, apenas, os estabelecimentos com mais de oito empregados, o que deixava de fora uma expressiva parcela da força de trabalho industrial brasileira. A tabela 1 mostra a distribuição dos operários jornaleiros no Brasil por classes de rendimento.

TABELA 1 Distribuição dos operários jornaleiros adultos no Brasil por sexo, segundo classes de renda mensal — 1920

CLASSES DE RENDIMENTO	DIST JOI	RIBUIÇÃO DOS OPEI RNALEÍROS ADULTOS	RÁRIOS (%)
(Em mil réis)	Total	Homens	Mulheres
TOTAL	100,00	100,00	100,00
Até 87\$000	21,45	11,00	40,53
De 87\$000 a 107\$000	15,31	11,96	21,35
De 107\$000 a 179\$000	30,54	33,40	25,40
De 179\$000 a 237\$000	19,03	24,23	9,64
De 237\$000 a mais	13,67	19,41	3,08

FONTE — Diretoria Geral de Estatística. Inquérito Especial sobre salários industriais e rurais de 1920.

NOTA — Os dados originais em salário diário foram convertidos para renda mensal. Em virtude da antigüidade dos dados e pelo fato de não existir, na época, nenhum cálculo de estimativa inflacionária, não é possível avaliar em termos de hoje, os níveis de rendimento dos operários. No entanto, estimativas de Contador e Haddad permitem dizer que 1\$000, em 1920, equivalem a Cr\$ 42.16 e 1980. Assim, uma renda de 87\$000 equivaleria, em média, a Cr\$ 3.667.90 em 1980 (ver chamada 14). Apesar de estar, o maior salário mínimo regional, cotado em Cr\$ 4.149.60 em setembro de 1980, comparações entre os níveis de renda de 1920 e 1980 são muito difíceis de serem realizadas em cima de simples estimativas. Diferencas temorpais quanto ao grau de monetarização da economia e metrantilização. setembro de 1900, comparações entre os mives de fenta de 1920 e 1900 sau mitos de setem formadas em cima de simples estimativas. Diferenças temporais quanto ao grau de monetarização da economia e mercantilização das relações de troca impedem-nos de verificar o real significado de uma renda de 878000 para um operário em 1920, que ainda dispunha em muitos casos, de uma série de beneficios indiretos por parte do petrão (vilas operárias, por exemplo), além da disponibilidade de produzir alguns bens para a subsistência de suas próprias famílias.

Vale, no entanto, comparar a estrutura interna de distribuição de rendimentos dos operários jornaleiros em 1920. Assim, observa-se que, enquanto 11% dos homens situavam-se no estrato de renda mais baixo, 40% das mulheres encontravam-se nesta situação, o que poderia indicar, a priori, uma grande discriminação do trabalho feminino com relação ao aspecto de renda. O mesmo poderia se afirmar com relação ao trabalho do menor, dado que 82,16% dos menores auferiam rendimentos inferiores a 87\$000 contra 21% dos adultos.

O inquérito especial de salários de 1920 ainda dispõe de informações de renda cruzadas por grupos de indústria, desagregados por Estado, além de informações específicas para os distintos grupos profissionais

¹⁴ Ver Bibliografia, 2, p. 407-40. Dados de 1970 a 1980 deflacionados com base no findice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP/DI da Fundação Getúlio Vargas).

dentro de cada ramo de indústria. Foram ainda registradas informações semelhantes para os trabalhadores rurais.

A instauração dos Censos Econômicos, a partir de 1920, possibilitou o cálculo dos salários nos estabelecimentos industriais e agrícolas e, posteriormente, comerciais e de prestação de serviços nos Recenseamentos subsequentes. No entanto, os Censos Demográficos, particularmente os de 1940 e 1950, continuaram a não incluir as informações de renda da população.

Assim como ocorreu em 1910, o Censo Demográfico de 1930 não foi realizado, em função da conjuntura política da época. O Recenseamento que sucedeu, imediatamente, o de 1920, foi realizado somente em 1940.

O planejamento do Censo Demográfico de 1940 foi feito a partir da criação de uma comissão censitária, composta por um membro de cada Ministério existente. Embora não hajam registros das reuniões dessa comissão, sabe-se, através da tradição oral, que foi aventada a hipótese de serem incluídas informações relativas à renda individual, através dos quesitos propostos para o questionário do referido Censo. Travavase, na época, intenso debate sobre o estabelecimento do salário mínimo e as informações relativas à renda trariam grande subsídio à fiscalização e verificação do cumprimento da legislação a ser fixada sobre o tema. No entanto, continuava a haver resistências quanto à forma de investigação dos dados desta natureza, bem como dúvidas quanto à sua fidedignidade. Dos 42 quesitos propostos para constarem no questionário do Censo Demográfico de 1940, só 25 foram incluídos, seja por questões técnico-operacionais, seja por questões de prazo. Deste corte, certamente, faziam parte os dados relativos à renda.

A retomada das preocupações com a inclusão dos quesitos sobre renda nos Censos Demográficos ocorreu, novamente, por ocasião da preparação do Censo Demográfico de 1950. Com o fim da Segunda Grande Guerra, houve um movimento de fortalecimento das instituições de representação, ajuda e cooperação internacional. A reorganização da Organização das Nações Unidas (ONU) (antiga Liga das Nações) e da Organização dos Estados Americanos (OEA); a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e de diversos outros organismos internacionais foi a decorrência imediata da necessidade de reconstruir as economias nacionais prejudicadas pela guerra, bem como de criar um forum internacional de discussão dos problemas mundiais com a finalidade de evitar ou minimizar a deflagração de novos conflitos.

O funcionamento destes órgãos demandava, não só uma grande massa de informações relativas a cada país, mas também um grande esforço de normatização e padronização dessas estatísticas para efeitos de estabelecer a comparabilidade necessária ao planejamento, à fixação de prioridades e à tomada de decisões

Os Estados Nacionais Americanos tiveram no Instituto Interamericano de Estatística (IASI) o órgão responsável pela tarefa de padronizar as diversas estatísticas dos países americanos. Desde 1943, por ocasião da realização do Primeiro Congresso Demográfico Interamericano, reunido na Cidade do México, o IASI ficou incumbido de "realizar os trabalhos preparatórios para execução de um Censo Geral de População nos países do Continente Americano em 1950" ¹⁵, criando para tal fim o Comitê do Censo das Américas de 1950 (COTA 50).

A primeira reunião do COTA 50 ocorreu em Washington, entre 2 e 16 de setembro de 1947, baixando uma série de normas que deveriam ser aceitas por ocasião da realização dos diversos recenseamentos americanos previstos para o ano de 1950. Durante esta reunião foi fixado um "Programa Mínimo do Censo Demográfico Interamericano" a partir de acordo feito entre a junta coordenadora e os representantes das 22 nações americanas participantes do Comitê. Este Programa Mínimo estabeleceu que, além das perguntas usuais relativas ao nome, endereço, etc., deveriam constar do questionário do Censo Demográfico os seguintes itens: 1 — parentesco ou relação com o chefe da família; 2 — sexo; 3 — idade 16; 4 — estado civil; 5 — lugar de nascimento 17; 6 — naturalização; 7 — alfabetização (Sabe ler e escrever? Sim ou Não); 8 — grau de instrução; 9 — língua materna; 10 — População Economicamente Ativa (PEA) (ocupação individual; ramo de atividade econômica e posição na ocupação) 18.

Desta reunião ficaram pendências para o próximo encontro, cabendo destacar definições e normas de classificação dos itens incluídos no Programa Mínimo, bem como estudos sobre a possibilidade de incluir neste Programa itens relativos à nacionalidade; renda proveniente de salário ou jornada; fecundidade, características culturais; situação do domicílio e população dependente economicamente da agricultura ¹⁹. As 14 resoluções seguintes tratavam de diversos outros assuntos, tais como os Censos Agropecuário e Econômico de 1950; legislação e organização censitárias; cartografia para fins censitários; planos de tabulação, guia dos métodos censitários; relações com as Nações Unidas; programas de cooperação técnica; reorganização dos registros civis e assuntos de caráter administrativo ²⁰.

¹⁸ Ver Bibliografia, 18, Resolução n.º 1.

¹⁶ A informação sobre idade deveria ser dada em anos completos no último aniversário e em meses, para os menores de 1 ano. A tabulação mínima de idade por sexo deveria conter os seguintes grupos de idade; menores de 1 ano: 1 a 4 anos; 5 a 9 anos, etc., em grupos quinquenais até 84 anos e 85 e mais.

 $^{^{17}}$ Para os nacionais deveria ser indicada a principal unidade territorial do País (Estado, departamento ou província) e para os estrangeiros, o país de nascimento.

¹⁸ Ver Bibliografia, 18, Resolução n.º 2.

¹⁹ Ver Bibliografia, 18, Resolução n.º 2.

²⁰ Ver Bibliografia, 18.

A segunda reunião da COTA-50 realizou-se no Rio de Janeiro, entre 14 e 25 de fevereiro de 1949. A primeira resolução deste segundo encontro do Comitê aprova o relatório da primeira reunião, realizada em 1947, nas medidas que não se opunham às resoluções da nova reunião. Na terceira resolução, relativa a tópicos para o Censo Demográfico de 1950, observa-se que ficaram mantidos, como Programa Mínimo, os dados relativos à população total, sexo, idade, estado civil, lugar de nascimento, nacionalidade, idioma ou língua, características educacionais (incluindo alfabetização); fecundidade, características econômicas (ocupação, ramo de atividade e posição na ocupação); situação de domicílio, dados sobre família e dados sobre habitação ²¹. Da comparação com as resoluções da primeira reunião, depreende-se que o Programa Mínimo foi ampliado, entre 1947 e 1949, passando a incluir os itens sublinhados acima.

No entanto, continuaram como recomendações adicionais a inclusão de itens como características culturais; população dependente de atividades econômicas não agropecuárias e rendimentos provenientes de salário ou vencimentos. Com relação a este último item constava a seguinte complementação: "recomenda-se a inclusão deste tópico, aos países que julgarem conveniente obter informação sobre o mesmo" ²².

A terceira reunião da COTA-50, que teve como locus a Cidade de Bogotá (Colômbia), realizou-se entre 9 e 21 de janeiro de 1950. Daque-la reunião saíram, em definitivo, a recomendação e formulação de tópicos, definições uniformes e tabulações-padrão, bem como o Programa Mínimo Interamericano para os Censos de população de 1950 23. Os itens a serem pesquisados, adotados como "mínimo interamericano", para os Censos Demográficos em 1950 foram: população total; sexo; idade; estado conjugal; lugar onde nasceu; cidadania (nacionalidade); idioma; características educacionais (alfabetização); nível educacional; freqüência escolar e nível de escola freqüentada; fertilidade; população urbana e rural; domicílio; PEA e inativa; ocupação, ramo de atividade econômica; posição na ocupação e população dependente da agricultura. Ficaram novamente, como recomendações opcionais, as características culturais; população dependente de atividades econômicas não agropecuárias; renda de salários e vencimentos e emprego e desemprego.

Em virtude das resistências anteriores a pesquisar rendimentos nos Censos Demográficos e, dado que as recomendações internacionais não julgavam prioritária tal pesquisa, os dados sobre renda não foram incluídos mais uma vez no questionário do Censo Demográfico de 1950. A última reunião do Comitê do Censo das Américas de 1950, realizada em

²¹ Idem, p. 15-7.

²² Ver Bibliografia, 18, Resolução n.º 3.

²³ Idem, Resolução n.º 1.

Washington entre 11 e 15 de junho de 1951, teve caráter de avaliação preliminar das experiências realizadas. Foram, também, feitas recomendações aos países que não tinham, ainda, consubstanciado experiências censitárias desta envergadura. Porém, em nenhum momento foram feitos comentários sobre os dados de renda ou a possibilidade de incluí-los em novos Censos Demográficos.

Vale destacar que o Censo Demográfico de 1950 contou com restrições orçamentárias profundas que dificultaram, em larga medida, a introdução da pesquisa de novas características, fossem elas sugestão de órgãos governamentais ou da comunidade acadêmica.

1.2 — A variável renda nos Censos Demográficos a partir de 1960

O Censo Demográfico de 1960 foi o primeiro que voltou a incluir a investigação sobre os rendimentos da população, retirada dos questionários censitários desde 1890. Apesar da polêmica travada em torno da dificuldade de coletar informações sobre esta variável, a decisão quanto à sua inclusão foi favorável, desde que fossem tomadas certas precauções. O procedimento adotado privilegiou a pesquisa de rendimentos a partir de classes prefixadas de renda onde o indivíduo seria incluído. Os valores relativos a estas classes variaram em torno de múltiplos e submúltiplos da média dos salários mínimos regionais do Brasil, vigentes entre as datas de planejamento e coleta do Censo ²⁴.

Pela primeira vez foi utilizado o critério de amostragem na investigação das características sócio-econômicas. Os dados de renda, a exemplo de muitos outros quesitos, foram coletados para $25\,\%$ dos domicílios entrevistados, sendo expandidos, posteriormente, de forma a representarem o universo.

A informação sobre rendimento foi captada através de um único quesito (Item T do questionário), abrangendo todas as pessoas de 10 anos ou mais, independentemente de trabalharem ou não. Na instrução relativa ao quesito, constava que deveriam ser consideradas para o cálculo da renda todas as importâncias recebidas no mês anterior à data do Censo, provenientes de salários, ordenados, honorários de profissionais liberais, retiradas de empresários de negócios, gratificações, comissões, gorjetas, pensões, donativos regularmente recebidos, rendas vitalícias decorrentes de seguros totais ou similares, quantias recebidas pelo usufruto de bens, renda de aluguéis, etc. Para as pessoas que recebiam rendimentos variáveis foi considerada a média dos 12 meses anteriores à data do Censo como base de cálculo da renda.

²⁴ As classes de renda utilizadas foram dados em cruzeiros, da seguinte forma: até 2.100; de 2.101 a 3.300; de 3.301 a 4.500; de 4.501 a 6.000; de 6.001 a 10.000; de 10.001 a 20.000; de 20.001 a 50.000; 50.001 e mais; sem rendimento.

A forma de captação dos dados de renda, segundo o Censo Demográfico de 1960, trazia alguns inconvenientes. Em primeiro lugar, não era possível a obtenção de informações sobre rendimentos do trabalho, dado que todas as rendas estavam agregadas num único quesito. A obtenção de dados sobre renda da PEA era possível, embora nem todos os rendimentos dessa população fossem provenientes do exercício de atividade econômica.

Outro inconveniente era dado pelo fato dos rendimentos estarem agregados em um único quesito. Esta ausência de discriminação da renda pode ter possibilitado uma subenumeração das quantias recebidas pelo esquecimento, ou pela não declaração, por parte do informante, de toda a sua renda. Assim, acredita-se que a forma de captação possa ter levado a uma subestimação dos dados de renda do Censo de 1960.

Os resultados desse Recenseamento foram divulgados, em sua totalidade, com um largo atraso. As restrições orçamentárias do Censo foram os principais fatores responsáveis por esta demora na apuração e divulgação dos resultados. A compra por parte da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de um computador UNIVAC 1105, em condições não operacionais, retardou muito a apuração. A finalização destas tabelas só veio, efetivamente, a se realizar em 1977, quando foram divulgados os volumes finais do Censo e revisados os dados anteriormente publicados. A escasses de recursos desse Censo foi tão significativa que os recenseadores só foram pagos cerca de dois anos após o desempenho de suas tarefas de campo.

Em finais dos anos 60 e início dos anos 70, a preocupação de diversos meios técnicos, governamentais e acadêmicos, com o desempenho econômico e social pós-1964 surge de forma categórica. A realização de pesquisas por amostragem domiciliar, a partir de 1966, veio a abrir novas perspectivas para os estudiosos dos aspectos sócio-econômicos e demográficos da população brasileira. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) surge de forma sistemática a partir de 1967, com periodicidade trimestral. Diversos organismos internacionais, como o IASI — órgão da OEA — e a Comissão de Aperfeiçoamento de Estatísticas Nacionais (COINS) empenhavam-se, desde 1964, para que fosse desenvolvido o Programa Interamericano de Estatísticas Básicas (PIEB), cuja idéia principal era o aproveitamento nas Américas do modelo ATLÂNTIDA, elaborado pelo Bureau of the Census dos Estados Unidos da América (EUA). Os primeiros resultados deste modelo foram apresentados no III Seminário da América Latina de Pesquisas Domiciliares, realizado na Cidade do México, em 1965 25.

Nas principais características investigadas das PNAD's, já se incluía a variável renda. O Decreto n.º 63.010 de 18-07-1968, criando o Plano Nacional de Estatísticas Básicas, referenda a necessidade de se

²⁵ Ver Bibliografia, 15.

manter levantamentos como a PNAD. Nos meses que antecederam a promulgação desse decreto realizou-se no Rio de Janeiro a I Conferência Nacional de Estatística, onde se recomendava a utilização de unidades espaciais menores na pesquisa e agregação dos dados, e a ampliação da coordenação da mesma, que deveria contar com elementos do IPES (USP), SERFHAU/CIOUL, SUDAM, SUDESUL, SUDENE e SUDECO. Quanto à divulgação dos dados foram feitas recomendações especiais no que tange à variável renda, no sentido de estabelecer cruzamento de dados sobre salário por sexo, instrução, setor de atividade e posição na ocupação.

Os estudos feitos com base na PNAD na década de 60 pelo CNRH/IPEA, bem como por outros órgãos, no que se refere ao tema força de trabalho, tiveram largos impactos na pesquisa de variáveis desta natureza no Censo Demográfico de 1970. O nível de expectativa, especialmente quanto aos dados de renda, era bastante elevado, principalmente na comunidade técnico-científica que, através da aplicação de técnicas econométricas modernas, poderia verificar a evolução dos níveis de concentração da renda no Brasil.

Paralelamente, a pesquisa dos níveis de rendimento da população no Censo Demográfico de 1970 traria a possibilidade de comparação com dados desta natureza contidos no Censo Demográfico de 1960. Dessa forma, as autoridades governamentais poderiam checar a eficácia do modelo econômico adotado, no que tange aos seus efeitos redistributivos.

A pesquisa da renda no Censo Demográfico de 1970 continuou a ser feita em um único item (Quesito 20 do questionário). A grande diferença existente, com relação ao inquérito anterior, consiste no tipo de captação. Enquanto no Censo Demográfico de 1960 a resposta seria dada de forma fechada, em classes de rendimento prefixados, no de 1970 a resposta foi deixada em aberto. Assim, o recenseado teve a liberdade de declarar o montante nominal de sua renda, o que trouxe grandes vantagens no cálculo dos indicadores de distribuição de renda, que sempre sofrem distorções quando os dados são pesquisados a partir da distribuição das pessoas em classes de renda prefixadas. Como ocorreu com o Recenseamento anterior, o quesito renda, bem como as demais características sócio-econômicas, só foi pesquisado em 25% dos domicílios.

Na especificação de quais rendimentos deveriam ser declarados constava:

- a os do último mês, para os que auferissem rendimentos fixos (salários, ordenados, vencimentos contratuais, soldos de militares, etc.);
- b a renda média dos últimos 12 meses, para os que recebessem importância variáveis (honorários de profissionais liberais, comissões de venda ou corretagem, pagamentos pela prestação de serviços, etc.);

- c o rendimento fixo do último mês, acrescido da renda média dos últimos 12 meses, para os que recebessem parte fixa e parte variável;
- d a média das importâncias mensalmente recebidas, provenientes de donativos, aluguéis e retiradas de empresários;
- e as diferenças entre os preços de aquisição e de venda, para as pessoas que vivessem de revenda;
 - f quantias auferidas pelo usufruto de bens;
 - g seguros de renda vitalícia.

Observa-se que a discriminação dos rendimentos, conforme aparece no Censo de 1970, é muito mais explícita do que a relativa do Censo de 1960, embora, implicitamente, as discriminações adicionadas em 1970 também deveriam ser declaradas.

No planejamento do Censo de 1970, presumia-se que o informante já era suficientemente esclarecido para poder informar, de forma relativamente precisa, o montante de seu rendimento. No entanto, existem críticas que também apontam no sentido de uma maior subestimação da renda nas informações coletadas pelo Censo de 1970.

A divulgação dos dados sobre rendimento do Censo detonou intenso debate sobre a questão da distribuição da renda no Brasil. Diferentemente do esperado pelos setores governamentais, os dados apontaram um intenso processo de concentração de renda ao longo da década de 60. Os setores técnicos científicos puderam se beneficiar do fato de que os dados do Censo de 1970 estavam totalmente alocados em fitas magnéticas, o que facilitava, via processamento computadorizado, o seu tratamento estatístico.

Todas as estimativas feitas mostraram forte concentração da renda pessoal no Brasil, destacando-se entre elas as realizadas por Hoffmann ²⁶; Langoni ²⁷; Faishlow ²⁸ e Costa ²⁹. Deve-se destacar, no entanto, que existiam diferenças quanto às hipóteses levantadas por estes autores no que se refere às causas da concentração. Porém, para o Governo, a realidade dos dados não lhe destinava outra alternativa do que a de dizer que "era melhor esperar o bolo crescer para depois dividi-lo".

Ao longo da década de 70, a reformulação das PNAD's proporcionou muitos elementos para a pesquisa sobre rendimentos no Brasil. O modelo trimestral das PNAD's, em vigor até 1973, foi interrompido nos anos de 1974 a 1975, por ocasião da realização do Estudo Nacional de

²⁶ Ver Bibliografia, 5.

Wer Bibliografia, 6.

²⁸ Ver Bibliografia, 4.

²⁹ Ver Bibliografia, 3.

Despesa Familiar (ENDEF). A partir de 1976 as PNAD's voltaram a ser realizadas com periodicidade anual pesquisando diversos temas novos na área de força de trabalho e distribuição da renda, em especial.

Desta forma, o Censo Demográfico de 1980 contou com a experiência acumulada das PNAD's no planejamento de novos quesitos. O planejamento do Censo de 1980 foi, sem via de dúvidas, dos mais demorados da história dos Recenseamentos brasileiros, tendo seu início em 1976. Isto possibilitou uma análise criteriosa das variáveis a serem incluídas no questionário. A participação nas decisões dos quesitos que formariam o elenco de perguntas deste Recenseamento foi aberta aos técnicos de diversos órgãos governamentais, contando com a colaboração de elementos da comunidade técnico-científico e dos técnicos da Superintendência de Estudos Geográficos e Sócio-Econômicos (SUEGE) do próprio IBGE.

A investigação dos rendimentos no Censo Demográfico de 1980 foi a mais detalhada até então. O questionário contava com sete quesitos relativos a renda e um referente ao número de salários anuais recebidos pelos empregados. Os rendimentos foram classificados, pela primeira vez, em "rendimentos do trabalho" e "outros rendimentos", aumentando sensivelmente a qualidade da informação prestada, com relação aos Censos anteriores.

Como rendimentos do trabalho, foram classificados aqueles obtidos no exercício da ocupação habitual e o relativo ao exercício de outras ocupações.

Utilizando-se dos mesmos critérios adotados nos Recenseamentos anteriores, as pessoas que recebiam rendimentos fixos deveriam declarar como renda o rendimento obtido no mês anterior à data do Censo e, como rendimentos variáveis, a média mensal dos 12 meses anteriores à data do Censo.

Como outros rendimentos, foram considerados a renda bruta mensal proveniente de aposentadoria ou pensões; aluguéis ou arrendamentos; doação ou mesada e emprego de capital; sendo cada um destes itens pesquisado separadamente de forma aberta, tendo o informante que declarar, a exemplo do procedimento relativo aos rendimentos do trabalho, a quantia em cruzeiros recebida.

O quadro 1 ilustra a evolução das pesquisas sobre rendimentos, entre os Censos Demográficos de 1960 a 1980.

Apesar de contar com algumas características comuns, tais como a utilização do processo de amostragem na pesquisa dos dados de renda, os Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980 apresentam problemas na comparabilidade das informações relativas a esta variável. Na próxima parte deste trabalho serão analisadas as principais causas da dificuldade de comparação.

QUADRO 1

Quadro analítico das categorias investigadas ao longo dos Censos Demográficos — Rendimentos

			(continua)				
DISCRIMINAÇÃO		CENSOS DEMOGRÁFICOS					
	1960	1970	1980				
1 — Conceito	RENDIMENTO MENSAL — Todas as importâncias recebidas no mês anterior à data do Censo, provenientes de salários, ordenados, honorários de profissionais liberais, retiradas de empresários de negócios, gratificações, comissões, gorgetas, pensões, donativos regularmente recebidos, rendas vitalícias, decorrentes de seguros totais, ou similares, quantias recebidas pelo usufruto de bens, renda de aluguéis, etc. Para as pessoas que auferiam rendimentos variáveis, foi considerada a média dos 12 meses anteriores à data do Censo.	RENDIMENTO MENSAL — Foram considerados: a – o último mês, para os que auferissem rendimentos fíxos (salários, ordenados, veneimentos contratuais, soldos de militares, etc.); b – a renda média dos últimos 12 meses, para os que percebessem importâncias variáveis (honorários de profissionais liberais, comissões de venda ou corretagens, pagamentos pela prestação de serviços, etc.); c – o rendimento fixo do último mês acrescido da renda media dos últimos 12 meses, para os que recebessem parte fixa e parte variável; d –a média das importâncias mensalmente recebidas provenientes de donativos, aluguéis e retiradas de empresários; e – as diferenças entre os preços de aquisição e de venda, para pessoas que vivessem de revenda; f – quantias auferidas pelo usufruto de bens; g – seguros de renda vitalícia.	RENDIMENTO DO TRABALHO — Rendi mento obtido no exercício da ocupação habi tual e em outras ocupações, seja ele fixo ou va riável. Da mesma forma que nos Censos ante teriores, considerou-se como rendimento fixo do mês anterior à data do Censo e como rendimento variável, a média mensal dos 12 mese arteriores à data do Censo. OUTROS RENDIMENTOS — Rendimento bruto mensal proveniente de aposentadoria o pensões; aluguéis ou arrendamento; doação ou mesada; emprego de capital. Não foram captados como rendimentos, doações eventuais, heranças, indenização, retiradas do FGTS e prêmios em dinheiro, obtidos em loterias, concursos, sorteios, etc.				
2 — Forma de captação	Os níveis de rendimento foram avaliados em um único quesito, através de classes, com base em valores correspondentes aos salários mínimos vigentes nas diversas regiões do País, especificados nos instrumentos de coleta. As classes consideradas foram (em cruzeiros): até 2.100; de 2.101 a 3.300; de 3.301 a 4.500; de 4.501 a 6.000; de 6.001 a 10.000; de 10.001 a 20.000; de 20.001 a 50.000; 50.001 e mais; sem rendimentos. (Quesito T do questionário do Censo).	Os níveis de rendimento foram avaliados em um único quesito, de forma aberta, em cruzeiros, da data de referência do Censo. As pessoas que não responderam ao quesito, embora as demais características indicassem a existência de renda, foram classificadas como "sem declaração de rendimentos". (Quesito 2º do questionário do Censo).	Os rendimentos do trabalho foram captados, de forma aberta, em três quesitos, em cruzeiros da data de referência do Censo (Quesitos 37, 36 e 39). Os rendimentos de outras fontes foram captados, de forma aberta, em quatro quesitos, em cruzeiros da data de referência do Censo (Quesitos 45 a 49). Foram pesquisados individualmente os rendimentos em dinheiro da ocupação principal; o rendimento das outras ocupação principal; o rendimento das outras ocupações; o rendimento de aposentadoria ou pensões; o rendimento de aluguéis ou arrendamentos; o rendimento de doações ou mesadas e o rendimento do emprego de capital. Para os empregados foi investigado quantos salários recebe por ano. (Quesito 40).				

QUADRO 1

Quadro analítico das categorias investigadas ao longo dos Censos Demográficos — Rendimentos

(conclusão)

DISCRIMINAÇÃO		CENSOS DEMOGRÁFICOS	
	1960	1970	1980
3 — Abrangéncia	Foram investigados os rendimentos para to- das as pessoas de 10 aros e mais, independen- temente de trabalharem ou não. Os rendimentos do trabalho não poderiam ser obtidos diretamente. Para conhecer os rendi- mentos da PEA, deveriam ser considerados apenas aqueles referentes às pessoas que tra- balhavam. O rendimento familiar poderia ser obtido pe- la soma dos rendimentos das pessoas que com- põem a família.	Foram investigados os rendimentos para to- das as pessoas de 10 anos e mais, independen- temente de trabalharem ou não. Os rendimentos do trabalho não poderiam ser obtidos diretamente. Para conhecer os rendi- mentos da PEA, deveriam ser considerados apenas aqueles referentes às pessoas que tra- balhavam. O rendimento familiar poderia ser obtido pe- la soma das pessoas que compõem a família. Se uma dessas foi considerada como "sem de- claração de rendimentos", toda a família fi- caria incluída nesta classificação.	Foram investigados os rendimentos da ocupa ção habitual, para menores de 5 a 9 anos didade. Foram investigados os rendimentos ditabalho (na ocupação habitual e em todas a ocupações) para as pessoas de 10 anos e mais Foram investigados os outros rendimertos ditodas as pessoas de 10 anos e mais, independentemente de trabalharem ou não. O rendimento familiar poderia ser obtido a partir da soma dos rendimentos das pessoas que compõem a família. Os sem declaração foram calculados da mesma forma que no Censo di 1970.
4 — Referência temporal	Para os que recebem rendimentos fixos foram considerados os relativos ao mês anterior à data do Censo. Para os que recebem rendimentos variáveis foi considerada a média mensal dos rendimentos do ano anterior à data do Censo.	Rendimentos fixos — (salários, ordenados, vencimentos contratuais, saldos, etc.) → mês anterior à data do Censo. Rendimentos valiáveis — (honorários de profissionais liberais, comissões de venda, corretagens, prestações de serviços, donativos, aluguéis, retiradas de empresários, lucro com operações de revenda) → média mensal dos 12 meses anteriores à data do Censo. Para os que recebessem rendimentos fixos e variáveis foi considerada a soma da parte fixa (mês anterior) com a parte variável (média mensal dos 12 meses anteriores à data do Censo).	Rendimento médio mensal bruto obtido n ocupação principal e nas outras ocupações — Para empregados, rendimento do mês ante terior, para empregadores e autônomos, médimensal do rendimento dos 12 meses anteriore à data do Censo. Rendimento de outras fontes — Para aposen tados e pensionistas, rendimento do mês anterior, para rendimentos de aluguéis e arrendamentos, de doações regularmente recebidas de emprego de capital, média mensal dos rendimentos dos 12 meses anteriores à data de Censo.

2 — A COMPARABILIDADE DOS DADOS DE RENDA DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS: PRÓS E CONTRAS

As dificuldades de comparação dos dados de renda do Censo Demográfico de 1960 podem ser derivadas de três ordens de fatos:

- 1 diferenças quanto aos conceitos utilizados:
- 2 diferenças de ordem técnico-operacional, por ocasião da realização dos Censos e;
- 3 problemas ligados a mudanças na estrutura social brasileira não captados pelos Censos.

2.1 — Diferenças quanto aos conceitos utilizados

1 — Ao observar o que deveria ser declarado como renda nos questionários dos Censos Demográficos de 1960 a 1980, sobressai, de imediato, a crescente complexidade na investigação, refletida numa especificação cada vez mais detalhada do que deve ser declarado. Em 1970 são explicitados vários tipos de renda que não constavam do questionário de 1960, tais como soldo de militares, pagamento de prestação de serviços, diferenças entre o preço de aquisição e de venda, para os que vivem de tais atividades, só para citar alguns exemplos. Paralelamente, a forma de captação da renda torna-se mais explícita, como é o caso dos que recebem rendas parciais fixas e variáveis, que embora presentes em 1970, não apareciam no questionário de 1960.

A primeira vista este não parece ser um fato importante, mas na verdade é. No processo de Recenseamento, existem aspectos objetivos e subjetivos na relação entre o entrevistador e o entrevistado. As relações objetivas estariam, formalmente dadas pelas instruções do que deve ser (e de como deve ser) pesquisado, refletidas nos diversos documentos de instrução. As relações subjetivas seriam o resultado da percepção do recenseador quanto aos quesitos do Censo, transmitida ao longo do processo de treinamento, podendo estar mediadas pelo cansaço do informante, pela pressa do recenseador em terminar a entrevista, etc. Mas em termos objetivos, a instrução do Censo determina o que deve ser (e, por oposição, o que não deve ser) declarado. Assim, embora muitas das instruções relativas ao item renda, tenham caráter de exemplificação, elas podem transmitir uma postura impositiva, tanto ao entrevistado como ao entrevistador, dizendo também que qualquer outro tipo de renda que não conste da instrução não precisa ser declarada.

Dessa forma, quanto menos explícita for a declaração, maior a possibilidade de sonegação não intencional das informações de renda, e vice-versa. Presume-se, portanto, que os rendimentos declarados nos Censos mais antigos tenham um grau de subdeclaração mais elevado do que os declarados no Recenseamento mais recente.

- 2 No caso do Censo de 1960 tal fato fica minimizado, dado que a informação foi prestada em classes de renda prefixadas. Mas esta consideração é totalmente válida quando se compara os dados dos Censos de 1970 e 1980. O último Censo Demográfico, além de ser mais explícito na conceituação da renda, pesquisa cada forma de renda em forma separada. Assim são pesquisados, individualmente, cada um dos itens abaixo:
- a rendimento médio mensal bruto, recebido em dinheiro, na ocupação principal (Quesito 37);
- b rendimento médio mensal bruto auferido pelo recebimento de produtos ou mercadorias da ocupação principal (Quesito 38);
- c rendimento médio mensal bruto de outras ocupações exercidas habitualmente (Quesito 39);
- d rendimento bruto mensal percebido de aposentadoria (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), reforma, jubilação, etc.) de pensão de instituto, caixa de assistência social ou fundo de pensão, de abono permanência e, dividido por 12, o 14.º salário recebido do Plano de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) (Quesito 46);
- e rendimento médio mensal proveniente de aluguel ou arrendamento de imóvel, móvel, veículo, máquina, etc., inclusive sublocação (Quesito 47);
- f rendimento médio mensal regularmente recebido, proveniente de doação em dinheiro, mesada de pessoa não moradora do domicílio ou pensão alimentícia (Quesito 48);
- g média mensal de outros rendimentos de emprego de capital, recebidos nos últimos 12 meses (Quesito 49).

Isto, certamente, é distinto da forma utilizada pelo Censo Demográfico de 1970 que investigava, apenas o rendimento médio mensal (Quesito 20).

Esta grande diversidade na pesquisa de rendimentos, pode ter induzido a uma subestimação da renda declarada em 1970, com relação a de 1980, pelo simples fato da última estar mais especificada. Adicione-se a tudo isso, a diferença advinda pela omissão de que tipo de renda deveria ser declarada no Censo de 1970. Em outras palavras, enquanto o Censo de 1980 é explícito com relação à declaração dos rendimentos brutos, o Censo de 1970 não explicita que tipo de renda deve ser declarada; se a bruta ou a líquida.

3 — A diferença conceitual entre os Censos de 1970 e 1980 traz ainda novos problemas de comparabilidade. Em 1980 é possível obter-se, discriminadamente, os rendimentos do trabalho e os outros rendimentos. Os rendimentos do trabalho, por sua vez, podem ser pesquisados discriminadamente em rendimentos da ocupação principal e das outras ocupações. Paralelamente, os rendimentos que não são provenientes do trabalho podem ser investigados em quatro formas distintas, conforme verificamos acima. O Censo de 1970, no entanto, só permite a obtenção de dados de renda de forma agregada. Portanto se existe possibilidade de comparação, esta se restringe ao somatório dos dados obtidos nos diversos itens de renda, mesmo assim, considerando-se as restrições já apontadas.

Vale destacar que o Censo de 1980 ainda permite conhecer a renda do trabalho auferida pelas atividades econômicas exercidas por menores de 5 a 9 anos de idade. Existem sérias dúvidas quanto a qualidade desse dado, já que o número de casos apontados sugere a hipótese de subdeclaração.

Os dados do Censo Demográfico de 1980, no que tange a investigação da renda, só poderiam ser comparados, ao nível dos conceitos utilizados, com os dados das PNAD's da segunda metade da década de 70; mormente a PNAD-76.

- 4 Paralelamente outros conceitos de renda tornaram-se prejudicados, tais como o de renda familiar ou domiciliar. Os dados do Censo de 1980 deveriam incluir, nesses conceitos, o rendimento auferido pelo trabalho de menores de 5 a 9 anos, o que prejudicaria drasticamente a comparabilidade com os Censos anteriores. Mas, mesmo ignorando estes rendimentos, a comparação não é das melhores, em virtude dos aspectos já mencionados anteriormente.
- 5 Por fim, vale dizer que os dados de renda do Censo de 1960 são grosseiramente distintos dos pesquisados nos Recenseamentos posteriores. Os métodos e técnicas atualmente utilizados no cálculo da distribuição da renda são feitos com vistas à obtenção de indicadores bastante sensíveis, e exigem que a informação de renda seja dada nominalmente e não em intervalos de classes de renda. A comparação entre os dados do Censo de 1960, onde a renda foi auferida em classes, com os dos Censos posteriores, mesmo com a introdução de ajustamentos estatísticos que minimizem o efeito dos intervalos de classe, é bastante perigosa.

Portanto, do ponto de vista dos conceitos sobre rendimentos utilizados nos Censos, pode-se dizer que o Censo Demográfico de 1980 é, sem via de dúvidas, o melhor, embora algumas das características de renda nele investigadas não tenham nenhum paralelo "para trás", em termos de comparação.

2.2 — Diferenças de ordem técnico-operacional

1 — Problemas ligados aos aspectos administrados dos Censos Demográficos também podem alterar significativamente os resultados encontrados. Para exemplificar tal afirmação, será discutido, neste tópico,

um acontecimento que pode ter prejudicado sensivelmente a qualidade dos dados de renda do Censo Demográfico de 1980.

O planejamento de um Censo Demográfico é muito mais complexo do que à primeira vista se pode pensar, na medida que envolve, desde aspectos conceituais metodológicos e estatísticos, até problemas de ordem administrativa e orçamentária. Um dos aspectos administrativos liga-se à organização, planejamento e desempenho da rede de coleta. Deve-se planejar, neste particular, uma forma de remuneração ao recenseador, supervisor, etc., que possibilite a garantia de que a coleta será feita segundo critérios preestabelecidos.

Seguindo a tradição censitária brasileira, o IBGE utilizou, como critério de remuneração para o Censo Demográfico de 1980, pagamentos diferenciados para as entrevistas do questionário da não-amostra e para as entrevistas do questionário completo, correspondente a amostra de 25% dos domicílios entrevistados. Esse processo foi acompanhado por rígida supervisão, na medida em que a amostra é escolhida seqüencialmente. Assim, se temos domicílios em seqüência, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, por exemplo, aos domicílios 4 e 8 serão aplicados questionários completos e aos restantes o questionário simplificado.

Esse processo permite rígida supervisão em algumas partes das regiões urbanas, onde existem ruas, numeração dos domicílios, etc. Porém, em favelas ou regiões rurais, onde os domicílios não permitem sequenciação, este processo torna-se mais difícil de ser acompanhado, devendo ser obedecida a ordenação, segundo a sequência de entrevistas feitas pelo recenseador.

- 2 Na apuração dos resultados do Censo Demográfico de 1980, encontrou-se um número de pessoas por domicílios nos questionários da não-amostra superior ao verificado nos questionários da amostra. Tal fato ocorreu de forma generalizada, ao nível do Brasil. Supõe-se que os entrevistadores tenham burlado o critério estabelecido, mormente nas regiões que permitem menor controle, de forma a aplicar o questionário completo nos domicílios com menor número de pessoas, como meio de aumentar sua produtividade individual. Para isso ocorrer, sem ser notado pela supervisão, era necessário manter, na média, o critério de um questionário completo para cada três simplificados, mesmo não sendo seguida a sistemática de amostragem preestabelecida.
- 3 Interessante notar que tal critério foi utilizado no Censo de 1970 sem apresentar problemas. Portanto, deveriam ser pensado3, nos próximos Censos, critérios que possibilitem eliminar essa possibilidade de burlar o procedimento de amostragem. Certamente a utilização do pagamento por pessoa entrevistada do questionário da amostra, poderia trazer o efeito inverso, ou seja, uma superdeclaração de pessoas por domicílios no questionário completo com relação ao simplificado.

4 — O efeito do procedimento ocorrido na coleta do Censo de 1980 nos dados sócio-econômicos coletados no questionário completo podem ser desanimadores no que tange à análise dos dados expandidos. Na medida em que domicílios com menos pessoas detêm, em média, melhores condições econômicas, os dados de renda do Censo podem estar superestimados com relação à realidade. No entanto, os Departamentos de Censos Demográficos (DECED) e de Controle e Métodos (DECME) do IBGE, tomaram certas precauções na expansão dos dados, por ocasião da publicação dos volumes definitivos, que podem ter minimizado este efeito.

2.3 — Mudanças na estrutura social brasileira não captadas pelos Censos

1 — Quando os antigos planejadores dos Censos Demográficos brasileiros opunham fortes barreiras à pesquisa de informações relativas a renda, certamente eles tinham razão. Tomando como base o Censo de 1890, por exemplo; como medir o rendimento de uma população que detinha uma ínfima parcela de trabalhadores assalariados, dado que as recém-desfeitas relações escravistas não tinham proporcionado o surgimento de um mercado de trabalho capitalista no Brasil? Como estimar, corretamente, a renda de uma grande maioria de pessoas que, pelos laços de autonomia ou independência a qualquer forma de trabalho regulamentada juridicamente, não tinham rendimento fixos (quando o tinham), ou estavam a produzir seu próprio sustento mediante bens e serviços que sequer passavam pelo mercado ou por um sistema de formação de preços? Analisar qualquer dado de renda coletado naquele período era o mesmo que "jogar fora o bebê junto com a água do banho" porque o nexo da formação social brasileira da época era a ausência e não a presença de rendimentos fixos regulares, comparáveis ao nível da população como um todo.

Analogamente, comparar estruturas regionais de distribuição de renda, também seria grandemente absurdo, pois tal comparação só é possível de ser feita em condições de produção, trabalho e reprodução social homogêneas, ou similares, exigindo, para tal, a conformidade de um "mercado nacional" que sirva como parâmetro de referência das rendas recebidas e dos preços das mercadorias. Como falar em mercado nacional, se até mesmo a auto-propalada unidade nacional era duvido-sa? Haja vista as diversas tentativas de emancipação regional ocorridas no período.

2 — A existência de um mercado nacional é condição prévia para o aumento dos níveis de assalariamento, monetarização e mercantilização das relações de troca numa economia capitalista ³⁰. O desenvolvimento

³⁰ Ver Bibliografia, 1.

dessas relações permite cimentar as distintas estruturas regionais de produção e homogeneizar os padrões de troca e de referência das mesmas, transmitindo maior comparabilidade de suas realidades sócio-econômicas. Como dizia Marx, "a conversão dos objetos úteis em valores (mercadorias) é, como a linguagem, um produto social dos homens" 31. Portanto, enquanto este processo é incompleto e defasado regionalmente, corre-se o risco de comparar informações descabidas, tal como buscar um padrão homogêneo para idiomas falados por distintos povos em diferentes etapas da história.

O processo de consolidação do mercado nacional nas formações sociais subdesenvolvidas, como a brasileira, além de ser contínuo, só se configura de forma plena a partir da Segunda Guerra Mundial. Ocorre, inicialmente, sem proporcionalidade, mantendo estruturas regionais com níveis de desenvolvimento desigual. Caracteriza-se por crescentes taxas de urbanização, contribuindo para o aumento do grau de assalariamento; criando condições subocupacionais nas cidades, pela expulsão da população trabalhadora do campo em proporções maiores que a absorção desse contingente de força de trabalho pelas atividades ditas dinâmicas. Elimina paulatinamente as possibilidades de produção para a auto-subsistência ou para a comunidade local, levando compulsoriamente o trabalhador às atividades remuneradas como forma de sobrevivência. Desarticula, via concorrência oligopolista, a pequena produção artesanal ou independente, ao mesmo tempo em que rebaixa e atrela o valor das mercadorias produzidas, pelos resquícios destas formas, aos ditames do capital. Homogeneiza preços, a nível nacional, ao mesmo tempo em que imprime uma divisão regional do trabalho apropriada aos interesses monopolistas, com o aval e a cumplicidade do Estado.

Enquanto este processo não se completa torna-se perigoso comparar intertemporalmente as estruturas de rendimento de distintas fases da formação do mercado nacional.

3 — Formas não monetárias constituíam, até pouco tempo, larga fatia dos ingressos da população brasileira. O avanço dos níveis de assalariamento, monetarização dos termos de troca e mercantilização das relações econômicas tem sido uma constante, nos últimos 30 anos, na configuração do desenvolvimento econômico do Brasil. Os Censos Demográficos nunca se preocuparam (e certamente não seria possível fazê-lo) com a mensuração da receita pessoal não monetária. Este fato deve ser sempre levado em conta quando se estuda a evolução histórica da distribuição de renda no Brasil.

Entre 1970 e 1980, a concentração da renda pessoal no Brasil parece ter ocorrido a ritmos menos intensos que os verificados na década

¹¹ Ver Bibliografia, 9.

anterior. Porém, na última década os empregados assalariados passaram de 54,8 para 67% do total da PEA enquanto os não remunerados passaram de 9,9 para 5,2%, no mesmo período. As atividades agropecuárias que respondiam por 44,3% da população ocupada tiveram sua participação reduzida para 30,6% aumentando, como complemento, a magnitude absoluta e relativa dos trabalhadores inseridos em atividades urbanas. A taxa de urbanização incrementou-se de 55,9 para 67,6%, refletindo um grande movimento de cercamento de terras, por um lado, e expulsão de população rural, por outro. Como corolário desse movimento, a concentração da renda pessoal rural foi das mais elevadas, na medida em que o coeficiente de Gini rural passa de 0,3898 para 0,4986, indicando um incremento bruto de 27,9% entre 1970 e 1980.

Portanto, é impossível afirmar, de forma categórica, que a renda tenha se concentrado pouco entre os dois últimos Censos Demográficos. Tal afirmação, sem considerar os aspectos acima levantados, pode ser, até mesmo, leviana. A década de 70, ao que parece, foi a que sofreu, de forma mais intensa, mudanças na estrutura sócio-econômica, no sentido de completar o processo de consolidação do mercado nacional no Brasil. Hoje, quatro anos após a realização do Censo de 1980, já existe um salário mínimo unificado nacional; várias mercadorias básicas têm seus preços válidos nacionalmente e os grandes grupos monopolistas nacionais e estrangeiros conseguem vender seus produtos em qualquer canto do País. Os mass-media, largamente difundidos, contribuem para padronizar os hábitos e homogeneizar os valores éticos, pessoais e sociais. O brasileiro médio, apesar das gritantes diferenças sócio-econômicas, é uma realidade ao nível das aspirações.

O que parece ter ocorrido, ao longo da década de 70, é um largo aumento dos níveis de assalariamento e monetarização das rendas recebidas. Os rendimentos em 1980 podem estar até muito mais concentrados do que pareciam estar em 1970, e a qualidade de vida da população muito mais degradada. Só que a medida dessa degradação é, agora, o cruzeiro.

2.4 — Observações adicionais

Consideradas as dificuldades de comparabilidade aqui mencionadas, vale destacar que, apesar de tudo, o estudo da variável renda nos três últimos Censos Demográficos tem extrema validade para o conhecimento das desigualdades sócio-econômicas no Brasil numa perspectiva histórica.

As necessidades impostas por um sistema nacional de planejamento que vise à redução dessas desigualdades demandam, certamente, indicadores de concentração de renda, os quais, apesar das restrições levantadas, continuam válidos no estabelecimento de tendências.

Vale ressaltar, no entanto, que mudanças conceituais são sempre necessárias na investigação econômica de uma sociedade não estática, desde que não se perca a perspectiva de comparabilidade com os conceitos formulados nas investigações passadas.

3 — OS DADOS DE RENDA DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS

3.1 — Rendimentos da PEA

Desde 1960 até 1980 os rendimentos da PEA no Brasil apresentam permanente tendência à concentração. O coeficiente de Gini relativo à PEA com rendimentos passa de 0,497 em 1960 para 0,562 em 1970, alcançando 0,581 em 1980 32 .

TABELA 2

Distribuição da renda da população economicamente ativa no Brasil, segundo decis e percentis da PEA — Brasil — 1960, 1970-1980

DECIS E PERCENTIS		RENDA DA PEA (%)	1)
DA PEA	1960	1970	1980
10	1,9	1,2	1,1
- 10	2,0	2,2	1,9
10	3,0	2,9	2,6
10	4,4	3,7	3,2
10	6,1	4,9	3,9
10	7,5	6,0	5,1
10	9,0	7,3	6,7
10	11,3	9,9	9,4
10	15,2	15,2	15,1
10+	39,6	46,7	51,0
5+	28,3	34,1	37.8
1+	11,9	14.7	16,8
oeficiente de Gini (2)	0,497	0,562	0,581

FONTE — Indicadores Sociais; tabelas selecionadas, 1979 e Tabulações avançadas do Censo Demográfico-1980; tabelas de estudo, IBGE.

Dessa forma, pode-se observar que a renda concentrou-se mais na década de 60 do que na década de 70, de acordo com os dados dos Censos Demográficos. Assim os 10% mais ricos que respondiam por 39,6% do total da renda da PEA, em 1960, passam a abarcar mais da metade dessa renda em 1980 33.

^{(1) -} PEA com renda > 0

^{(2) -} Limite Inferior.

S3 O coeficiente de Gini é uma medida de distribuição de renda que varia de 0 a 1; sendo 0 a máxima igualdade e 1 a máxima desigualdade.

³³ Uma análise mais detalhada sobre a distribuição de renda na última década pode ser obtida em Medici, Bibliografía, 10.

Se for considerado o total da PEA — com e sem rendimentos — em 1980, obtém-se um índice de concentração de GINI significativamente maior, ou seja, 0,613, dado que mais de 5% da PEA brasileira em 1980 não tinha rendimento de qualquer espécie.

TABELA 3

Coeficientes de concentração de Gini relativos à renda da PEA com e sem rendimentos, segundo situação de domicílio — Brasil — 1970-1980

		COEF	CIENTES DE	GINI	
SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	PEA com rendimentos			PEA total	(3) / (2)
	1970 (1)	1980 (2)	∇ (%)	1980 (3)	(%)
TOTAL	0,562	0,581	3,38	0,613	5,51
UrbanoRural	0,532 0,435	0,569 0,516	10,01 18,62	0,582 0,601	2,28 16,47

FONTE — Censo Demográfico-1970 e Tabulações avançadas do Censo Demográfico-1980, IBGE.

Tanto os rendimentos rurais como os rendimentos urbanos concentraram-se mais que os rendimentos totais da PEA, sendo que, nos primeiros, este fenômeno foi mais acentuado. Há que se destacar, no entanto, que os rendimentos da PEA em geral são mais concentrados que os da PEA com rendimentos, especialmente nas regiões rurais, onde a parcela da PEA sem rendimentos ainda era bastante significativa em 1980.

A observação da distribuição da renda segundo classes de salário mínimo, pode, à primeira vista, fornecer a falsa impressão de que a renda ficou melhor distribuída entre 1970 e 1980.

TABELA 4

Distribuição da PEA por classes de renda em salário mínimo

Brasil — 1970-1980 (1)

CLASSES DE RENDA MÉDIA MENSAL (em		Anos de referênc	IA .
salário mínimo)	1970	1980	∇(%)
TOTAL	100,00	100,00	_
Até 1 (2) + de 1 a 2 + de 2 a 5	64,47 19,52 11,43	40,20 28,61 21.53	-37,65 46,57 88,36
+ de 2 a 5 + de 5 a 10 + de 10	2,99 1,59	21,53 6,04 3,62	102,01 127,67

FONTE — Censo Demográfico-1970 e 1980, (Resultados definitivos), IBGE.

(2) Inclui os sem rendimento.

⁽¹⁾ Os dados da tabela 4 evidenciam uma redução relativa do número de indivíduos que recebia até 1 salário mínimo, conjuntamente com o aumento da participação daqueles que auferiam rendas mais elevadas.

No entanto estes dados não significam melhorias na distribuição de renda, pois como já foi visto, a tendência à concentração permanece atuando entre 1970 e 1980, haja vista o incremento do coeficiente de Gini. Eles podem indicar um aumento geral nos níveis de rendimentos monetários da população, desde que se considere que o salário mínimo se manteve constante ao longo destes dez anos. Mesmo com esta hipótese, o aumento dos níveis de rendimento monetário não traria, à primeira vista, melhores condições de vida ou distribuições de renda menos concentradas.

Porém, entre 1970 e 1980 o salário mínimo perde poder de compra, como pode ser observado pela tabela 5.

TABELA 5

Evolução do salário mínimo real — 1970-1980

(base: julho de 1940 = 100)

ANOS	EVOLUÇÃO DO SALARIO MÍNIMO REAL		
	Salário mínimo (Cr\$)	Índice do salário mínimo (%)	
970	14 855,73	69	
971	14 216,34	66	
772	13 961,57	65	
73	12 794,23	59	
74	11 698,88	54	
75	12 264,26	57	
976	12 184,86	57	
977	12 697,69	59	
978	13 080,90	61	
79	13 208,22	61	
980	13 314,18	62	

FONTE — DIEESE. Boletim, São Paulo, abr. 1982. NOTA — Cr\$ de março de 1982.

A comparação da renda em classes de salário mínimo só teria sentido se este padrão salarial fosse uma medida invariável de valor. Como isso não ocorre, a utilização de classes de salário mínimo para o estudo da distribuição intertemporal da renda mistifica mais do que explica a evolução da concentração de renda no Brasil. Assim deve-se abandonar este critério de agregação de renda ³⁴.

³⁴ Ver Bibliografia, 10, cap. 8.

A utilização das tabulações avançadas do Censo de 1980 para os dados de renda relativos ao Brasil não traz muitas diferenças no tocante à comparação com os resultados definitivos deste Recenseamento.

Pode-se observar que o coeficiente de Gini relativo à PEA total, com base nos resultados definitivos é superior ao referente ao mesmo

CABELA 6

Comparação entre os dados das tabulações avançadas e os definitivos do Censo Demográfico de 1980, relativos aos rendimentos da PEA total (com e sem rendimentos) — Brasil — 1980

DECIS E PERCENTIS	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA RENDA DA PEA EM 1980		
POPULAÇÃO	Tabulações avançadas	Resultados definitivos	
10	0,120	0,104	
10	1,396	1,461	
10	2,446	2,597	
10	3,296	3,532	
10	4,020	4,275	
10	5,132	5,415	
10	o,837	7,133	
10	9,466	9,781	
10	15,201	15,384	
10+	52,087	50,308	
5+	38,891	37,227	
1+	17,593	16,383	
iciente de Gini	0,613	0,618	

FONTE — Tabulações avançadas e Resultados definitivos do Censo Demográfico-1980, IBGE.

dado nas tabulações avançadas, em apenas 0,8%. Portanto, à primeira vista, não existem grandes empecilhos na utilização dos dados das tabulações avançadas para efeito de cálculo da distribuição de renda, a não ser em níveis de agregação muito reduzidos.

3.2 — Rendimentos das famílias

A família no Brasil, antes de ser um espaço de natureza jurídica, ou ética ou um traço cultural de nossa formação social, é o *locus* onde perpassam as relações de reprodução social e sobrevivência. A análise da renda pessoal, embora importante na explicação dos fenômenos da concentração e distribuição da renda no Brasil, não remete ao problema

do "como se vive", dado que é na família que estas relações ficam explícitas através de um sistema de compensações mútuas das contribuidas pessoas conviventes. A existência de uma caixa comum possible a sobrevivência de pessoas que dificilmente poderiam subsistir con pouco que recebem.

Portanto, a distribuição da renda das famílias é mais importante de ser observada que a relativa à população total.

Pela tabela 7, depreende-se que a renda familiar concentrou-se mais na década de 70 do que a renda da PEA. O incremento do coeficiente de Gini relativo à renda familiar foi de 4,25%, enquanto que o referente à renda dos economicamente ativos foi da ordem de 3,38%, entre 1970 e 1980.

TABELA 7

Distribuição da renda familiar total e da renda familiar per capita nos Recenseamentos Gerais — Brasil — 1970-1980

	DISTRIBUIÇÃO DA RENDA FAMILIAR (%)				
DECIS E PERCENTIS	Rends	Renda per capito			
	1970	1980	1980		
0	1,12	0,76	0,61		
0	2,01	1,72	1,50		
o	2,71	2,17	2,20		
0	3,66	3,00	3,06		
9	4,34	4,86	3,98		
0	5,65	5,80	5,27		
)	7,62	7,80	7,11		
) ,	10,60	10,82	10,04		
),	16,17	16,66	16,01		
)+	45,91	46,41	50,22		
5+	32,58	32,75	36,61		
١+	12,50	13,39	15,98		
oeficiente de Gini	0,564	0,588	0,622		

FONTE - Censo Demográfico 1970 e 1980, (Resultados definitivos), IBGE.

A concentração da renda familiar per capita é ainda mais elevada do que a da renda familiar total, visto que as famílias de menor renda total normalmente apresentam um maior número de componentes. Assim, o Gini relativo à renda familiar per capita é quase 6% mais elevado que o referente à renda familiar total. Cerca de 50% da renda familiar per capita é absorvida por apenas 10% das famílias.

Os dados relativos à renda familiar podem estar mais fortemente afetados pelos problemas operacionais que foram levantados na segunda parte deste trabalho, ocorridos por ocasião da coleta dos dados do Censo Demográfico de 1980. No entanto, a tendência apresentada, nos dados existentes é suficiente para demonstrar a magnitude da concentração de renda das famílias.

4 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho descreveu-se a evolução histórica da variável renda nos Censos Demográficos brasileiros, destacando-se os principais problemas conceituais e metodológicos decorrentes da utilização de dados desta natureza. Embora este trabalho não tenha finalidades analíticas, foram utilizados alguns dados que podem ilustrar a tendência histórica à concentração da renda no Brasil nos últimos 30 anos. No entanto, medidas da distribuição de renda com base nos dados dos Censos são sempre difíceis de obter para o grande público, na medida em que os volumes de divulgação dos resultados dos Censos não têm informações desta natureza; principalmente as que são obtidas por métodos econométricos indiretos.

Com vistas a cobrir parcialmente esta lacuna, divulgamos, em anexo, algumas tabelas de estudo sobre distribuição da renda no Brasil, elaboradas pelo DECED/IBGE, relativas às tabulações avançadas do Censo Demográfico de 1980.

Vale destacar que, dadas as condições objetivas da realidade sócioeconômica brasileira, reinantes na última década, só os "cândidos" continuam a considerar, de forma absoluta, as estatísticas de distribuição de renda no Brasil. A partir da divulgação dos resultados do Censo Demográfico de 1980, esses "panglossianos" não se cansam de afirmar a existência de melhorias dos níveis de renda da população, utilizandose principalmente da distribuição da renda em classes de salário mínimo para comprovar seu otimismo. Esquecem-se do intenso processo de modernização capitalista ocorrido na estrutura produtiva brasileira no último decênio e de seu impacto efetivo nos níveis de assalariamento, urbanização e monetarização das relações de troca. Não se dão conta de que os maiores níveis de renda monetária, refletidos no aumento da renda média, nem sempre são acompanhados por melhorias nas condições de vida e longe estão de representar uma distribuição do excedente nos moldes de equidade e justica social condizentes com o progresso das forças produtivas.

A atual crise econômica veio pôr a nu o aspecto concentrador do modelo de desenvolvimento adotado. O aumento dos níveis de desemprego, a queima dos capitais alocados nas pequenas e médias empresas em processo falimentar, as reivindicações de amplos setores de sociedade por reformas econômicas e políticas, mostram que a população não tinha "gorduras" para perder, pois a concentração da renda brasileira parece ter atingido seu limite de resistência social.

5 — ANEXOS

5.1 — Tabelas relativas à distribuição da renda no Brasil com dados censitários

TABELA 1

Proporção da população economicamente ativa sem rendimentos, segundo as Regiões da PNAD

REGIÕES DA	PR	OPORÇÃO DA ATIV	POPULAÇÃO A SEM RENI	ECONOMICAM DIMENTO	ENTE
PNAD	1976	1977	1978	1979	1980
Brasil	(1)12,15	(1)12,44	(1)11,26	1)13,58	7,52
Região I	1,45	2,09	2,04	4,86	3,40
Região II	3,17	3,49	3,03	5,94	3,32
Região III	23,79	22,17	22,59	23,41	1,92
Região IV	9,41	8,03	7,19	11,10	5,37
Região V	17,94	20,06	17,12	19,36	1,27
Região VI	0,98	1,70	2,06	5,07	2,92
Região VII	(1) 3,66	(1) 3,89	(1) 3,90	(1) 5,68	7,56

FONTE - IBGE, DT. SUESP, DECED, DIPRD - Serviço de análise.

TABELA 2

Distribuição do rendimento médio mensal das pessoas economicamente ativas de 10 anos ou mais, nas PNAD's e Censo de 1980 — Brasil

CLASSES DE	RE		ÉDIO MENSAL ICAMENTE A	DA POPULA PIVA (%)	ÇÃO
RENDIMENTO (Selário Mínimo)		PNA	AD's		Censo
	1976(1)	1977(1)	1978(1)	1979(1)	1980
TOTAL	100,00	100,00	. 100,00	. 100,00	100,00
Até 1/2	10,78	13,38	12,47	10,85	11,65
Mais de 1/2 a. 1	22,01	20,82	21,57	18,46	19,76
Mais de 1 a 2	25,74	24,59	25,07	25,14	27,96
Mais de 2 a 3 Mais de 3 a 5	18,33	10,14 8,56	9,70 9,05	10,68 9,76	11,68 10,11
Mais de 5 a 10	6,41	5,79	6,68	6,96	6,66
Mais de 10 a 20	3,01	2,59	2,68	2,96	2,91
Mais de 20	1,31	1,32	1,29	1,32	1,41
Sem rendimento	12,15	12,44	11,26	13,58	7,52
Sem declaração	0,26	0,37	0,23	0,29	0,34

FONTE - IBGE, DT, SUESP, DECED, DIPRD, Serviço de análise.

⁽¹⁾ Exclusive a Zona Rural da Região VII da PNAD.

⁽¹⁾ Exclusive a área rural da Região VII da PNAD.

Distribuição do rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais, nas PNAD's e Censo de 1980 — Brasil

CLASSES DE	REI	NDIMENTO MI DE 10	ÉDIO MENSAL ANOS OU M	DA POPULA(AIS (%)	ÇÃO
RENDIMENTO (Salário Mínimo)		PN	AD's		Censo
	1976 (1)	1977 (1)	1978 (1)	1979 (1)	1980
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
ité 36	7,80	8,43	9,43	8,63	8,75
Mais de 1/2 a 1	12,94	13,79	13,36	11,80	11,99
Mais de 1 a 2	14,14	14,03	14,45	14,55	14,98
Alais de 2 a 3	l	5,83	5,62	6,23	6,28
Mais de 3 a 5	10,16	4,96	5,31	5,71	5,50
Mais de 5 a 10	3,55	3,37	3,93	4,11	3,68
fais de 10 a 20	1,64	1,48	1,55	1,72	1,57
Asis de 20	0,71	0,75	0,74	0,75	0,75
em rendimento	48,92	47,13	45,47	46,32	46,23
em declaração	0,14	9,23	0,14	0.17	0.27

FONTE - IBGE, DT, SUESP, DECED, DIPRD, Serviço de análise.

TABELA 4

Distribuição do rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais, nas PNAD's e Censo de 1980 — Região: I

CLASSES DE	RE	NDIMENTO M DE 10	EDIO MENSAI ANOS OU M	L DA POPULA IAIS (%)	ÇÃO	
RENDIMENTO (Salário Mínimo)	PNAD's					
	1976	1977	1978	1979	1980	
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
ité 1/2	3,96	3,75	4,72	4,38	4,27	
Mais de 1/2 a 1	12,88	10,88	11,43	10,03	9,42	
Mais de 1 a 2	15,91	16,93	16,46	15,93	17,75	
Mais de 2 a 3	l	8,22	8,39	8,41	8,53	
Mais de 3 a 5	3 13,17	6,85	7,67	8,25	8,36	
Mais de 5 a 10	4,59	4,95	5,86	6,12	5,97	
Lais de 10 a 20	2,36	2,21	2,41	2,52	2,84	
Aais de 20	1,30	1,30	1,38	1,43	1,65	
em rendimento	45,52	44,53	41,59	42,74	40,86	
dem declaração	0,31	0,38	0,09	0,19	0,35	

FONTE - IBGE, DT, SUESP, DECED, DIPRD, Serviço de análise.

⁽¹⁾ Exclusive a área rural da Região VII da PNAD.

Distribuição do rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais, nas PNAD's e Censo de 1980 — Região: II

CLASSES DE RENDIMENTO			DE	10 ANOS OU M	(AIS (%)	
(Salário Mínimo)	PNAD's					Censo
	1976		1977	1978	. 1979	1980
TOTAL	. 100,00		100,00	100,00	100,00	100,00
Até 1/2	3,55	*	3,56	4,64	4,46	4,15
Mais de 1/2 a 1	8,92		10,13	10,08	8,28	8,64
Mais de 1 a 2	17,43		17,99	17,96	17,12	18,57
Mais de 2 a 3]	٠.	8,99	8,48	8,83	9,38
Mais de 3 a 5	16,90		8,26	8,71	9,51	9,19
Mais de 5 a 10	6,45		5,87	6,75	7,30	6,49
Mais de 10 a 20	2,85		2,60	2,74	2,99	2,45
Mais de 20	1,29		1,34	1,34	1,30	1,10
Sem rendimento	42,53		41,02	39,15	39,97	39,74
Sem declaração	0,08		0,24	0,15	0,24	0,29

FONTE - IBGE, DT, SUESP, DECED, DIPRD, Serviço de análise.

TABELA 6

Distribuição do rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais, nas PNAD's e Censo de 1980 — Região: III

CLASSES DE	RE.	NDIMENTO M DE 10	ÉDIO MENSAL ANOS OU M	AIS (%)	ÇAO
RENDIMENTO (Salário Minimo)			Censo		
	1976	1977	1978	1979	1980
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Até 1/4	5,57	6,34	7,35	6,97	6,57
Mais de ⅓ a 1	11,59	13,41	12,62	11,39	10,36
Mais de 1 a 2	15,74	15,29	15,63	15,60	17,11
Mais de 2 a 3)	5,98	5,66	6,59	7,16
Mais de 3 a 5	} 10,23	5,03	5,23	5,48	5,78
Mais de 5 a 10	3,23	3,32	3,69	3,53	3,64
Mais de 10 a 20	1,60	1,42	1,34	1,53	1,63
Mais de 20	0,61	0,68	0,60	0,58	0,75
Sem rendimento	51,33	48,38	47,78	48,15	46,81
Sem declaração	0,10	0,15	0,10	0,18	0,19

FONTE - IBGE, DT, SUESP, DECED, DIPRD, Servico de análise.

Distribuição do rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais, nas PNAD's e Censo de 1980 — Região: IV

RENDIMENTO (Salário Mínimo)		Censo			
	1976	1977	1978	1979	1980
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Até 1/2	8,23	9,08	9,46	8,43	9,18
Mais de 1/2 a 1	14,30	15,52	15,09	13,05	13,57
Mais de 1 a 2	13,52	13,55	14,42	14,79	15,65
Mais de 2 a 3		5,10	4,87	5,65	5,47
Mais de '3 a 5	8,50	4,00	4,36	4,41	4,35
Mais de 5 a 10	2,78	2,62	3,09	3,35	2,64
Mais de 10 a 20	1,17	1,12	1,22	1,31	1,15
Mais de 20	0,44	0,51	0,49	0,56	0,54
Sem rendimento	50,87	48,26	46,88	48,37	47,25
Bem declaração	0,19	0,24	0,12	0,08	0,20

FONTE - IBGE, SUESP, DECED, DT, DIPRD, Serviço de análise.

TABELA 8

Distribuição do rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais, nas PNAD's e Censo de 1980 — Região: V

CLASSES DE	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS (%)						
RENDIMENTO (Salário Mínimo)		Censo					
	. 1976	1977	1978	1979	1980		
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		
té 142.7	13,80	14,95	16,26	14,69	15,86		
fais de 😘 a 1	16,32	17,25	16,26	15,02 .	15,79		
Iais de :1 a 2	10,27	9,46	10,24	11,30	9,42		
lais de 2 a 3		2,75	2,64	3,36	3,00		
1ais de : 3 a 5	. } 4,49	2,06	2,19	2,42 .	, 🛢 2,23		
Iais de : 5 a 10	1,46	1,18	1,43	1,48	1,48		
Iais de 10 a 20	0,62	0,49	0,52	0,62	0.66		
fais de 20::	0,21	0,21	0,20	0,21	0,27		
em rendimento	52,72	51,45	50,09	50,74	51,0G		
em declaração	0,11	0,20	0,17	0,16	. 0,29		

FONTE - IBGE, DT, SUESP, DECED, DIPRD, Serviço de análise.

Distribuição do rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais, nas PNAD's e Censo de 1980 — Região: VI

- RENDIMENTO -		PNA	·		
(Salário Minimo)			Censo		
	1976	1977	1978	1979	1980
TOTAL:	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Até 1/2	2,13	3,16	3,60	3,13	3,71
Mais de 1/2 a 1	8,43	8,71	8,79	8,15	7,79
Mais de 1 a 2	14,28	14,83	15,24	13,60	17,20
Mais de 2 a 3	1	8,54	8,12	8,57	8,30
Mais de 3 a 5	16,22	8,31	9,05	9,06	7,91
Mais de 5 a 10	6,41	6,33	6,92	6,68	5,93
Mais de 10 a 20	3,63	3,58	3,55	3,87	3,87
Mais de 20	1,84	2,17	2,12	2,26	2,30
Sem rendimento	46,83	44,05	42,44	44,45	42,64
Sem declaração	0,23	0,32	0,17	0,25	, 0,35

FONTE - IBGE, DT, SUESP, DECED, DIPRD, Serviço de análise.

Distribuição do rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais, nas PNAD's e Censo de 1980 — Região: VII

TABELA 10

CLASSES DE		DE 1	O ANOS OU MA	AIS (%)	
RENDIMENTO (Salário Mínimo)		P	NAD's		Censo
	1976 (1)	1977 (1)	1978 (1)	1979 (1)	1980
TOŢAĖ	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Até 1/2	7,71	8,83	9,87	9,18	7,02
Mais de ⅓ a 1	13,02	13,89	14,19	11,92	12,46
Mais de 1 a 2	14,31	13,39	14,36	14,54	15,20
Mais de 2 a 3	N	5,42	5,39	6,16	5,73
Mais de '3 a 5	1 0,01	4,77	5,04	5,48	4,38
Mais de 5 a 10	3,32	3,29	3,94	3,93	2,47
Mais de 10 a 20	1,70	1,54	1,60	1,84	1,10
Mais de 20	0,68	0,77	0,75	0,72	0,52
Sem rendimento	49,10	47,89	44,71	46,07	50,83
Sem declaração	0,15	0,21	0,15	0,16	0,29
killing to the state of	فالجيساني فالماليا	we are a fe	·		

FONTE - IBGE, DT, SUESP, DECED, DIPRD, Service de análise.

(1) Exclusive a área rural da Região VII da PNAD.

Comparação da distribuição da renda, segundo o rendimento médio mensal das pessoas economicamente ativas de 10 anos ou mais Brasil — 1970-1980

DENDIMENTO	DIS	stribuição da	RENDA DA PEA	(%)			
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL (Em cruzeiros de 1970)	1070		1980				
(Em cidzenos de 1970)	1970	A	В	С			
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00			
Até 50	11,41	4,02	4,76	4,80			
De 51 a 100	20,24	8,04	8,25	9,75			
De 101 a 150	12,77	9,57	11,19	10,28			
De 151 a 200	15,41	12,09	12,67	17,08			
De 201 a 250	4,46	10,10	12,21	8,20			
De 251 a. 300	5,61	7,35	5,24	5,30			
De 301 a 400	5,07	9,49	8,43	11,19			
De 401 a 500	3,75	7,49	7,69	4,83			
De 501 a 1000	5,93	13,67	12,11	12,11			
De 1001 a 1500	1,41	4,31	4,22	3,49			
De 1501 a 2000,	0,83	1,93	, 1,70	2,05			
De 2001 e mais	1,00	4,08	3,67	3,06			
Sem rendimento	9,72	7,52	7,52	7,52			
Sem declaração	2,38	0,34	0,34	0,34			

TABELA 12

Comparação da distribuição da renda, segundo o rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais — Brasil — 1970-1980

DEMDIMENTO	DIS	TRIBUIÇÃO DA	RENDA DA PEA	(%)
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL (Em cruzeiros de 1970)	1070	1980		
	1970	A	A B	
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00
té 50	5,28	2,43	2,83	2,86
e 51 a 100	9.55	6,81	7,04	7,99
e 101 a 150	6,39	5,84	6,67	6,32
e 151 a 200	7,30	6,91	7,14	9,19
e 201 a 250	2,14	5,42	8,49	4,37
e 251 a 300	2,70	3,90	2,85	2,88
e 301 a 400	2,48	5,11	4,54	5,98
e 401 a 500	1,84	4,02	4,12	2,61
e 501 a 1000	2,98	7,44	6,63	6,64
le 1001 a 1500	0,73	2,38	2,32	1,92
e 1501 a 2000	0,42	1,06	0,92	1,10
e 2001 e mais	0,50	2,18	1,96	1,64
em rendimento	56,49	46,23	46,22	46,23
em declaração	1,20	0,27	0,27	0,27

FONTE — IBGE, DT, SUESP, DECED, DIPRD, Serviço de análise. A=Os limites das faixas de rendimentos foram corrigidos de acordo com a variação do maior salário mínimo vigente no Brasil entre agosto de 1970 e agosto de 1980.

B=Os limites das faixas de rendimentos foram corrigidos de acordo com a variação do Índice Geral de Preços no período mencionado.

C=Os limites das faixas de rendimentos foram corrigidos de acordo com a variação do Índice de Preços por atacado no período mencionado.

FONTE — IBGE, DT, SUESP, DECED, DIPRD, Serviço de análise. A=Os limites das faixas de rendimentos foram corrigidos de acordo com a variação do maior salário mínimo vigente no Brasil entre agosto de 1970 e agosto de 1980.

B = Oslimites das faixas de rendimentos foram corrigidos de acordo com a variação do Índice Geral de Preços no período mencionado.

C = Oslimites das faixas de rendimentos foram corrigidos de acordo com a variação do Índice de Preços por atacado no período mencionado.

TABELA 13

Comparação da distribuição da renda, por famílias residentes em domicílios particulares, segundo o rendimento médio mensal familiar — Brasil — 1970-1980

RENDIMENTO —	DIST	RIBUIÇÃO DA RE	NDA DAS FAMÍL	IAS (%)		
MÉDIO MENSAL (Em cruzeiros de 1970)	1970	1980				
	1970 A		В	C		
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100.00		
té 50	5,75	1,21	1,45	1,48		
De 51 a 100	15,97	6,37	6,78	7,69		
e 101 a 150	12,58	6,65	7,76	7,57		
e 151 a 200	13,44	8,02	8.37	11,23		
e 201 a 250	5,51	7,32	9,08	6,60		
e 251 a 300	6,73	6,13	5,12	5,22		
e 301 a 400	7,69	9,43	9,27	11,62		
De 401 a 500	5,79	8,61	8,94	6,96		
e 501 a 1000	11,74	21,61	20,40	20,45		
De 1001 a 1500	3,53	8,73	8,42	7,55		
De 1501 a 2000	1,79	4,42	3,89	4,01		
e 2001 e mais	2,58	9,11	8,12	7.22		
em rendimento	3,62	1,73	1,73	7,22 1,73 0,67		
em declaração	3,28	0,67	0,67	0.67		

FONTE - IBGE, DT, SUESP, DECED, DIPRD, Serviço de análise.

TABELA 14

Distribuição da renda — Coeficientes de Gini — segundo as Unidades da Federação — (Limite inferior)

	DISTRIBUIÇÃO	DA RENDA (Coefici	entes de Gini)
UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Renda mensal da população de 10 anos ou mais	Renda mensal da PEA de 10 anos ou mais	Renda familiar total
Brasil	0,570058	0,592678	0,582204
Rondônia	0.506778	0.589252	0.562600
Acre	0.435954	0.472324	0.467668
mazonas	0,538586	0,570342	0.579416
loraima	0,468586	0.503068	0.470940
Pará	0.512044	0.543958	0.519286
mapá	0,520322	0.543766	0.549456
Maranhão	0,483360	0.551568	0,620466
Piauí	0.554174	0.639580	0.710440
Сеага	0,577204	0.622990	0.593574
tio Grande do Norte	0,536558	0.580464	0.558462
araíba	0.527102	0.609914	0.592410
ernambuco	0.581782	0.623794	0.594512
lagoas	0.515440	0.567478	0.532720
ergipe	0.553450	0.596388	0,569284
Bahia	0.567330	0.600076	0.603216
Ainas Gerais	0.550232	0,565608	0.563018
Espírito Santo	0,557060	0.585108	0.558714
Rio de Janeiro	0,569578	0.575310	0.542460
São Paulo	0,525924	0.529276	0.488972
araná	0,563694	0,612578	0.554842
anta Catarina	0,501820	0,545056	0.494250
lio Grande do Sul	0,556976	0.588722	0,628708
Iato Grosso do Sul	0,580020	0.597192	0,594058
Asto Grosso	0,546940	0.573058	0.563322
ioiás	0,552788	0.565116	0,536478
Distrito Federal	0.583072	0.588280	0.557016

FONTE - IBGE, DT, SUESP, DECED, DIPRD, Serviço de análise.

A = Os limites das faixas de rendimentos foram corrigidos de acordo com a variação do maior salário mínimo vigente no Brasil entre agosto de 1970 e agosto de 1980.

B=Os limites das faixas de rendimentos foram corrigidos de acordo com a variação do Índice Geral de Preços no período mencionado.

C=Os limites das faixas de rendimentos foram corrigidos de acordo com a variação do Índice de Preços por atacado no período mencionado.

Coeficiente de Gini e renda média mensal da população economicamente ativa, segundo as Unidades da Federação, no Recenseamento Geral de 1980

	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA						
UNIDADES DA FEDERAÇÃO		pessoas sem nentos	Exclusive as rendin	pessoas sem nentos			
	Coeficiente de Gini	Renda média	Coeficiente de Gini	Renda média			
Brasil	0,6130	11 063,20	0,5814	11 966,42			
Rondôvia	0,6080	8 775,32	0,5194	10 762,21			
lore	0,4870	7 158,61	0,4379	7 844,58			
imazonas	0,5910	10 864,71	0,5455	12 078,33			
Roraima	0,5192	10 071,14	0,4780	10 934,58			
ará	0,5635	8 979,45	0,5190	9 897,37			
imapá	0,5607	9 976,96	0,5215	10 868,04			
Iaranhão	0,5707	4, 056,43	0,5017	4 710,32			
Piauf	0,6669	4 325,38	0,5939	5 275,64			
Ceará	0,6465	5 758,47	0,6055	6 428,76			
io Grande do Norte	0,6025	5 693,42	0,5617	6 279,16			
araíba	0,6322	4 661,51	0,5606	5 570,66			
ernambuco	0,6496	7 176,35	0,6062	8 069,81			
lagoas	0,5904	5 260,94	0,5442	5 856,62			
ergipe	0,6193	6 926,34	0,5770	7 697,11			
Bahia	0,6231	7 733,13	0,5867	8 482,34			
Iinas Gerais	0,5861	9 531,24	0,5649	10 020,00			
Espírito Santo	0,6086	9 834,05	0,5712	10 776,32			
Rio de Janeiro	0,5947	16 729,18	0,5804	17 319,25			
ão Paulo	0,5462	14 837,68	0,5306	15 349,63			
Paraná	0,6360	10 073,53	0,5789	11 659,98			
anta Catarina	0,5639	10 192,17	0,5025	11 627,03			
lio Grande do Sul	0,6094	12 518,97	0,5647	13 956,75			
Aato Grosso do Sul	0,6211	11 442,53	0,5975	12 158,65			
Mato Grosso	0,5965	10 446,20	0,5631	11 312,17			
doiás	0,5860	9 601,74	0,5668	10 048,58			
Distrito Federal	0.6051	18 842,42	0,5932	19 412,88			

FONTE - IRGE, DT, SUESP, DECED, DIPRD, Serviço de análise.

NOTA - O cálculo dos Coeficientes de Gini foi feito a partir dos dados individuais.

Coeficiente de Gini e renda média mensal da população economicamente ativa por situação, segundo as Unidades da Federação, no Recenseamento Geral de 1980

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Inclusive renda = 0				Exclusive renda = 0			
	Urbana		Rural		Urbana		Rural	
	Coefi- ciente de Gini	Renda média						
BRASIL	0,5822	13 683,81	0,6015	5 078,87	0,5688	14 121,39	0,5161	6 171,77
Rondônia	0,5481	13 216,03	0,6098	4 844,35	0,5211	14 005,79	0,4444	6 902,0
Acre	0,5174	9 103,46	0,4281	5 583,02	0,4974	9 481,86	0,3457	6 387,5
Amazonas	0,5695	14 337,67	0,5370	5 647,42	0,5580	14 720,01	0,4124	7 170,4
Roraima	0,4399	10 959,65	0,6306	8 691,95	0,8851	11 350,19	0,5666	10 203,3
Pará	0,5877	11 434,13	0,5084	6 777,59	0,5729	11 845,46	0,4252	7 925,0
Amapá	0,5693	11 608,71	0,4975	7 075,85	0,5402	12 394,09	0,4322	7 996,2
Maranhão	0,5424	6 348,51	0,5571	3 208,68	0,5133	6 753,72	0,4678	3 856,4
Piaul	0,6375	7 778,20	0,5645	1 968,94	0,6193	8 168,73	0,4033	2 698,7
Ceará	0,6221	8 340,16	0,5624	2 637,20	0,6084	8 641,42	0,4612	3 248,4
Rio Grande do Norte	0,5939	7 594,41	0,5087	2 906,61	0,5729	7 987,24	0,4166	3 451,7
Paraiba	0,5941	6 953,26	0,5784	2 195,14	0,5636	7 477,57	0,4279	2 980,0
Pernambuco	0,6296	10 139,78	0,5350	2 897,47	0,6130	10 594,87	0,4127	3 661,0
Alagoas	0,5817	7 537,58	0,5324	3 327,99	0,5614	7 903,89	0, ±509	3 909,3
Sergipe	0,6090	10 075,99	0,4919	3 229,14	0,5905	10 553,89	0,3920	3 865,0
Bahia	0,6059	11 282,56	0,5344	4 242,54	0,5900	11 738,07	0,4608	4 916,1
Minas Gerais	0,5757	11 221,29	0,5483	5 673,96	0,5629	11 560,05	0,5019	6 257,3
Espírito Santo	0,5912	11 861,21	0,6037	5 982,02	0,5753	12 322,76	0,5155	7 316,7
Rio de Janeiro	0,5896	17 469,75	0,5376	7 044,41	0,5757	18 065,07	0,5140	7 404,7
São Paulo	0,5348	15 615,48	0,5910	8 305,37	0,5236	15 991,58	0,5375	9 394,5
Paraná	0,5932	13 401,23	0,6540	5 285,04	0,5789	13 871,34	0,5179	7 371,8
Santa Catarina	0,5391	12 156,21	0,5885	7 109,83	0,5216	12 618,79	0,4445	9 602,0
Rio Grande do Sul	0,5735	15 359,48	0,6522	6 400,31	0,5650	15 666,62	0,5155	8 922,6
Mato Grosso do Sul	0,6129	13 179,11	0,6058	7 844,10	0,6023	13 539,94	0,5494	8 972,1
Mato Grosso	0,6207	13 075,11	0,5060	6 932,12	0,6038	13 659,90	0,4377	7 892,2
Goiás	0,5937	10 893,55	0,5384	7 101,41	0,5808	11 241,73	0,5034	7 640,7
Distrito Federal	0,6025	19 144,87	0,6274	9 008,86	0,5918	19 660,56	0,5708	10 378,8

FONTE - IBGE, DT, SUESP, DECED, DIPRD. Serviço de análise.

TABELA 17

Coeficiente de Gini e renda média mensal da população economicamente ativa por sexo, segundo as Unidades da Federação, no Recenseamento Geral de 1980

UNIDADES DA ~	Home	ens	OMICAMENTE ATIVA Mulheres		
FEDERAÇÃO	Coeficiente de Gini	Renda média	Coeficiente de Gini	Renda média	
BRASIL	0,6107	12 652,92	0,5770	6 865,48	
ondônia	0,6025	9 139,51	0,6269	6 604,08	
cre	0,4750	7 325,98	0,5422	6 261,76	
mazonas	0,5887	11 871,53	0,5776	7 672,99	
oraima	0,5305	10 776,62	0,4218	7 178,25	
ará	0,5440	9 959,97	0,6024	5 001,01	
mapá	0,5579	10 671,52	0,5580	8 012,39	
Iaranhão	0,5417	4 624,76	0,6093	2 437,89	
iau 1	0,6674	4 659,47	0,6480	3 219,77	
eará	0,6397	6 410,08	0,6462	3 922,37	
io Grande do Norte	0,6018	6 247,00	0,5818	4 036,72	
araiba	0,6101	5 060,21	0,6932	3 461,96	
ernambuco	0,6383	8 124,78	0,6618	4 797,83	
lagoas	0,5753	5 980,94	0,6012	3 314,45	
ergipe	0,6070	7 986,19	0,6154	4 166,02	
ahia	0,6115	8 879,86	0,6212	4 509,17	
Iinas Gerais	0,5825	10 795,85	0,5457	5 658,63	
spírito Santo	0,6040	11 106,57	0,5708	5 615,60	
io de Janeiro	0,5936	19 795,26	0,5410	10 205,75	
ão Paulo	0,5401	17 434,07	0,4919	8 896,56	
araná	0,6278	11 558,30	0,6070	5 384,22	
anta Catarina	0,5567	11 725,95	0,5250	5 974,21	
io Grande do Sul	0,6081	14 989,93	0,5490	7 229,44	
Iato Grosso do Sul	0,6153	12 754,03	0,5941	6 508,95	
Iato Grosso	0,6937	11 202,52	0,5794	6 816,67	
oiás	0,5777	10 792,26	0,5590	5 250,60	
istrito Federal	0,6026	22 531,50	0,5664	12 105,96	

FONTE - IBGE, DT, SUESP, DECED, DIPRD, Serviço de análise.

NOTA - O cálculo dos Coeficientes de Gmi foi feito a partir dos dados individuais.

TABELA 18

Rendimento médio da população economicamente ativa no Recenseamento Geral de 1980, segundo as Unidades da Federação

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	RENDIMENTO MÉDIO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (inclusive sem rendimentos)			
	Renda média	Desvio padrão	Mediana	
BRASIL	11 063,20	-	5 200,00	
Rondônia	8 775,32	16 644,30	5 000,00	
Acre	7 158,61	10 375,60	5 000,00	
Amazonas	10 864,71	23 309,20	6 000,00	
Roraima	10 071,14	14 294,50	6 500,00	
Pará	8 979,45	20 674,90	5 000,00	
Атара	9 976,96	15 794,20	6 000,00	
Maranhão	4 056,43	7 393,85	2 800,00	
Piauf	4 325,38	11 475,80	2 190,00	
Ceará	5 758,47	13 037,50	3 000,00	
Rio Grande do Norte	5 693,42	12 188,90	3 173,00	
Paraiba	4 661,51	10 098,30	2 500,00	
Pernambuco	7 176,35	29 338,00	3 415,00	
Alagoas	5 260,94	11 820,30	3 000,00	
Sergipe	6 926,34	14 958,00	3 300,00	
Bahia	7 733,13	20 126,20	3 800,00	
Minus Gerais	9 531,24	18 663,50	4 980,00	
Espírito Santo	9 834,05	24 749,40	5 000,00	
Rio de Janeiro	16 729,18	30 415,00	8 000,00	
São Paulo	14 837,68	24 816,00	8 000,00	
Paraná	10 073,53	23 721,00	5 000,00	
Santa Catarina	10 192,17	20 035,30	6 000,00	
Rio Grande do Sul	12 518,97	29 101,70	6 124,00	
Mato Grosso do Sul	11 442,53	26 997,20	5 000,00	
Mato Grosso	10 446,20	29 851,30	5-000,00	
Goiás	9 601,74	19 049,90	5 000,00	
Distrito Federal	18 842,42	30 652,50	8 400,00	
			,	

FONTE - IBGE, DT, SUESP, DECED, DIPRD, Serviço de análise.

Distribuição da renda familiar total e da renda familiar *per capita* nos Recenseamentos Gerais de 1970-1980

TABELA 19

PERCENTIS	DISTRIBUIÇÃO DA RENDA (%)		
	Renda familiar total		Renda familia per capita
	1970	1980	1980
1+	12,50	12,32	14,41
5+	32,58	31,90	34,96
)+ ,	45,91	45,65	48,89
)	16,17	16,94	16,46
	10,60	10,96	10,27
)	7,62	7,88	7,27
)	5,65	5,86	5,39
0	4,54	4,46	4,07
)	3,66	3,30	3,15
0	2,71	2,44	2,27
)	2,01	1,73	1,57
) ~	1,12	0,79	0,67
3	32,13	31,47	29,02
i+	67,87	68,53	70,98
5+	55.09	55,20	58,28

FONTE - IBGE, DT, SUESP, DECED, DIPRD, Serviço de análise.

TABELA 20

Distribuição da renda da população economicamente ativa com rendimentos nos Recenseamentos Gerais de 1970-1980

PERCENTIS	DISTRIBUIÇÃO DA RENDA (% da renda pessoal total)		
	1970	1980	
+	14,11	14,59	
+	34,06	34,91	
0+	46,47	47,94	
0	15,15	15,38	
0	9,95	9,82	
0	7,21	7,28	
0	6,17	5,49	
0	5,02	4,41	
0	3,81	3,59	
0	3,00	2,95	
0	2,05	2,11	
0	1,16	1,04	
ō	33,04	31,28	
5+	66,96	68,72	
5+	54,96	56,67	
Coeficiente de Gini	0,5649	0,5814	

FONTE - IBGE, DT, SUESP, DECED, DIPRD, Serviço de análise.

NOTA — O cálculo dos decis e do Coeficiente de Gini foi feito a partir dos dados individuais, ordenando e agrupando-se as rendas em percentis. Somente para efeito de apresentação da tabela foram utilizados os decis.

6 — BIBLIOGRAFIA

- 1 CERENI, Emilio. Capitalismo y mercado nacional. Barcelona, Crítica, Barcelona, 1980. 320 p.
- 2 CONTADOR, Cláudio R.; HADDAD, Cláudio L. Produto real, moeda e preços; a experiência brasileira no período 1861-1970. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, IBGE, 36 (143):407-40, jul./set. 1975.
- 3 COSTA, Ramonaval A. A distribuição da renda pessoal no Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1978.
- 4 FISHLOW, Albert. A distribuição da renda no Brasil. In:

 A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento.

 Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- 5 HOFFMANN, Rodolfo. Contribuição à análise da distribuição da renda e da posse da terra no Brasil. Tese (livre docência), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo, 1971. mimeo.
- 6 LANGONI, Carlos G. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973.
- 7 LEGISLAÇÃO básica dos recenseamentos de 1872 e 1980. Rio de Janeiro, IBGE, 1971 (Documentos Censitários, série A, 1).
- 8 de 1900 e 1930. Rio de Janeiro, IBGE, 1953 (Documentos Censitários, série A, 5).
- 9 MARX, Karl. O Capital. 6. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- 10 MEDICI, André Cezar. Considerações sobre a distribuição dos rendimentos da população economicamente ativa no Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1982. 108 p. mimeo.

- 13 Distribuição da renda pessoal no Brasil na década de 70, I. Boletim Demográfico, Rio de Janeiro, 13(2), abr./jun. 1982.
- 14 METODOLOGIA do Censo Demográfico de 1980. Rio de Janeiro, IBGE, 1983. 478 p.
- 15 OLIVEIRA, Raul Romero. A utilização dos dados das pesquisas por amostragem domiciliar, Brasil; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, IBGE, 31 (122):156-74, abr./jun. 1970.
- 16 PROGRAMA interamericano de estatísticas básicas. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, IBGE, 26 (101/102):79-81, jan./jun. 1965.
- 17 RECENSEAMENTO geral do Brasil realizado em 1.º de setembro de 1920; salários. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Divisão Geral de Estatística, 1928, v. 5, parte 2.
- 18 RESOLUÇÕES do comitê do Censo das Américas de 1950. Rio de Janeiro, IBGE, 1953 (Documentos Censitários, série D, 4).
- 19 RESUMO histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1051 (Documentos Censitários, série B, 4).
- 20 VELLÔZO, Heitor Câmara. O Censo Demográfico de 1970. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, IBGE, 31 (123):241-9, jul./set. 1970.

RESUMO

Estudo da evolução histórica das formas de captação dos rendimentos da população nos Censos Demográficos brasileiros, bem como levantamento dos principais problemas, relativos à mensuração da renda (pessoal, do trabalho e familiar) e à comparabilidade intertemporal dos dados.

HABITAÇÃO POPULAR: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE AUTOCONSTRUÇÃO NA BAIXADA FLUMINENSE

Maria Helena Beozzo de Lima *
Maria das Graças Mangueira Este *

SUMARIO

Apresentação

- 1 Periferias: loteamentos periféricos e sua ocupação
- 2 Autoconstrutores e autoconstrução
- 3 A habitação popular autoconstruída
- 4 As pesquisas ibgeanas e as condições habitacionais
- 5 Bibliografia

APRESENTAÇÃO

Em 1976, atendendo às demandas do Conselho de Desenvolvimento Social (CDS), iniciou-se no Departamento de Estudos de Indicadores Sociais (DEISO), com um estudo sobre o Rio de Janeiro, uma série de trabalhos sobre Condições de Vida da População de Baixa Renda nas Regiões Metropolitanas. Nessa ocasião, encontrou-se grande dificuldade na elaboração da seção "Habitação" em decorrência da falta quase total de trabalhos sobre os loteamentos periféricos e a autoconstrução, num

^{*} Maria Helena Beozzo de Lima, antropóloga e Analista Especializado da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE; Maria das Graças Mangueira Este, socióloga e Analista Especializado da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

R. bras. Estat., Rio de Janeiro, 47(187): 349-419, jul./set. 1986

momento em que a sua importância para a compreensão da problematica da habitação popular já era amplamente reconhecida. De fato, o contato com a bibliografia disponível demonstrava que a evolução temática dos estudos sobre habitação no Brasil acompanhava com uma certa defasagem o desenvolvimento da questão habitacional no País e que certamente a necessidade de informações sobre as condições habitacionais nas periferias não poderiam ser atendidas a curto prazo. É claro que a dificuldade sentida em 1976 repetia-se sempre que na elaboração de indicadores sociais o contexto era o da habitação; os dados apontavam para uma grande concentração de população nas periferias e quase nada se sabia sobre a forma como se processava a ocupação daquele espaço e suas condições habitacionais.

Sabia-se da importância dos loteamentos periféricos e da autoconstrução que vinham se apresentando como alternativa habitacional para amplas camadas da população de baixa renda, e sabia-se também que a forma segundo a qual se vinha procedendo ao levantamento das características das moradias nas pesquisas censitárias e nas Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNAD's) não dava conta das condições de habitação das periferias nos últimos dez ou 15 anos. Este é o quadro que levou o DEISO a sugerir a inclusão de um quesito sobre a autoconstrução na PNAD-77 — que revelou que na Região Metropolitana do Rio de Janeiro 32,7% dos domicílios próprios com rendimento de até 3 salários mínimos eram autoconstruídos —, e motivou também o projeto do qual o presente trabalho é um produto. A tarefa proposta foi a de pesquisar não só a forma como se processavam a ocupação dos loteamentos periféricos e a autoconstrução, como também as condições habitacionais daí resultantes. O objetivo era descrever e analisar esses processos e resultados, buscando apreender seus significados no contexto geral das condições de vida das famílias neles envolvidas. Com isso tinha-se em vista não só possibilitar a construção e análise mais acuradas e completas dos indicadores de habitação, como também viabilizar o aperfeiçoamento dos instrumentos de coleta dos Censos e PNAD's no tocante às características dos domicílios.

Assim, este trabalho é apresentado em quatro seções. A primeira trata da formação das periferias, dos loteamentos periféricos e sua ocupação; a segunda descreve e analisa o processo de autoconstrução e seu significado; a terceira é uma descrição detalhada da habitação popular autoconstruída e suas condições de habitabilidade; e a quarta analisa a forma até aqui utilizada pelas pesquisas ibgeanas para levantar as condições habitacionais, oferecendo algumas sugestões que visam uma aproximação maior com a realidade habitacional das camadas populares hoje nas nossas grandes cidades.

A pesquisa que deu origem a este trabalho foi realizada em 1978 na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, abrangendo, na Baixada Fluminense, uma das principais áreas de fixação residencial

da população trabalhadora. De acordo com os recursos disponíveis naquele momento, determinou-se que as informações sobre a periferia e os loteamentos de uma maneira geral seriam obtidas através da bibliografia disponível, sendo suas lacunas cobertas por contatos e visitas a loteamentos, prefeituras e empresas loteadoras representativos da área. Para o estudo do processo de autoconstrução e das condições habitacionais por ele geradas reservou-se o trabalho de campo intensivo, a pesquisa em profundidade num loteamento do Distrito de Queimados no Município de Nova Iguaçu. Neste loteamento — o aqui chamado Jardim Esperança — através de formulários e entrevistas breves realizadas em todas as residências (107 no total) efetuou-se o levantamento dos dados mais gerais, enquanto a observação contínua e as entrevistas em profundidade com famílias autoconstrutoras selecionadas propiciaram as informações mais detalhadas e ricas sobre suas estratégias de vida e o processo de autoconstrução.

1 — PERIFERIAS: LOTEAMENTOS PERIFÉRICOS E SUA OCUPAÇÃO

O processo de crescimento urbano acelerado e os fenômenos de metropolização no Brasil, com a correlata formação das periferias metropolitanas e seus loteamentos como áreas residenciais da população de baixa renda, são fatos cuja ocorrência significativa remonta aos anos 50. Apesar disso, seu reconhecimento pelo poder público e pelos estudiosos do urbano é muito recente e, por esta razão, é tão reduzido o acervo de informações empíricas e interpretações teóricas sobre a periferização, processo de importância inequívoca na ampliação dos limites das nossas grandes cidades e na configuração das condições de moradia de seus trabalhadores 1.

Em trabalho apresentado no Seminário sobre Uso e Apropriação do Solo Urbano, realizado em 1977, no Rio, Santos e Bronstein (ver Bibliografia, 37) analisam o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e assim a retratam:

"O modelo do Rio tende a ser o de uma metrópole de núcleo hipertrofiado; concentrador da maioria da renda e dos recursos urbanísticos disponíveis; cercado por estratos urbanos periféricos, cada vez mais carentes de serviços e de infra-estrutura à medida em que se

¹ Somente nos últimos anos da década de 70 é que começaram a surgir os primeiros estudos sobre o tema. Os primeiros trabalhos são realizados em São Paulo estendendo-se depois para o Rio de Janeiro. A pesquisa pioneira foi realizada por Carlos Lemos e Ruth Sampaio no início dos anos 70, mas só veio a ser publicado em 1978. Mais conhecido se tornou o trabalho de Maricato que, apresentado na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em 1976, teve ampla repercussão na produção subseqüente sobre o tema. A bibliografia ao final deste trabalho pode fornecer uma idéia mais completa da produção sobre o tema e sua evolução no tempo.

afastam do núcleo; e servindo de moradia e de local de exercício de algumas outras atividades às grandes massas de população de baixa renda" (conforme Santos e Bronstein, Bibliografia, 38, p. 3).

Embora os autores mencionem apenas tendências, o trabalho traz alguns dados que confirmam a situação descrita. No trabalho sobre Condições de Vida da População de Baixa Renda da Região Metropolitana do Rio de Janeiro — realizado em 1976 e editado como anexo ao Relatório Indicadores Sociais de 1977 — já se demonstrava também que os dados censitários estavam apontando para um processo de periferização da população de baixa renda:

"Sem dúvida, o grande crescimento populacional dos municípios periféricos nas duas últimas décadas e os níveis de rendimento mensal da sua População Economicamente Ativa (PEA) são bons indicadores da sua crescente importância como local de moradia da população de baixa renda. Em 1950 se concentravam no Rio de Janeiro 72,2% da população da Região Metropolitana, enquanto 27.7% se distribuía pelos municípios periféricos; em 1970 essa proporção se alterou de tal forma que a participação do município núcleo caiu para 60% e a dos municípios periféricos subiu para 40%. No total, a Região Metropolitana teve de 1950 para 1970 um crescimento de 115,2%; Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Nilópolis tiveram juntos nesse período um incremento populacional de 340,2%, enquanto o Município do Rio de Janeiro teve sua população acrescida de 78,8%. Quando se considera que em 1979, 81,8% dos trabalhadores daqueles quatro Municípios tinham um rendimento mensal de até 2,1 salários mínimos, sendo que 48,8% recebiam por mês 1 salário mínimo ou menos, e que no núcleo da Região Metropolitana a percentagem de trabalhadores nestas faixas de rendimento era de 63,4 e 35,9% respectivamente, não é difícil perceber que os municípios periféricos vêm recebendo predominantemente um contingente populacional de baixa renda" (conforme Bibliografia, 13, p. 42).

Os resultados preliminares do Censo de 1980 parecem apontar para a persistência desse processo de periferização. Segundo eles, a participação do Município do Rio de Janeiro no total da população da Região Metropolitana decaiu para 56,5% enquanto a dos municípios periféricos subiu para 43,5% e a dos quatro Municípios da Baixada Fluminense, principal ponto de expansão das áreas residenciais de baixa renda, para 24,6% do total da população metropolitana.

Os estudiosos do tema, sejam técnicos ou acadêmicos, são unânimes ao afirmar que a forte tendência à fixação residencial da baixa renda na periferia reflete, a nível espacial, a divisão do poder político e econômico. Demonstram que, em função da escassez de equipamentos e serviços urbanos na região, o núcleo concentrador desses bens tem sido sistematicamente ocupado pelos estratos de mais alta renda, restando

aos setores menos favorecidos a periferia e suas carências. Concluem também, de forma consensual, que concorrem para isso a especulação imobiliária e os planos governamentais que, juntos, impedem que ali se fixem novos contingentes populacionais de baixa renda, além de expulsar os anteriormente fixados. E esclarecem que é em função da elevação do preço dos terrenos e das moradias, da prática de renovação urbana que vem extinguindo os cortiços e as casas de cômodos, da transferência de favelados para conjuntos habitacionais onde não conseguem se fixar, que ambos acabam por impedir que a população de baixa renda assente sua moradia nos espaços melhor servidos de recursos urbanísticos.

Este é então o quadro apontado como responsável pelo fato de, nos municípios vizinhos ao núcleo, os chamados loteamentos periféricos terem se cristalizado como uma alternativa para a população de baixa renda, impedida de fixar-se nas áreas mais centrais.

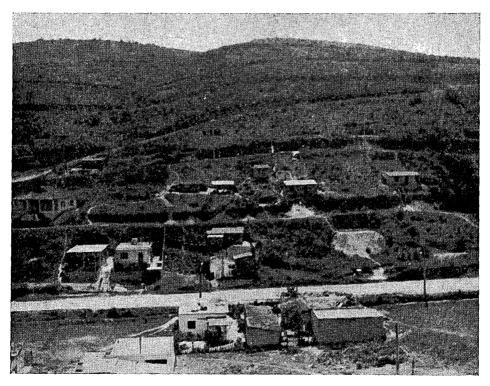


FOTO 1 — Loteamentos periféricos em antigas áreas rurais.

Na Baixada Fluminense, a prática do parcelamento de glebas para fins residenciais ao que tudo indica é bastante antiga; entretanto é nas décadas de 60 e 70 que, no bojo de um processo que já começava a se acelerar nos anos 50, os loteamentos se multiplicam, atingindo

escalas e velocidades que fazem o fenômeno saltar aos olhos e se impor como um problema. Tais loteamentos, abertos em antigas áreas rurais, são fracionados em lotes tão pequenos, tão carentes de infra-estrutura, e tão distantes das áreas centrais geradoras dos empregos e dos recursos urbanísticos, que, por seu baixo custo, podem ter seu preço estabelecido

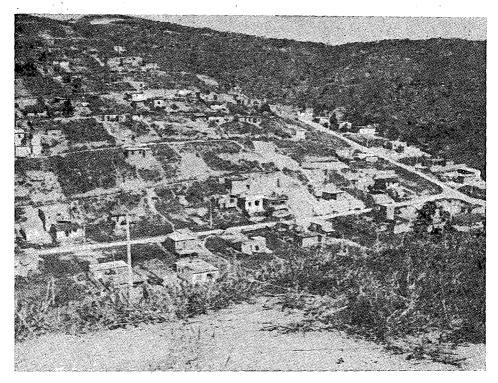


FOTO 2 - Loteamentos fracionados em lotes pequenos.

de acordo com as possibilidades de pagamento daqueles que, por não terem acesso a alternativas melhores, demandam a periferia.

As informações de que se dispõe e o quadro que é encontrado quando se visita a Baixada demonstram que todo o processo de ocupação da área pelos ali chamados "loteamentos populares" se fez sem nenhum controle. De fato, até bem pouco tempo praticamente não havia exigências legais. As prefeituras — órgãos do poder público que atuam junto aos loteadores — para autorizarem o registro de um loteamento, limitavam-se a dispor sobre a abertura das ruas e demarcação dos lotes. Mais recentemente, no entanto, um maior controle político e administrativo se esboça em alguns municípios que já possuem inclusive planos diretores e urbanísticos, que estabelecem normas relativas ao uso do

solo, à construção da habitação e à oferta e uso de equipamentos e serviços urbanos ².

Os loteadores, tanto os que se entrevistou como os citados em outros trabalhos, enfatizam que as exigências legais, se cumpridas, inviabilizam o empreendimento e declaram-se desinteressados em lotear na periferia se houver exigências legais e controle efetivo forçando o seu cumprimento. Os depoimentos destes empreendedores revelam sua visão de que os compradores é que devem pagar pelas obras de infra-estrutura e que, no caso dos loteamentos periféricos, isso é impossível dado o baixo nível de rendimento dos que demandam a periferia.

Sabe-se que, na realidade, uma ação eficaz das prefeituras no sentido de garantir o cumprimento dos dispositivos legais está longe de existir, e o parcelamento e uso do solo ainda hoje caracterizam-se por uma quase total informalidade.

Nas visitas realizadas a loteamentos das mais variadas idades nos quatro Municípios da Baixada não se verificou nenhuma diferença quanto aos equipamentos e serviços urbanos disponíveis. Pôde-se constatar que a data de sua aprovação raramente coincidia com a de sua implantação e início da venda de lotes, e que as determinações quanto à área mínima dos lotes e às instalações de infra-estrutura eram sempre transgredidas em maior ou menor grau. É comum atribuir-se tais transgressões às dificuldades que teriam as prefeituras para exercerem um controle de fato sobre o processo de loteamento nos municípios periféricos. Entretanto esta interpretação deixa de lado outros fatos que justificam e viabilizam as transgressões.

Os loteadores e corretores com quem se entrou em contato durante a pesquisa, quando indagados sobre suas relações com o poder público municipal, referiam-se aos motivos que teriam as prefeituras para fazerem "vistas grossas" às transgressões. Além de referirem-se ao tráfico de influências e troca de favores entre loteadores e funcionários municipais a que Chinelli, usando a expressão de um informante, chama de "politicagem"³, chamavam a atenção para alguns outros pontos. Segundo eles, haveria a nível do poder público municipal a percepção de um certo afastamento existente entre a lei e suas possibilidades reais de aplicação. Como disse um desses loteadores:

"Eles não são burros e estão vendo que não é possível cumprir tudo que reza a lei. Eles sabem que se nós formos cumprir, o preço vai num ponto que não vai vender porque quem tem dinheiro para pagar a obra toda que foi feita ali, não vai se sujeitar a morar num fim de mundo desses".

² Para uma análise da evolução da legislação referente aos loteamentos urbanos, consultar Bibliografia, 21, p. 63-8.

³ Chinelli, Bibliografia, 10, p. 54.

Como se vê, para o loteador, o poder público municipal reconhece que os compradores é que devem pagar pelo cumprimento das exigências legais e que as famílias que se dispõem a aceitar os loteamentos periféricos como local de moradia não possuem recursos financeiros para fazer frente à elevação de preço acarretado pelas obras de infraestrutura.

Os loteadores referem-se ainda ao fato de que as prefeituras municipais também teriam interesse no sucesso de vendas dos loteamentos, pelo que eles ensejam em termos políticos e econômicos. A esse respeito, assim expressou-se um loteador de Nova Iguaçu:

"Porque para eles também não interessa que pare de lotear. Se a gente conclui que aqui não dá e parte para a região dos lagos, por exemplo, quem é que sai perdendo? É a prefeitura que vai perder contribuintes. Certo? Porque dono de lote e de casa é pagador de impostos. O morador sustenta o município. E também se tem poucos moradores o prefeito nem entra no Gabinete do Governador para pedir dinheiro (...) ele fica sem prestígio nenhum, porque ao Governador não interessa agradar ele, são poucos votos no município dele. Entendeu porque eles não arrocham?"

Todos os loteadores entrevistados afirmaram sua "necessidade" de transgredir as normas legais, e nenhum deles referiu-se à ação controladora ou punitiva das prefeituras municipais. Além disso, apontavam eles para o fato, de que mesmo sem preencher os requisitos legais, assim que uma parte dos lotes é vendida e algumas famílias ali assentam suas moradias, o empreendimento adquire a legitimidade própria das "coisas consumadas" e o *status* de "problema social". O seguinte depoimento de um loteador, citado por Chinelli, demonstra bem como se dá esse processo:

"Não adianta exigir obras de infra-estrutura que o povo não pode pagar. Tem que exigir aquelas mínimas que o povo possa pagar. Não sei como que um operário pode pagar coisas assim (...). Depois de vendido criou um problema que é insolúvel (...) depois de vendido e construído o loteamento, já se criou um problema social. A prefeitura não pode desmanchar aquilo tudo..." (conforme Chinelli, Bibliografia, 10, p. 54).

A partir do até aqui exposto é inevitável concluir-se que a aquisição de lotes de periferia pelas famílias de baixa renda torna-se possível exatamente pela ausência de equipamentos e serviços urbanos que decorrem das transgressões que garantem o seu baixo custo e que se viabilizam num complexo jogo de interesses entre os agentes sociais envolvidos no processo 4.

Prova disso são as dificuldades que praticamente têm impedido o Banco Nacional de Habitação (BNH) de implantar o seu Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB).

São as famílias de baixa renda que mais e melhor sabem disso. Vários moradores em loteamentos que se visitou afirmavam que quando estavam procurando um lote para comprar desprezavam todas as indicações de lotes bem localizados e com infra-estrutura, porque sabiam de antemão que não poderiam pagar por eles; e que sua única exigência era o acesso a algum meio de transporte coletivo que lhes possibilitasse locomover-se para o trabalho.

Entretanto, apesar da consciência de estarem de fato comprando a má localização e a carência total de recursos urbanísticos, as famílias trabalhadoras, cujos rendimentos são insuficientes para garantir sua reprodução, demandam os loteamentos periféricos por verem neles uma possibilidade de resolver o seu problema habitacional através da autoconstrução. Assim, para essas famílias a compra de um lote na periferia é um evento que se insere num processo bem mais amplo e complexo de busca da casa própria, como se verá mais adiante.

Com esse objetivo e com a esperança de poder, com seus escassos recursos financeiros, levar esse processo até o fim, compram seu pequeno pedaço de chão sob condições que percebem ser as únicas que estão ao seu alcance entre tantas outras disponíveis no mercado.

De fato, não tendo dúvidas acerca de qual seja a sua clientela, o loteador da periferia ao mesmo tempo que desenvolve mecanismos que reduzem seus riscos e garantem a taxa de lucro esperada, elabora um sistema de vendas cujas condições estejam ao alcance dos trabalhadores de baixa renda.

Em primeiro lugar, cuida de assegurar-se o baixo custo do empreendimento, loteando glebas que, pela grande distância, possuem preço
mais baixo; e, além disso, conforme dito anteriormente, não realiza
obras de infra-estrutura, limitando-se a fazer o arruamento e demarcar
os lotes. Uma vez garantido o baixo custo do empreendimento, na
determinação do preço do lote lhes é possível incorporar juros e correção
monetária, estimados para todo o período de pagamento, e ainda uma
"boa taxa de lucro" ⁵. E mais, pode também, sem comprometer a lucratividade, estabelecer prestações compatíveis com a disponibilidade de
recursos do trabalhador de baixa renda, estendendo quando necessário
o tempo de pagamento. No geral, o preço dos lotes é fixo e os prazos
para o pagamento variam de cinco a sete anos. O valor das prestações
mensais é maior a cada ano, mas, uma vez determinadas, constam
dos contratos de compra e venda e não sofrem mais alterações.

Por outro lado, amparado num contrato que prevê apenas três meses de inadimplência para sua reintegração na posse do lote, o loteador estabelece um sistema de vendas bastante simples e com a mínima

⁵ Utiliza-se aqui a expressão de um corretor. Não se conseguiu informações precisas sobre a margem de lucro possível nesses empreendimentos, mas tanto corretores como loteadores e funcionários municipais afirmavam ser ela bastante compensadora.

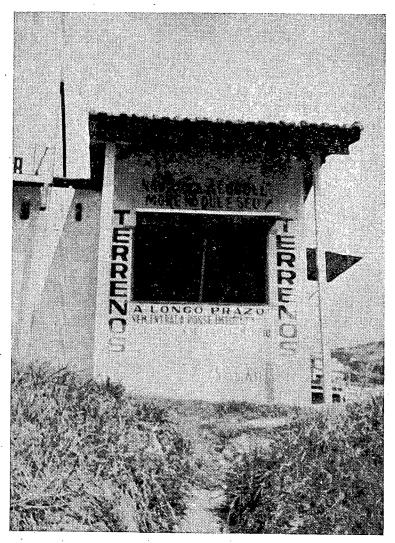


FOTO 3 — Mecanismo de vendas — 1.

imposição de condições. No geral não há exigência quanto ao pagamento de entrada e nem é necessário comprovar a renda ou ter fiador.

Na medida em que os compradores não estão prioritariamente preocupados com o preço total do lote e nem com o número de prestações, mas sim com o quanto terão que dispender por mês, esse sistema adequa-se muito bem às suas expectativas. Além disso, como o contrato prevê o número e o valor das prestações, não resta oportunidades para o imprevisível em termos de pagamento, e com isso fica descartado todo o medo dos reajustes que elevam as prestações a um valor desconhecido de antemão e que nossos informantes declaravam tê-los afastado do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Os compradores também estão livres do preenchimento de condições difíceis, senão impossíveis

para sua classe, como é o caso do pagamento de entrada, dos fiadores, e da comprovação de rendimentos. Por fim, as operações de compra e de pagamento das prestações realizam-se num clima de relações pessoais, mais fáceis de serem controladas e manipuladas em casos de necessidade do que seriam as relações impessoais e altamente burocratizadas que caracterizam as transações do SFH.

A maioria dos moradores entrevistados durante a pesquisa, por experiência própria ou por observação de experiências vividas por parentes, conhecidos e vizinhos seus, afirmava não ter nenhum interesse nas unidades habitacionais mercantilizadas através do SFH, porque seu sistema "não é de acordo para o pobre", "tem de pagar a vida toda e se passar por um sufoco perde tudo, a casa e tudinho o que já pagou".

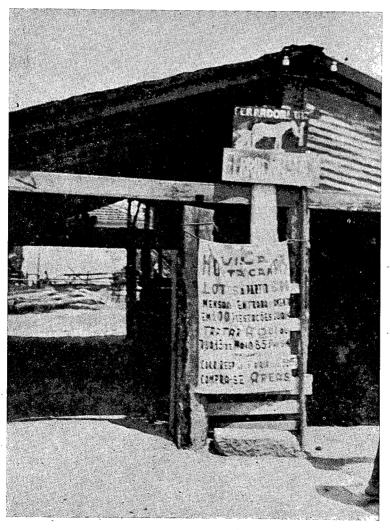


FOTO 4 - Mecanismo de vendas - 2.

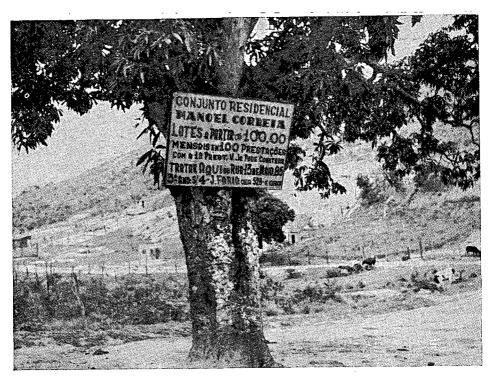


FOTO 5 - Mecanismo de vendas - 3.

Em seu trabalho, Chinelli transcreve o depoimento de um informante que, com uma clareza exemplar, expõe a diferença que os moradores em loteamentos periféricos vêem existir entre estes e o SFH:

"Com o lote fica mais difícil uma pessoa perder porque, além dele ter esse problema de ser pouco o pagamento, as prestações serem baratas, ele não corre o risco... Ele tem o proprietário que é um particular (...) uma pessoa humana. Pode dar um azar de encontrar um outro. Mas, normalmente é uma pessoa humana (...) entende a situação da pessoa. Então, dá um prazo se ele atrasar para ele pagar aquilo (...) Eu digo por este loteamento aqui que tem muita gente que atrasou. Já esteve a ponto de perder o terreno e foi lá no dono e ele anistiou o camarada que estava atrasado e recomeçou a pagar normalmente (...) A pessoa tem aquele diálogo com o dono diretamente. Lá no BNH, não. É tudo feito com intermediário. O pessoal não vai direto ao plano de habitação, o dono do BNH (...) Muitas vezes nem sabe o que ocorre (...) E no loteamento, você conhece o dono. Se não puder pagar, chega perto dele, chora as mágoas, explica: — Este mês não vai dar. Já no BNH não tem jeito" (conforme Chinelli, Bibliografia, 10, p. 66).

Como se vê, aos preços e formas de pagamento mais adequados às condições dos trabalhadores de baixa renda soma-se, para o morador, a possibilidade de controlar suas relações com os empreendedores que, embora sejam intermediadas por corretores em alguns casos, são muito mais diretas do que aquelas que os mutuários podem estabelecer com o BNH e seus agentes.

A pesquisa não deixou dúvidas quanto à familiaridade existente entre moradores e loteador (ou corretor que o represente no loteamento) e, de fato, verificou-se em campo ocorrências que comprovavam a existência de um certo grau de tolerância em relação à inadimplência. Todavia, essa tolerância se de um lado é de grande valia para famílias tão vulneráveis a crises financeiras devidas ao desemprego ou às doenças, de outro tem mais a ver com os interesses do próprio loteador do que com uma suposta "solidariedade humana" mobilizada nos contatos diretos entre ele e seus clientes.

Na realidade, contando com um contrato bastante rigoroso quanto às punições à inadimplência, o loteador só a tolera se quiser, e o faz somente quando tem interesse nisso. A comprovação disso está no fato de que a sua tolerância não é a mesma em todos os casos: ela depende da idade e do estágio de ocupação do loteamento, como também do fato do lote estar ou não edificado e habitado. Se nos loteamentos mais antigos, quase que completamente ocupados, e por isso mesmo mais valorizados, a tolerância com os atrasos de pagamento é praticamente inexistente, nos mais novos e pouco ocupados essa tolerância é bastante grande. Nestes últimos um morador só perderá seu lote se não fizer o pagamento das prestações durante um período relativamente longo. No loteamento onde pesquisou-se em profundidade a autoconstrução sua idade era de seis anos e apenas metade de seus lotes estavam habitados — não se verificou nenhum caso de perda de lote por moradores e havia casos de até oito meses de atraso que permaneciam na posse dos moradores, apesar de estarem sofrendo fortes pressões por parte do loteador. Há de fato um interesse grande em reter o morador enquanto houver uma chance de retomada do pagamento regular das prestações, uma vez que o morador é um chamariz para novos compradores e também um fator de valorização dos lotes ainda à venda. A tolerância do loteador não atinge o comprador cujo lote ainda não esteja habitado e prova disso é o alto índice de repasse de lotes não edificados.

Convém esclarecer que embora contratualmente, três meses de atraso signifiquem a perda do lote, existem formas de contornar a situação, uma vez que ao loteador também não interessa o processo custoso e demorado de resgate do lote. Assim, perder o lote significa, na verdade, para a quase totalidade dos casos, repassá-lo. O comprador, ao perceber que não consegue quitar as prestações atrasadas, por própria iniciativa ou por pressão do loteador, revende o lote. Ao que tudo indica, raramente ele consegue recuperar o total que já havia pago, pois os interessados na compra são, como ele, carentes de recursos financeiros para disporem de uma quantia que possa cobrir a parte já quitada, as

prestações em atraso e a taxa de repasse cobrada pelo loteador. Como a condição do loteador para admitir o repasse é o pagamento da taxa e a quitação dos atrasados, ao inadimplente só resta perder tudo na justiça ou revender o lote com algum prejuízo. Em todos os casos observados a opção foi pelo repasse, bastante incentivado pelo loteador e aceito de bom grado pelo inadimplente, que via nele uma maneira de recuperar, pelo menos em parte, o dinheiro já gasto.

As declarações de satisfação com sua atual situação de moradia, a confessada sensação de ter acertado na sua opção pelos loteamentos periféricos, e ainda o sentimento de que existe uma certa solidariedade do loteador para com eles, não podem ser encarados simplesmente como mistificações feitas pelos moradores. Os resultados desta pesquisa levam a concluir com Chinelli que esta atitude dos moradores pode, na realidade, estar indicando a sua percepção de que os loteamentos periféricos se constituem, para as famílias de baixa renda, numa alternativa muito mais viável que os programas habitacionais oficiais.

E, de fato, apesar das suas deficiências em termos de infra-estrutura, de serviços e equipamentos urbanos, e da distância do núcleo metropolitano, são os loteamentos periféricos que — pelas características até aqui apontadas — permitem aos trabalhadores de baixa renda não só a propriedade da terra, mas também o acesso à casa própria, através de um processo longo e moroso, mas eficaz como se verá a seguir.

2 — AUTOCONSTRUTORES E AUTOCONSTRUÇÃO

Na Seção 1 procurou-se demonstrar como a periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro vem se ampliando, através da ação de particulares que ali loteiam glebas e realizam com todo sucesso a venda de lotes para as famílias trabalhadoras de baixa renda, que não mais conseguem assentar suas moradias nas áreas mais próximas ao núcleo metropolitano. Demonstrou-se como tem-se desenvolvido esse processo, como se comportam os loteadores e o poder público, cujas práticas o têm viabilizado, e também como os moradores percebem os loteamentos como o único caminho viável para chegar à casa própria.

Agora importa analisar como se processa a autoconstrução, levantando questões sobre o seu sentido sociológico. Através de exemplos concretos procura-se apreender o seu significado, examinando, de um lado, quem são os autoconstrutores e quais os motivos que orientam a sua opção pela construção da casa própria e, de outro, o processo de produção da habitação autoconstruída e as estratégias para provisão dos recursos necessários.

2.1 — Os agentes sociais da autoconstrução

A pesquisa de campo revelou que os agentes sociais da autoconstrução são, na realidade, famílias trabalhadoras em busca de uma solução para o seu problema habitacional e para as quais está vedado o acesso à casa própria por outros caminhos.

A quase totalidade das famílias que residiam no Jardim Esperança eram compostas de casais entre 25 e 40 anos e seus filhos, sendo a autoconstrução assumida por eles como um empreendimento familiar. Participam dela todos os membros da unidade doméstica, seja destinando-lhe o fruto do seu trabalho remunerado, seja trabalhando na edificação, seja submetendo-se à compressão de gastos indispensáveis ao provimento de recursos monetários que ela exige.

Tais famílias tinham em sua história habitacional a moradia em casa de parentes, em casa ou cômodos alugados ou cedidos, em barraco assentado sobre terreno de terceiros, formas estas de morar que alternavam-se em suas vidas até o momento da opção pela autoconstrução. É bastante raro encontrar-se, entre elas, famílias que tenham tido como experiências habitacionais anteriores casas próprias em conjuntos habitacionais ou em outros loteamentos.

Para a grande maioria das famílias moradoras no Jardim Esperança (70%) a remuneração pelo trabalho de seus chefes era, no momento da pesquisa, a única fonte de recursos ⁶. Para as demais, aos rendimentos do chefe somavam-se os da esposa (14%) ou de filhos (12%), e até mesmo da esposa e filhos (4%). Embora seus rendimentos mensais situassem-se numa faixa ampla de até 8 salários mínimos, 63% delas tinham rendimentos de até 3 salários mínimos e 30% de mais de 3 a 5 salários mínimos. Apenas 7% percebiam por mês mais de 5 salários mínimos, sendo que 4% situavam-se na faixa de mais de 5 a 6 salários mínimos.

Autorizando a afirmação de que quaisquer outros caminhos lhes estavam vedados de fato, além da evidência de seus baixos rendimentos e dos expressivos depoimentos das famílias autoconstrutoras, estão as resoluções do BNH que já em 1975 alteraram, primeiramente, o limite superior da renda familiar a ser atendida pelo Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP) de 3 para 5 salários mínimos e, depois, criaram o PROFILURB. Tanto a elevação do teto das faixas de atendimento quanto a criação de um programa que oferecesse apenas o lote e não mais a moradia pronta foram declaradamente medidas determinadas pelo baixo poder aquisitivo das famílias que, nas faixas de rendi-

⁶ A maioria dos chefes de família residentes no Jardim Esperança estavam empregados em empresas dos setores da indústria de transformação (25%), da construção civil (32%), dos serviços (22%), e do comércio (5%). Apenas uma pequena parcela deles tinha uma prática de trabalho independente; eram biscateiros (11%) — na sua maior parte exercendo ocupações da construção civil —, e pequenos comerciantes (5%) — na sua maioria vendedores ambulantes e birosqueiros.

mento a serem atendidas pelo PLANHAP — até 5 salários mínimos —, não tinham condições de pagar pelas unidades habitacionais oferecidas pelas Companhia de Habitação (COHAB's).

2.2 — Motivos que orientam a opção pela autoconstrução

Quando interrogados sobre os motivos que os levaram à decisão de comprar um terreno e edificar eles próprios as suas moradias, os autoconstrutores revelavam que suas razões emergiram da sua experiência com as outras alternativas habitacionais e das dificuldades enfrentadas para resolver o seu problema habitacional.

Percebe-se, pela análise de seus depoimentos, que a insegurança, decorrente da não propriedade da moradia, é o principal motivo para adquirirem um lote e construírem ali a sua casa. O sentimento de que a propriedade da moradia é uma necessidade incondicional é generalizado entre os autoconstrutores, e ao se referirem a essa necessidade expressam sempre a certeza de que a casa própria é a única alternativa habitacional capaz de garantir a proteção do grupo familiar nos momentos de crise. Seu discurso neste contexto é especialmente rico em informações; constitui-se num relato bastante minucioso do que foi o seu "drama habitacional" antes de se tornarem proprietários, referindo-se não só à sua luta para conseguirem pagar o aluguel e à constante incerteza de poderem estar abrigados em momentos futuros, como também às condições precárias das moradias que se viram obrigados a aceitar. As referências ao passado, quando moravam em casa de aluguel ou cedidas, e às dificuldades porque ainda passam seus amigos e parentes que permanecem naquela situação, surgem de maneira tão repetitiva em seu discurso que parecem ser, além de uma forma de explicarem sua decisão pela autoconstrução, uma maneira de reafirmarem os argumentos que utilizam para justificar a si próprios as privações e o desgaste que, conforme se verá adiante, estão se impondo.

A casa emprestada ou então construída com seus próprios recursos em terreno que não seja de sua propriedade é considerada como uma solução precária para o problema da moradia, uma vez que o seu direito de ocupá-la depende do arbítrio do proprietário da casa ou do terreno, conforme o caso. Os depoimentos que seguem são expressivos disso:

"Quando eu cheguei aqui (no Rio de Janeiro) fui morar na favela, na casa do meu primo lá no Acari. Aí eu arrumei esse emprego que eu falei, e eu comprei lá um barraco por 500 cruzeiros. Então esse barraco foi que eu fui ajeitando ele, fiz um comodozinho de tijolo, e foi esse que eu vendi pra comprar aqui (...) Eu vendi porque não era meu, estava sujeito a qualquer momento ser tomado. Aí nós decidimos vir para esse terreno aqui, que é comprado... é muito mais seguro".

"Meu sogro deu uma meia água para a gente morar lá. Dois cômodos... morava eu, ela e as crianças lá... não pagava nada. Mas nós tínhamos aquela idéia de que não era nosso, que ele podia precisar dos cômodos. Era sempre isso na cabeça. Aquela coisa de pensar assim: que a gente só está seguro mesmo no que é nosso. Sendo nosso é outra segurança... aconteça o que for, tem o seu canto, não tem precisão de sair dali nunca".

Como já era de se esperar, tendo em vista os altos preços dos aluguéis e a alta ocorrência de despejos, também a casa alugada não é vista como uma solução habitacional satisfatória:

"A gente vai alugar, vai depender dos outros para toda a vida. Vai alugar uma casa é 300, 400 e 500 cruzeiros. A gente vai pagar aquele total por mês, ser obrigado todo mês ter que pagar aquele aluguel. Aquele dinheiro a gente paga e no fim do ano não viu nada. Pagou aquilo e foi a mesma coisa que dinheiro jogado fora, não tem valor para a gente... paga a vida inteira e nunca é dono de nada. Então, preferivelmente comprar um terreno assim, embora seja caro e a gente passe dificuldade para poder pagar. Entendeu? Compra, passa um pouco apertado, mas mais tarde melhora. Melhor do que pagar aluguel".

"É que a gente pagando aluguel... Atrasou, o dono cisma e bota pra fora... Não adianta dizer que está imprensado, que não está empregado, que está doente, que morreu... eles não interessa com isso; não paga não pode morar. Para isso chama aluguel: para morar tem que pagar para os donos. É assim. Já pensou o cara pagar aluguel, o cara dormir e acordar sabendo que aquela casa que está pagando nunca é dele?"

Como se vê, a casa de aluguel é percebida como uma solução duplamente inconveniente. De um lado, seu alto preço conjugado ao baixo poder aquisitivo dos salários, tornando quase impossível o pagamento regular dos aluguéis, é apontado como podendo levar ao despejo mesmo nos momentos de normalidade e ocasionando infalivelmente o despejo nos momentos de crise. De outro lado, o dinheiro pago pelo aluguel, resultado de um enorme esforço de contenção de outros gastos fundamentais, mas não se convertendo em propriedade, e por esta via em segurança de abrigo, é visto como "dinheiro jogado fora" por não lhes tirar da dependência de uma renda constante e suficiente para pagar pela moradia.

Seria impossível negar que a casa própria representa, na realidade, segurança para as famílias trabalhadoras numa conjuntura histórica marcada pela baixa remuneração do trabalho e por um mercado em que os preços dos imóveis prontos e dos aluguéis, em constante elevação, atingem níveis muito altos. A propriedade da moradia é sem dúvida uma garantia de abrigo para essas famílias trabalhadoras que vivem no atual momento histórico uma situação em que o emprego é difícil

de obter e manter, e em que os acidentes de trabalho e as doenças em virtude das precárias condições de vida são riscos que se realizam com muita freqüência.

Assim, a casa própria — nem que seja um único cômodo na periferia — representa de fato, e assim é sentida pelos autoconstrutores, um teto certo nos períodos de crise, quando a sua renda sofre fortes reduções. Ela lhes permite nesses momentos destinar à alimentação quase a totalidade do pouco dinheiro que conseguem receber — quer seja do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), nos casos de doença ou acidentes de trabalho, quer seja do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ou dos biscates que conseguem arranjar nos períodos de desemprego e procura de um novo trabalho.

Se é verdade que ao valor das prestações mensais do lote somam-se os gastos com a edificação da moradia que não são pequenos e, certamente, a autoconstrução não resulta numa solução mais barata que o aluguel sobretudo na sua fase inicial, é verdade também que a liberdade para dispor sobre o processo de construção da sua própria casa permite ao trabalhador não só empregar seus recursos no volume e no momento que considerar mais convenientes, como também reduzir, ou mesmo abolir, temporariamente seus gastos com habitação sem perder seu teto.

Esse ponto, conforme constatou-se na pesquisa, pesa muito na opção pela autoconstrução. Os trabalhadores vivem uma situação em que seu orçamento familiar, sem reservas, se desequilibra muito frequentemente, e sabem por vivência própria que quando isso acontece o despejo é inevitável. Por isso valorizam e buscam a casa própria, única situação em que lhes é possível decidir quando e quanto vão gastar com habitação. Afirmam que o pagamento das prestações do lote e das taxas municipais somam menos que um aluguel ou uma prestação da COHAB, e enfatizam o fato de serem os "donos absolutos" da obra de suas casas, podendo fazê-la progredir ou parar segundo suas necessidades e, portanto, fazer gastos com material de construção quando seus recursos assim o permitirem. O depoimento do chefe de uma família autoconstrutora de quatro pessoas, cuja casa inacabada possuía apenas dois cômodos com piso de chão e paredes no tijolo, é típico de como os autoconstrutores desenvolvem sua argumentação a esse respeito:

"Porque aqui eu sou mais eu. Sou o mestre de obras, o engenheiro, o incorporador; aqui eu sou tudo e por isso eu é que mando. Eu é que digo quando a obra vai andar e quando ela vai parar. Só isso e eu já me sinto no céu. Se dá para comprar material eu compro, se não dá eu não compro e pronto. Porque eu sei que as crianças têm seu teto. Nós estamos aí desse jeito, só essas paredes e a laje, mas estamos dentro e podendo comer. Quando der eu faço o resto que falta, que eu tive de parar por conseqüência da doença da menina que gastei muito com farmácia. Mas é o que eu dizia... se eu estou numa casa

de aluguel ou num apartamento da COHAB, ia ter três ou quatro cômodos acabadinhos mas eu ia ter de pagar aquilo no fim do mês de qualquer jeito. Ia ter que tirar da comida, e podia nem dar pra pagar. Assim eu não podia adiantar o meu lado... eu não como emboço".

Não obstante, como se verá adiante, as estratégias que viabilizam o processo de autoconstrução exigem muito do trabalhador e sua família. Consistem basicamente na extensão da jornada de trabalho, na compressão de outros gastos e numa substituição de gastos monetários por trabalho próprio, resultando assim em privações e grande desgaste físico.

A consciência de estar submetendo-se a um intenso desgaste existe entre os autoconstrutores e aparece com muita clareza no seu discurso, aliás bastante eloquente nesse contexto. Entretanto, ao mesmo tempo que se queixam disso, afirmam que "vale a pena" e que não se arrependem da opção que fizeram.

2.3 — O processo da produção da casa própria

O processo tem início com a compra do lote e a construção do que os próprios trabalhadores chamam de "um barraco", que no geral é o primeiro cômodo da futura casa, e prossegue por etapas numa marcha descontínua e longa.

Como os lotes são vendidos sem exigência de entrada, sendo a única despesa maior o contrato de compra e venda cujo pagamento pode ser parcelado, em realidade basta o pagamento da primeira prestação para poder iniciar a edificação da casa. Entretanto, o tempo que decorre da compra do lote à construção do primeiro cômodo é muito variável e depende da disponibilidade objetiva de recursos por parte do trabalhador. Alguns conseguem fazê-lo imediatamente:

"Eu comprei aqui, então na outra semana vendi meu barraco e tive de entregar. Eu vim aqui, o terreno estava vazio, não tinha nada... Viemos de mudança sem ter onde se abrigar. Aí quando chegamos tinha essa casa aí na frente que estava toda aberta sem acabar de assentar os tijolos, então o moço disse: — "você fica aí, não tem nada não". Aí, quando foi daí umas duas semanas nós levantamos esse cômodo, botamos umas telhas pela parte de dentro para poder subir para cima e ficamos pelo lado de dentro, aquilo baixinho... baixinho... Aí levamos mais uns dois meses para comprar o resto dos tijolos e acabar de subir a parede, e comprar o material para bater a laje".

Outros, no entanto, se vêem obrigados a esperar meses e até anos:

"Levei mais de ano para fazer isso que está aí. Acredita nisso? Mais de ano para fazer esse cômodo aí. Pagava o lote direitinho, que eu tinha fé de um dia poder construir. Mas não dava mesmo, ficou seis meses só no alicerce aí... crescendo mato em cima".

Levando-se em conta que mesmo o pagamento das prestações do lote quando somado ao aluguel é um peso exorbitante no orçamento das famílias trabalhadoras, e que a esses ainda somam-se gastos maiores com material de construção, percebe-se que o período que vai da compra do lote à conclusão do primeiro cômodo — momento em que a família muda-se para a casa própria — constitui-se na fase mais crítica da autoconstrução. Prova disso é a elevada proporção de perda de lotes, por falta de pagamento das prestações, no primeiro ano após a compra, alguns com a construção já iniciada, outros tendo já o poço furado, e outros ainda estando apenas cercados.

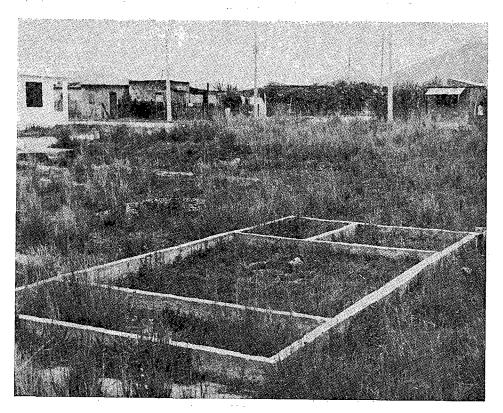


FOTO 6 — Construção interrompida por falta de recursos.

Lograr transpor essa fase, conseguindo garantir-se abrigo e sustento ao mesmo tempo em que paga prestações e material, só é possível quando a família autoconstrutora consegue uma elevação ocasional dos seus recursos monetários. Uma prática generalizada é a substituição da casa de aluguel por um cômodo cedido na casa de parentes, por um quarto alugado, ou ainda por um cômodo de avenida próximo ao loteamento. Com isso, o dinheiro antes destinado ao aluguel ou parte dele torna-se disponível para ser empregado na casa própria. Entretanto,

abolir ou diminuir a despesa com o aluguel não é suficiente. A grande maioria dos moradores afirmava haver utilizado, para cobrir as despesas dessa primeira fase, recursos provenientes do FGTS, do 13.º salário, da venda de férias, de biscates relativamente bem remunerados, e até mesmo da venda de um barraco na favela. São raros os casos de utilização de recursos oriundos de apenas uma dessas fontes, o que indica que embora tais recursos sejam utilizados, como se verá adiante, ao longo de todo o processo de autoconstrução, é nessa fase que o trabalhador se vê obrigado a estratégias para conseguir reuní-los num só momento.

Vencida essa primeira fase, parte dos objetivos já são considerados atingidos. Como disse um autoconstrutor: "Fez um barraco, entrou pra dentro, o nêgo já fica mais a vontade, já tem um canto pra se escondê e ninguém toma dele. Só se der um azar de adoecer e ficar sem poder trabalhar".

A garantia de um abrigo, mesmo precário em termos de conforto, e a certeza de estar produzindo um bem do qual se apropria integralmente dão aos autoconstrutores alento para prosseguirem vagarosa e persistentemente num processo penoso, cujo tempo de duração é reconhecidamente imprevisível.

"Eu trouxe o material, aluguei um quarto ali do outro lado do rio e fui morar lá por uns tempos até ir fazendo aqui. Demorou bem, bem mais do que nós pensávamos... Aí acabou o dinheiro. A obra já estava mais ou menos engatilhada e eu entrei pra dentro assim mesmo. Ficamos três anos aí na telha... a sala era cozinha e era tudo, e o banheiro era descoberto. Eu vim botar laje nesse banheiro faz o que? Não faz nem um ano que eu botei laje nele porque não tinha condições de botá... era mesmo descoberto porque não dava. Mesmo eu sendo um profissional, mas pelos tempos, pelo preço das coisas... Eu passei três anos aí, agora é que eu consegui botar essa lajezinha, e com a maior dificuldade. E calculo que até eu botar laje nessa minha cozinha aí... sei lá... sem botar piso e nem nada... Vou lhe contar... Acho que até um dia eu fico devendo... Não sei não, quando chegar a hora eu vejo. Porque tudo é eu que faço, mas o material não é eu que faço, eu tenho de comprar o material. A mulher fica aí querendo saber quando vai aprontar a cozinha, eu não sei... Eu digo para ela: não adianta tu fazer planos, tu querer planejar de fazer isso ou aquilo para sei lá quando, é besteira. A gente não sabe se vai dar... Se vai poder... Não dá de saber certo quando que vai dar para fazer, então tem que ter paciência".

Essa imprevisibilidade decorre das próprias formas de reunir os recursos necessários e proceder à edificação da casa própria que, geradas

no contexto de escassez em que vivem e empreendem a autoconstrução, são marcadas por inúmeras dificuldades e riscos.

De um lado, a falta de recursos monetários impedindo, por períodos mais ou menos longos, a compra do material necessário ao prosseguimento da obra faz com que a autoconstrução se desenvolva por etapas não só em relação às diferentes partes da casa, como também em relação às diferentes partes de um mesmo cômodo que esteja sendo construído. O fato de não poder proceder de forma contínua à edificação nem mesmo de um cômodo expõe o empreendimento a riscos que retardam o seu processo de edificação. Durante a pesquisa ocorreram vários casos em que se fazia necessário reerguer paredes que haviam caído por terem sido deixadas a meio caminho, à espera de nova compra de material. De outro lado, a falta de dinheiro tornando impossível a aquisição de ferramentas e materiais adequados faz com que o tempo de trabalho necessário à produção de cada etapa seja consideravelmente aumentado. A esse respeito, os depoimentos de dois moradores são bastante expressivos por compararem as condições de trabalho na obra do patrão com a situação na sua própria obra.

"É 1.000 cruzeiros o tijolo de primeira, pra mim não dá... Tem de ser esse aí que é 750 cruzeiros, mas ele é ruinzinho, é ruinzinho mesmo. Olha que eu sou bom pedreiro, essa é a minha profissão tem aí dez anos. Já viu né! Mas, eu fiquei quatro dias nessa parede aí, tem quatro dias de serviço nessa parede. Dizer isso ninguém acredita, né, mas tem... É que o tijolo não presta, tudo torto que ele é, tem de botar prumo e nível toda hora... Bota massa de um lado e tira do outro, que eles são tudo estroncho. Se é lá na obra, com tijolo jóia, isso aí é serviço pra um dia... Nem isso, se tiver um dando massa é serviço de meio dia".

"Estou aí nesse taipa tem dois dias, já botei dois dias de trabalho em cima dele... Dessa coisa pequena aí. Se é lá, esse é serviço pra acabar na hora do almoço. Aqui não, nós não podemos ganhar tempo, que nós não temos material de acordo. Não tem as vantagens de cortar na serra rápido. Qualquer coisa aqui dá uma mão-de-obra danada. Pega uma obrazinha dessa minha pra fazer, dois cômodos desse... Não tem serra, não tem madeira suficiente. Pra tirar, vamos dizer, 5 centímetros numa tábua tem de ser na machadinha, e já viu que é uma mão-de-obra ferrada... Não tem facilidade... Gasta horas aí... É tudo na bruta, na raça..."

A autoconstrução se estende, assim, por anos a fio "feito obra de igreja", como dizem eles, e as famílias trabalhadoras envolvidas nela estão continuamente empenhadas em suprí-la dos recursos necessários que, pode-se dizer, são de duas ordens: monetários e de trabalho.

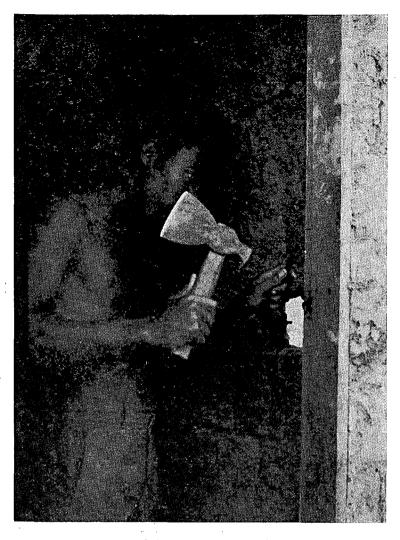


FOTO 7 — A falta de dinheiro impede a compra de ferramentas adequadas, obrigando à improvisação.

Para poder fazer frente aos gastos monetários que a autoconstrução exige, todos os mecanismos que possam viabilizar um aumento da sua renda são acionados 7.

⁷ Esses gastos referem-se fundamentalmente ao pagamento das prestações do lote e à compra de materiais de construção que se faz, no geral, à vista. Os motivos apresentados para essa preferência pela compra à vista são, de um lado, o encarecimento dos materiais quando comprados a prazo, e, de outro, a impossibilidade de assumir um pagamento regular de prestações. Durante a pesquisa eram freqüentes as declarações do seguinte tipo: "Eu vou comprando aos poucos, como posso, e vou guardando aí. Eu gosto mais assim. Vai comprar a prazo, ele vai e já cobra mais além do preço e fica ruim. E também não agrada aquela prestação; naquele dia certo ter que tirar para o material. E se não deu para fazer aquele tanto? Arrisca de não poder pagar e fica ruim, não é?"

O primeiro — aquele mais ao alcance das suas mãos, dada à sua condição de assalariados — é a extensão da jornada de trabalho, que na realidade se realiza sob duas formas diferentes, mas não exclusivas entre si: as horas extras feitas no próprio emprego e a realização de biscates. É claro que essa não é uma prática exclusiva dos trabalhadores empenhados na construção da casa própria, entretanto ela se intensifica durante o processo de autoconstrução de forma a atingir, em alguns casos, limites muito altos, conforme indicam depoimentos dos quais o seguinte é apenas um exemplo:

"O salário que está na carteira se a gente não fizer serão não dá nem para comer. Tem de fazer, senão o cara não vai morar... É que no serão eles pagam 20% em cima da hora normal (...) Para poder ir tocando a obra e a situação, ter condição de construir, pelo menos duas dobras por semana nós somos obrigados de fazer (...) A gente pega no trabalho hoje às 7 horas do dia; trabalha o dia e a noite até às 4 horas e 30'. Então o pessoal vai dormir, das 4 horas e 30' às 7 horas; quer dizer, nem três horas de sono, né. Dorme aquelas três hora pra pegar no serviço às 7 horas outra vez, pra ir até às 5 horas da tarde (...) Agora a gente faz duas dobras, mas teve tempo de estar imprensado e fazer até três dobra numa semana para poder comprar um pouco de material. Dobrava na segunda, na quarta, e na sexta... Chegava no fim da semana mais morto do que vivo".

O FGTS constitui também uma importante fonte de recursos monetários para a autoconstrução. É bastante comum os próprios trabalhadores empenharem-se em ser demitidos para poderem retirar o seu Fundo e empregá-lo na casa própria. Essa prática cria para esses trabalhadores uma situação de instabilidade provocada pela alta rotatividade que passa a caracterizar sua vida de trabalho. Além disso, faz com que o FGTS deixe de ser um seguro para períodos de desemprego e procura de novo trabalho, convertendo-o num componente habitual do orçamento que vai lhes garantir o abrigo e os demais elementos necessários à sua sobrevivência cotidiana.

"Eu trabalhei seis anos e pouco numa firma logo que cheguei aqui, mas depois... Eu parei com isso por causa do Fundo. Aí eu chegava na firma, metia a mão na carteira e mostrava: seis anos numa firma, eles achava que eu era um bom trabalhador e me empregava. Então eu trabalhava ali seis ou sete meses legal mesmo. Quando chegava sete meses assim, eu dizia: vou dar um nó cego aqui que é pra eles mandar embora. Então eu jogava o nó cego em cima deles; dali começava a faltar dia, chegar atrasado... Eles dava aviso prévio, eu pegava aquele trocozinho do Fundo... um trocozinho bom... e ficava em casa um mês fazendo um biscate e trabalhando no meu mesmo. Depois voltava pra outra... trabalhava mais uns meses ali, e assim vai... É assim que a gente vive..."

"A firma que ele estava era boa, o patrão até que era bom, mas teve de arranjar de ser mandado embora... Precisava botar a laje aqui que as telhas estavam ruim, chovia dentro, estava estragando os trem todo e era um sufoco. Noite de chuva a gente não dormia. Quer dizer, saiu para apanhar o Fundo. Deu pena porque o emprego dele era bom e... sei lá... esse agora é menos bom, né".

O aumento do número de membros da família que exercem trabalho remunerado é outra forma utilizada para resolver o problema da escassez de recursos monetários durante a construção da casa. O trabalho das esposas e filhos, mesmo menores, foi muitas vezes apontado pelos moradores como indispensável para a sobrevivência do grupo familiar e o prosseguimento da construção da casa própria.

"Pagamento só tinha era no sábado, na quinta-feira nós já estávamos sem dinheiro nenhum. Tirava o tanto do terreno, o tanto do material, fazia uma comprinha, e acabava tudo. Tinha dia de não ter dinheiro pra descer pra trabalhar no dia seguinte. Ela era que me ajudava, os meninos eram pequenos e não dava pra ir trabalhar lá fora, mas pegava um bom troco com a costura dela e botava para as compras, para a passagem, quer dizer ia ajudando..."

"Os meninos estão lá no seu Manel, de empilhador de material no depósito. Tem precisão deles ganharem um pouco para ajudar, nós estamos muito apertados. Mais pra frente... aí já vai melhorar um pouco. Quem sabe depois de bater a laje eles podem largar, não é? Que o serviço de empilhar é pesado, eles são muito novos ainda".

Além de todos esses mecanismos de elevação da renda apontados, a estruturação do orçamento doméstico se faz — orientada pela autoconstrução — de forma a comprimir as despesas com itens básicos de consumo como é o caso da alimentação, saúde, vestuário, transporte, educação e lazer.

"Para conseguir fazer o dinheiro dar para as despesas e ainda comprar material, tem que economizar. A mulher economiza aí nas compras... Uma semana nós fazemos compras, outra tiramos para prestação do lote, outra para o material, vai levando assim... e tem que dar. Uma compra de 200, 300 contos, economizando dá para duas semanas, economizando dá, né. Compra as coisas que podem render. Carne a pessoa só compra quando tem condição, com obra não dá porque aperta muito a compra de 1 quilo de carne. O preço dela não está fácil... Então, pobre não dá de comer carne; tem de comprar uns ovos... Mais mesmo é ovo de vez em quando".

"Eu posso dizer que faz mais uma casa quem tem precisão, quem quer fazer, do que quem pode. Porque eu fiz sem poder, passando necessidade; nós aqui sequer compramos uma roupa depois que começamos aqui; não compra calçado, nada. A mulher às vezes briga porque eu ganho o meu dinheirinho já parto ele no meio e compro o material

pra casa. O que restou é para as despesas, dê o que der está bom... Isso é que eu estava dizendo que tem é de querer, eu pelejei mas fiz esse ranchinho... passando fome e passando necessidade".

"Faz compra no dia que tem dinheiro porque se for comprar sempre que necessita vai comprar todo dia e não sobra para o material (...) Eu vou nas Sendas, quem manda é o dinheiro. Se ele tiver pouco, vamo dizê assim, no mês que comprou mais material, gastou mais com o barraco a comida tende a ser outra".

É importante ainda fazer referência a duas práticas também recorrentes na luta dos trabalhadores para suprirem de recursos monetários a autoconstrução. Uma é a venda de equipamentos domésticos e objetos pessoais nos momentos de maior necessidade, e a outra é o atraso sistemático no pagamento das prestações do lote, cuidando sempre para não ultrapassar o limite de tolerância dos loteadores.

"Primeiro eu vendi a geladeira... depois foi a bicicleta... é que nós estávamos apertados demais com a obra... precisou, né".

"Eu estou com quatro prestações atrasadas... paguei uma a semana passada... Agora vou controlando, né. A gente tem vez que atrasa até de pagar o terreno por causa do material, porque não dá para fazer úma coisa e outra ao mesmo tempo, né. Tem que sacrificar uma para fazer a outra, entendeu?"

"Teve época de eu passar nove meses sem poder pagar o terreno. Foi até para o cartório meu terreno... quer dizer, um pouco de relaxo mas o dinheiro também estava curto. É que eu ia movimentando o dinheiro e ia me descuidando. A mulher sempre em cima: "precisa pagar o terreno, a prestação está atrasada". E eu falava: não, agüenta aí, vamos aproveitar esse dinheiro mais um pouquinho".

Além do esforço empregado na aquisição dos recursos monetários necessários ao processo de autoconstrução, os autoconstrutores ainda deverão provê-lo de trabalho. Entretanto, o trabalho que viabiliza o empreendimento da autoconstrução, dada à carência de recursos monetários, não se restringe às tarefas ligadas à edificação propriamente dita, mas se estende também à produção dos materiais necessários a ela.

"O sujeito tem de se virar para não cair sempre na casa de material... às vezes não tem o dinheiro vivo para tudo, né. Então, eu vi que dava para tirar e fazer a fundação... Aí imprensei, comprei um carrinho e comecei... Quebrava na marreta, botava no carrinho e trazia. Essa areia de emboço aí foi tudo carregado no carrinho... essa areia tudinha eu tirava de lá do campão da prefeitura carregando de lá pra cá".

"Era eu, ela, e as crianças tirando areia do rio. Eles tinham de ajudar que era três tombos pra dar nela, que ali é aquele barranco alto... Era três tombo para chegar na beira, depois era botar nas latas e trazer. As crianças, eram daquelas latas pequenas; eu mais ela era daquelas de 20 litros... trazia nas costas..."

Quanto à questão do trabalho necessário à autoconstrução da moradia, foram observadas basicamente três maneiras diferentes de resolvê-la, que não são mutuamente exclusivas, mas podem combinar-se entre si:

- a) cooperação entre membros do grupo doméstico;
- b) contratação de mão-de-obra remunerada;
- c) cooperação entre parentes, vizinhos e/ou amigos.

Sem dúvida, recai sobre a família autoconstrutora a maior parte do trabalho empregado na construção de sua casa. Entretanto, no loteamento estudado é relativamente pequena a proporção de famílias trabalhadoras que iniciaram e prosseguem a edificação de suas casas contando exclusivamente com o trabalho de seu chefe, esposa e filhos. Apenas 10% das famílias moradoras estão construindo suas casas dessa forma, que é, com certeza, a solução mais penosa para a questão do trabalho necessário à edificação da casa própria. De uma maneira geral, nesses casos o trabalho é também executado à noite, além dos fins de semana e feriados, causando ao grupo familiar um grande desgaste físico, e resultando, mesmo assim, num processo relativamente mais lento. Não obstante, essa é a única solução viável para aqueles cujo dinheiro não é suficiente para pagar mão-de-obra, nem para cobrir os gastos com a comida e a bebida que devem ser oferecidas aos que ajudam com seu trabalho a construção de uma casa.

"Eu levantei sozinho... ela ajudando. Comecei fazendo massa, ela ajudava virar e ia dando a massa para eu levantar. Ninguém ajudou, só ela mesmo que ajudou amassando massa, carregando massa; até tijolo ela assentou. Levamos uma surra aí... Mas, se vai tirar para o feijão dos caras que vêm ajudar, tirar para as biritas deles, não dá para o material que necessita. Eu mais ela vamos tocando conforme dá... É melhor assim".

Devido seus baixos rendimentos, o pagamento por trabalho não é uma prática a que recorram com muita freqüência os autoconstrutores ⁸. Embora perto de 1/3 desses autoconstrutores já houvesse alguma vez pago por trabalhos feitos por outras pessoas em suas casas, apenas uma pequena parte deles o fizera com alguma regularidade, somando de maneira relativamente sistemática o trabalho de biscateiros ao trabalho familiar; os demais pagaram mão-de-obra apenas para a execução de tarefas que exigiam uma certa especialização, como por exemplo, o

⁹ Em todo loteamento estudado, apenas uma casa estava sendo construída totalmente por mão-de-obra remunerada. O dono, um operário qualificado de uma grande empresa, contratou seu irmão, pedreiro, morador no loteamento e desempregado na época, como empreiteiro; este, por sua vez, contratou dois biscateiros, serventes desempregados, para com ele construírem a casa.

assentamento dos alicerces, a colocação das lajes, a instalação da eletricidade e a perfuração dos poços.

Os motivos que, segundo os autoconstrutores, os levaram a recorrer ao pagamento de mão-de-obra foram o desconhecimento de certas técnicas e a necessidade de acelerar o ritmo da construção. No entanto, qualquer que fosse o motivo apresentado, e mesmo nos casos em que essa utilização foi mais freqüente, o trabalho remunerado era sempre apontado como tendo representado apenas uma parcela do total de trabalho empregado pelos próprios donos da casa e suas famílias.

Segundo as informações daqueles que empregaram trabalho remunerado em suas autoconstruções, este foi, no geral, realizado por trabalhadores que também estavam construindo suas casas naquelas imediações e que se dispunham a fazer biscates "mais em conta" por se encontrarem desempregados, em licença para tratamento de saúde, ou então em férias. Vários autoconstrutores entrevistados declararam já haver feito biscates dessa natureza em momentos em que "estavam em casa" e, por algum motivo, não queriam descer para o Rio em busca de biscates melhor remunerados.

Na grande maioria dos casos, os autoconstrutores contaram na construção de suas casas com o trabalho de outros trabalhadores envolvidos em "redes de solidariedade", que se organizam a partir da prática da autoconstrução. A história da edificação dessas casas demonstra que a maior parte delas foi construída pelo dono com o auxílio de parentes, enquanto outras o foram pelo dono auxiliado por parentes e também amigos, e outras ainda pelo dono com o auxílio apenas de amigos.

Para construir a casa própria utilizando trabalho obtido dessa maneira, é preciso que o autoconstrutor recorra a pessoas a quem já ajudou ou se dispõe a ajudar um dia. Entretanto, essa forma de cooperação pouco ou nada tem a ver com o "mutirão" tal como tem sido, algumas vezes, equivocadamente definido. Existe uma certa idealização do mutirão que tem levado a atitudes ingênuas diante dessas "redes de solidariedade", que, em certa medida, viabilizam a autoconstrução. O resultado é que tais redes, que na realidade constituem um sistema bem articulado de troca de trabalho, acabam por ser interpretadas como uma ajuda desinteressada entre pares e consegüentemente, como manifestação de uma forte solidariedade de classe. A observação, no entanto, demonstra o contrário: a partir dela fica bastante claro que, independentemente de ser prestada por parentes, por amigos ou por colegas de trabalho, o sentido da ajuda não se remete a uma fraternidade incondicional, e que o seu significado se cristaliza de fato na expectativa de ser também auxiliado no momento em que precisar.

Uma característica dessas redes de troca de trabalho é que não são acionadas continuamente durante o processo de autoconstrução, cobrindo todas as suas fases. No geral, os autoconstrutores as acionam em certos momentos e para tarefas específicas. É bastante raro para uma família autoconstrutora contar sistematicamente com o trabalho de pessoas que não pertencem a ela, seja de parentes, amigos, vizinhos ou colegas de trabalho. Para que isso aconteça é necessário que exista uma relação de amizade muito forte, e há regras específicas que extrapolam o código que orienta as redes de troca de trabalho de uma maneira geral, e que vão regular um verdadeiro "pacto de ajuda mútua contínua".

Não caberia aqui uma análise dos princípios e das normas que regem as redes de troca de trabalho na autoconstrução; é importante, todavia, fazer referência a duas regras que definem as obrigações principais de quem recebe ajuda. A primeira delas é a que se refere ao oferecimento da alimentação e da bebida aos que estão trabalhando como sendo uma obrigação do dono da casa. A importância atribuída a esse aspecto é tal que aqueles que não possuem recursos para arcar com as despesas que o cumprimento dessa regra acarreta nem sequer solicitam ajuda, "escolhem" de antemão tocarem sua obra sozinhos. A segunda está relacionada com o compromisso — "sagrado", como dizem alguns autoconstrutores — de atender pelo menos na mesma medida às solicitações de trabalho daqueles que trabalharam em sua casa.

Assim, ingressar numa rede de troca de trabalho exige, por um lado, alguma reserva monetária para cobrir os gastos prescritos e, por outro, uma disposição forte para retribuir, dando ao outro o mesmo tempo de trabalho recebido.

Ao encerrar esta seção convém enfatizar que a pesquisa demonstrou ser a autoconstrução um processo que marca um modo de vida por permear quase todas as esferas do cotidiano das famílias trabalhadoras nela empenhadas. Levar adiante a construção da casa própria nas condições até aqui descritas exige que os autoconstrutores organizem as suas vidas em função dessa meta. Não só o trabalho, como também a organização do orçamento doméstico e a utilização do tempo que sobra à jornada de trabalho são orientados para o suprimento dos recursos necessários a ela. Assim, visando à construção da casa própria, que é considerada como o único caminho para garantir a segurança de abrigo, os autoconstrutores trabalham um volume de horas muito superior ao da jornada de trabalho considerada normal, comprimem ao máximo suas despesas, diminuindo seus gastos até mesmo com itens básicos de consumo, e dedicam suas horas de folga às tarefas de edificação da casa. Trabalhando muito, alimentando-se mal e não tendo o repouso e o lazer necessários à reposição das energias consumidas, os autoconstrutores são trabalhadores que durante anos a fio estão sujeitos a um intenso desgaste físico, cujo resultado é inevitavelmente a diminuição do seu ciclo produtivo, perda que a propriedade da moradia não poderá recuperar.

3 — A HABITAÇÃO POPULAR AUTOCONSTRUÍDA

Com o propósito de descrever e analisar as reais condições de habitação conseguidas pelas famílias autoconstrutoras, nesta seção examinar-se-á não só os loteamentos periféricos e as implicações que sua forma especial de inserção no espaço metropolitano tem sobre as condições de vida daqueles que neles residem, como também os materiais e técnicas empregados, a forma de implantação da edificação no terreno, e a divisão e utilização do espaço doméstico construído.

Sem ignorar sua realidade de edificação inacabada, mas levando em conta o fato de que ela assim permanecerá por muitos anos, a intenção é proceder uma análise da moradia autoconstruída que propicie a apreensão das suas possibilidades reais de atender às funções que lhe são destinadas e de oferecer o conforto que dela esperam seus moradores.

3.1 — O loteamento de periferia

As habitações populares autoconstruídas pesquisadas estavam situadas na Baixada Fluminense, numa região em que os loteamentos periféricos e a autoconstrução representam a forma dominante de ocupação do solo. Conforme já demonstrado na Seção 1, tais loteamentos são implantados num contexto de quase total informalidade e se caracterizam pelas transgressões às disposições municipais referentes a infraestrutura, equipamentos e dimensões dos lotes. Assim, não dispõem de redes gerais de água e esgoto, de galerias pluviais, de serviço de coleta de lixo, e nem mesmo de iluminação nas ruas. É neste sentido que se pode dizer que a autoconstrução não se limita à produção da casa. mas estende-se também à produção do próprio bairro 9. Aos moradores resta furar poços em substituição à rede geral de abastecimento d'água, abrir valas em substituição à rede geral de esgotos e de escoamento pluvial e em muitos casos arcar até mesmo com as despesas para instalação de alguma iluminação para as ruas. A eles cabem, ainda, a desobstrução de valas e a recuperação de pontes danificadas pelas chuvas. Um dos loteamentos observados foi aberto, segundo depoimentos de seus moradores, "no meio do mato", sem contar ao menos com uma estrada que lhe permitisse o acesso por outros meios que não fossem a bicicleta ou os pés. Os próprios moradores, com seu trabalho, abriram a estrada e com eucaliptos doados por uma empresa de ônibus construíram uma ponte sobre o rio que corta o loteamento, para que uma linha de ônibus pudesse servi-los.

Junte-se a isso o fato de tais loteamentos não possuírem qualquer espécie de pavimentação nas ruas e calçadas, o que faz com que se

⁹ A esse respeito, consultar Maricato, Bibliografia, 27, p. 29.

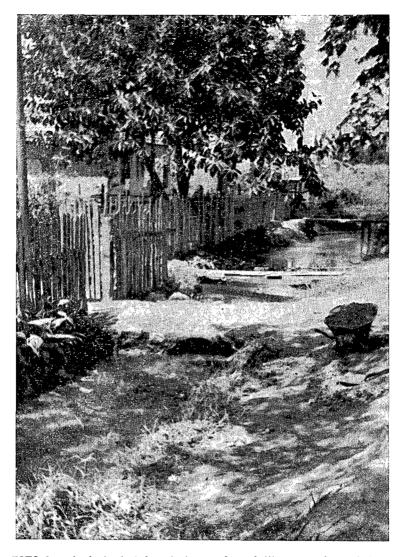


FOTO 8 — Ausência de infra-estrutura: valas substituem a rede geral de esgotos.

tornem poeirentos na estiagem e enlameados na época das chuvas. Como de resto, aqui também qualquer reparo nas vias de circulação é realizado pelos próprios moradores nos fins de semana.

Aos problemas ocasionados pela carência de infra-estrutura soma-se ainda a distância em relação às principais áreas geradoras de emprego e concentradoras dos recursos e serviços, o que torna o acesso a esses pontos mais uma fonte de despesas e desgaste físico para os autoconstrutores.

No loteamento pesquisado, os deslocamentos diários para o trabalho eram feitos no mínimo em duas etapas: 1 — da moradia ao centro de Queimados — onde se localizam os terminais ferroviários e rodoviá-

rios que permitem a ligação com os demais pontos da região metropolitana, e 2 — do centro de Queimados ao terminal mais próximo ao local de trabalho. No entanto, para a maioria dos moradores se fazia necessário cumprir ainda uma terceira etapa em razão da distância entre este terminal e o local de trabalho, como era o caso, por exemplo, de um elevado número de homens e mulheres que, tendo seus empregos na Cidade do Rio de Janeiro, cumpriam essa terceira etapa deslocando-se da estação da Central para outros pontos da Cidade.

A observação e o depoimento dos informantes demonstraram que o preço das passagens de ônibus tornam quase impossível o uso desse transporte pelos trabalhadores de baixos rendimentos que se tornam

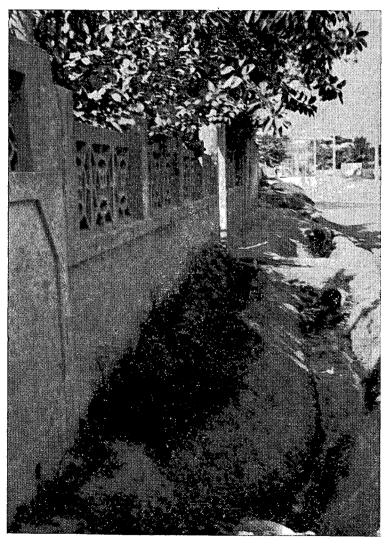


FOTO 9 — Valas para o escoamento pluvial.

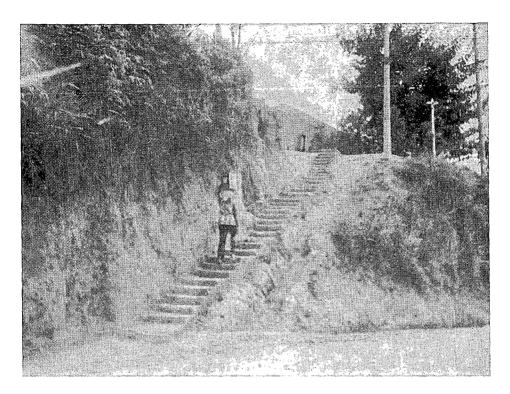


FOTO 10 - A escada improvisada.

autoconstrutores na periferia. O percurso moradia — centro de Queimados era feito a pé ou de bicicleta, cobrindo uma distância de aproximadamente 5 quilômetros, enquanto para o percurso Queimados — terminal mais próximo ao trabalho era utilizado o trem. O ônibus só era utilizado na terceira etapa do deslocamento por aqueles trabalhadores cujo local de trabalho estava a tal distância do terminal ferroviário mais próximo, que era impossível atingi-lo a pé, e mesmo nestes casos — para um percurso em que os preços das passagens eram bem menores do que os da primeira e segunda etapas — o gasto com este transporte representava um peso tão grande no orçamento que eram freqüentes os depoimentos do seguinte tipo:

"Eu pego ele (o ônibus) dali da Central... bom, dali da Praça Mauá, né. E vou nele até Vila Izabel; que meu serviço é lá em Vila Izabel. Mas tem tempos que eu vou cortando ali por dentro e vou de pés mesmo porque não dá. Porque ônibus é caro e, quando imprensa, se eu for pegar ônibus pra ir e voltar, eu só vou trabalhar pra pagar ônibus. Então tem dias que eu saio mais cedo daqui, chego lá com tempo de ir de pés e só pego ele na volta, que aí eu já estou mais estourado... Não agüento andar aquilo tudo até a Central".

Na verdade, são bastante grandes os problemas dos deslocamentos casa-trabalho que recaem sobre os trabalhadores residentes na peri-

feria. É grande o desgaste físico decorrente das caminhadas que cobrem as distâncias das primeira e terceira etapas do deslocamento diário para o trabalho e são muito pesados os gastos quando estas distâncias não podem ser percorridas a pé. Além disso, a necessidade de um transporte cujo preço seja mais adequado às suas posses, obriga aqueles trabalhadores a utilizarem-se dos trens para percorrerem a etapa principal e mais longa de suas viagens diárias, embora suas condições de pontualidade, conforto e segurança sejam reconhecidamente precárias.

O alto poder de deterioração que a inexistência de um sistema de transportes accessíveis e eficientes exerce sobre qualidade de vida dos trabalhadores que empenharam-se na autoconstrução, transferindo sua

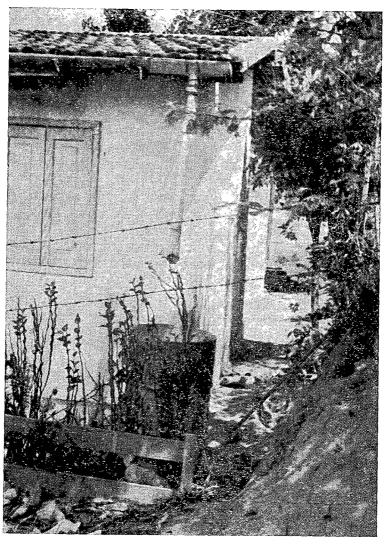


FOTO 11 — Aproveitamento da água da chuva para abastecimento domiciliar.

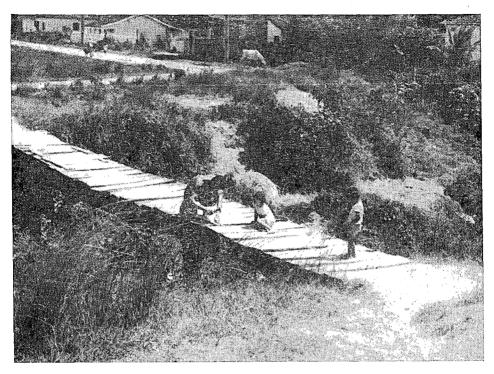


FOTO 12 — A construção e manutenção dos meios de acesso é feita pelos próprios moradores.

residência para periferia, foi fartamente constatado durante a pesquisa de campo. Além da observação, todos os entrevistados referiam-se ao excessivo tempo gasto em função das avarias e atrasos dos trens, à sua absoluta falta de conforto e ao grande desgaste a que se viam submetidos pelos problemas decorrentes do fato de terem de deslocar-se diariamente em condições que consideravam extremamente insatisfatórias.

No relato de suas viagens diárias para o trabalho, a primeira e maior ênfase era dada aos problemas causados pelos atrasos dos trens que fazem com que os trabalhadores que dele se utilizam freqüentemente cheguem tarde ao trabalho. Os entrevistados relatavam com grande eloqüência, perdas de gratificações, descontos no salário, e até mesmo perda do emprego, causados pela não pontualidade. Os seguintes depoimentos ilustram isso:

"Tem dia que a gente sai de casa às vezes 4 horas da manhã pra trabalhar. Dá 8 hora e não chega no serviço ainda. Porque o trem vareia, quebra, pega fogo. Maior porcaria... Essa Rede Ferroviária é ruim pra caramba... O operário ganha pouco e ainda vai e fura a semana, pronto".

"Não dá de confiar trem. Vira e mexe e a gente está chegando atrasado na obra. E isso desgraça a semana toda... fura ela e vem

uma micharia no envelope que não dá nem para o grosso. Que eles corta mesmo tudo: corta as horas que perdeu, corta o domingo e corta a gratificação da passagem que eles dão. Quer dizer... o cidadão vai ficar imprensado sem ter culpa".

É perfeitamente compreensível o tom de profunda indignação com que se referiam ao "furar a semana". Durante a pesquisa de campo foi possível observar casos de redução salarial causada por atrasos de trem, e constatar-se como uma redução obrigava uma compressão ainda maior de gastos com itens básicos de consumo, como por exemplo a alimentação.

Sabe-se que este não é um problema recente para a expressiva parcela da população trabalhadora que reside na periferia. Há quatro décadas o samba carnavalesco "O trem atrasou" já cantava o drama do pai de família que, chegando ao trabalho, pedia a compreensão do patrão 10.

Além dos atrasos da ida, graves por reduzirem ainda mais seus reduzidos salários, também os atrasos de volta lhes são muito prejudiciais. Eles não só acarretam uma diminuição do tempo de repouso necessário à reposição das energias como também impedem uma alimentação em horário conveniente. O cansaço e o desgaste das viagens diárias são de fato muito pesados e possibilitam a esses trabalhadores uma clara consciência quanto aos prejuízos causados à sua saúde pelas más condições de transporte, conforme o demonstram os depoimentos seguintes:

"E se quiser ganhar mais um troquinho, melhor é da gente pegar das 7 hora da manhã até 8 da noite. E morando aqui em Queimados... pra quando chegar na estação apanhar um trem lotado pra viajar espremido até saltar aqui em Queimados. E quando é o trem lotado mas vem embora logo, ainda é bom; mas quando sai de lá 8 hora pra chegar aqui 11 hora da noite, pegar dois ou três trem avariado pra poder conseguir chegar aqui 10 ou 11 hora da noite, é uma tristeza. Quer

A letra desse samba de A. Vilarinho, E. Silva e Paquito, composto para o carnaval de 1941, é bastante sugestiva da situação vivida pelos trabalhadores que dependem do trem para chegar ao trabalho. Diz ela:

Patrão, o trem atrasou
Por isso estou chegando agora
Trago aqui o memorando da Central
O trem atrasou meia hora
O senhor não tem razão
Pra me mandar embora
O senhor tem paciência
É preciso compreender ...
Sempre fui obediente
Reconheço o meu dever
Um atraso é muito pouco
Quando há explicação
Sou um chefe de família
Preciso ganhar meu pão.
Não me diga que não!

dizer, quando chega no outro dia, as pessoas que trabalham igual a mim, que tem muitos, que são milhares de carpinteiros, pedreiros, então eles estão estourados (...) mais morto que vivo".

"O camarada acorda 4 ou 4:30 e toma café. Vai almoçar é 11 horas pra meio dia, depende aí dos horários da firma, mas nunca passa disso. Aí larga às 6 horas; só comeu aquela marmita, somente; porque operário que tem família não pode estar lanchando todo dia. Aí o camarada vai pegar o trem 7 horas já morto de fome. Se corre bem, 8 ou 9 horas chega em casa e janta, mas se vareia... Já viu, nego fica ali suando frio de fome. Eu já vi homem feito desmaiar de fome no trem. Eu mesmo, quando acontece isso, eu fico ali passando mal, liquidado mesmo... Nego perde a saúde é assim..."

Além disso, resta lembrar que a total falta de conforto e o excessivo número de passageiros são agravantes das más condições em que se realizam essas viagens. O fato de viajarem sempre em pé e muito apertados uns contra os outros em trens excessivamente lotados, de não terem condições de fazer uso de uma instalação sanitária quando disso sentem necessidade, e o "empurra-empurra" que aumenta a cada parada, tornam as viagens ainda mais cansativas e "enervadoras", para usar a expressão de um informante. Com muita freqüência, dessas viagens resultam roupas rasgadas e/ou descosturadas e, como declaram as mulheres, os botões têm de ser repregados a cada lavagem. As marmitas de alumínio se amassam, e é sabido de todos que a carteira de cigarros esquecida no bolso da camisa estará estraçalhada ao final da viagem.

Os autoconstrutores entrevistados queixavam-se das viagens diárias fazendo agudas críticas ao que consideravam fatores de deterioração das suas condições de vida. Neste sentido, importa ressaltar que, embora fizessem referência à grande distância que separava suas moradias das áreas concentradoras do emprego e dos serviços, reclamando do fato dos trabalhadores não mais terem condições de fixar residência próximo a elas, demonstravam perfeita consciência de que a distância por si só não se constituiria em grande problema. Deixavam clara a sua percepção de que a distância se torna um problema quando conjugada aos baixos salários e aos altos precos e/ou precariedade dos transportes coletivos. Referiam-se às suas idas e vindas do trabalho como um problema causado, de um lado, pelo fato de não poderem pagar por um transporte mais confortável e eficiente e, de outro, pelo fato dos transportes mais baratos não oferecerem o mínimo desejável de pontualidade e conforto. As frases seguintes são exemplos da clareza com que expressava essas idéias:

"Se eu tivesse um carro, aí sim era mole. Em meia hora ia e em meia voltava".

"Tem os que não sofrem com condução porque tem passes pra pagar o tarifa A... aqueles ônibus mais novo, que só vai sentado".

"Se nego tem dinheiro, vai viajar bem não vai precisar de aturar esses trem medonho".

"Se esses trens prestassem era outra coisa; a vida do cidadão era outra, mais descansada, mais de acordo".

Convém ainda ressaltar que para aqueles que residem nos loteamentos periféricos, os deslocamentos não se fazem apenas em função do trabalho. No que diz respeito ao comércio e serviços de um modo geral, os loteamentos de periferia caracterizam-se por uma carência total, o que força seus moradores a freqüentes viagens aos centros melhor servidos. Com relação ao Jardim Esperança, afora uma birosca, dois centros umbandistas e uma igreja evangélica, situados no próprio loteamento, e uma escola de primeiro grau que fica num bairro vizinho à qual as crianças têm acesso a pé, para quaisquer compras ou serviços os moradores são obrigados a se deslocarem para a sede do Distrito de Queimados, quando não para a sede do Município de Nova Iguaçu. As maiores queixas dos moradores eram referentes à carência dos serviços de saúde, que os forçava a procurar atendimento nos postos do INPS de Nova Iguaçu, e em certos casos até mesmo do Rio de Janeiro.

Dentre os que se decidem pela autoconstrução nos loteamentos periféricos há aqueles para quem à total ausência de recursos soma-se a falta de garantia em relação ao terreno comprado: os que o compraram em loteamentos clandestinos. Tais loteamentos são tão desprovidos de quaisquer serviços quanto os anteriores, com o agravamento de não estarem legalizados junto às prefeituras e cartórios. Com isso, seus moradores não dispõem de qualquer instrumento legal que lhes confira a propriedade do lote, vivendo, neste momento em que é bastante grande a demanda por terras na periferia, constantemente ameaçados de perder o terreno comprado e as benfeitorias ali construídas.

Em verdade, este é o espaço em que se insere a habitação popular autoconstruída e, portanto, o espaço que cabe às famílias trabalhadoras que lutam pela casa própria: loteamentos distantes, nem sempre legalizados, lotes de dimensões reduzidas e carência, não só de infra-estrutura, como também de serviços e equipamentos urbanos essenciais.

3.2 — Arquitetura da habitação popular autoconstruída

Em grande coerência com a informalidade e a quase total ausência de controle que caracterizam o processo de ocupação da periferia pelos chamados loteamentos populares — fato ao qual já foi feita referência na Seção 2 —, também a edificação das moradias que abrigarão as famílias trabalhadoras que ali se fixam se faz num contexto em que são mínimas as exigências, sejam do poder público municipal, sejam do próprio loteador.

Da mesma maneira que, no caso dos loteamentos periféricos, é a não exigência de cumprimento estrito às normas legais que viabilizam o empreendimento, no caso da autoconstrução é a total ausência de controle sobre a forma, segundo a qual ela se desenvolve, que a torna possível. Logo nos primeiros contatos verificou-se que as edificações desenvolviam-se livremente. Com o desenvolvimento da pesquisa constatou-se não só que essa liberdade era uma condição indispensável e que qualquer exigência efetiva do poder público municipal poderia inviabilizar a autoconstrução, como também que os agentes sociais envolvidos no processo estavam bem conscientes disso. Funcionários municipais quando entrevistados, embora sempre referindo-se às dificuldades que encontravam para controlar um processo tão acelerado de ocupação da periferia por moradias autoconstruídas, enfatizavam ser impossível esperar que famílias com tão baixos rendimentos pudessem cumprir quaisquer exigências quanto à construção de suas casas. Por outro lado, também os autoconstrutores declararam não poder atender critérios impostos de fora à construção de suas moradias. Alguns deles contaram que ao comprar o lote procuraram informar-se quanto à existência de fiscais da prefeitura no local, porque se ali houvessem fiscais visitando as obras e fazendo exigências comprariam seus lotes noutros locais.

Na realidade, até o autoconstrutor se via obrigado a seguir apenas algumas poucas normas impostas pelo loteador e que visavam impedir que o loteamento "em vez de bairro, vire favela", como disse um deles. A rigor, essas normas se restringiam às exigências de que as casas fossem construídas em alvenaria, e que o escoamento de águas servidas fosse feito através de manilhamento que atingisse as valas comuns por ele planejadas.

Assim, ao autoconstrutor é possível imprimir ao seu empreendimento o ritmo e a forma que mais lhe convém, tendo como critérios apenas aqueles que ele próprio se impõe em função de suas necessidades e dos seus limitados recursos. Tais critérios emergem de um cálculo onde são estabelecidas relações entre os vários itens necessários à sobrevivência da família trabalhadora e onde a urgência da moradia ganha seu lugar específico. Compor o orçamento doméstico a partir daí é o grande desafio que os autoconstrutores aceitam nessa sua luta pela casa própria apesar de, como disse um deles, "desde que comecei aqui, perdi o sono" ¹¹. E aceitam esse desafio assumindo, eles próprios e suas famílias, todas as tarefas que na construção civil são divididas por uma multiplicidade de especialistas. Eles são, na realidade, os arquitetos,

¹¹ A esse respeito, é importante lembrar-se aqui que nas referências à "perda de sono", à "cabeça quente" ou ao "nervoso" que sentiam face ao aluguel, os autoconstrutores explicitaram sua concepção de que naquelas condições o seu sofrimento era desprovido de positividade. Em se tratando da autoconstrução dá-se o contrário: todos os sofrimentos a que se referem são relativizados e definidos como algo que tem sua compensação na segurança de abrigo a ser conseguida.

engenheiros, pedreiros, carpinteiros, bombeiros, eletricistas, e tudo o mais quanto necessitem suas obras; e desempenham estes papéis como podem, sob as pressões da urgência e da falta de recursos.

3.2.1 — Materiais e técnica construtiva

Ao observador mais atento, a própria paisagem dos loteamentos periféricos é capaz de sugerir a uniformidade de materiais e técnicas que marcam a autoconstrução. A situação de pobreza e a contingência

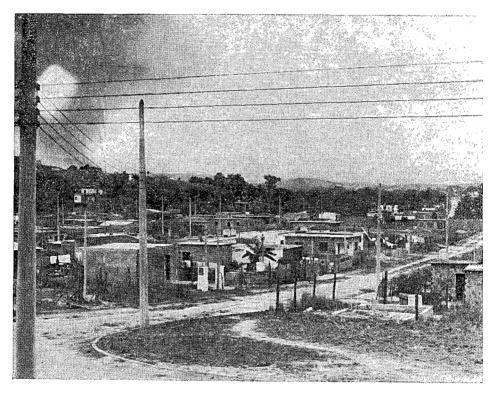


FOTO 13 — A uniformidade de materiais e técnicas marcam a autoconstrução.

do mercado da periferia, ao que tudo indica respondem pelo fato de os materiais empregados serem fundamentalmente os mesmos. Quanto às técnicas, além do fato dos materiais determinarem em certa medida os procedimentos para o seu uso, o maior responsável pela sua uniformidade parece ser o modo segundo o qual se processa seu aprendizado. Na verdade, as técnicas empregadas na autoconstrução constituem soluções que decorrem de uma adaptação de técnicas correntes na construção civil às condições de carência de recursos que lhe são próprias. As edificações são executadas artesanalmente, a partir de um conhecimento aprendido pela observação direta, participante. É um co-

nhecimento que resulta de uma experiência vivida, seja na obra do patrão, como é o caso daqueles que trabalham ou trabalharam na construção civil aprendendo lá a técnica e realizando posteriormente as adaptações necessárias, seja na obra de um parente ou amigo a quem ajudaram, ou até mesmo na sua própria obra. Mesmo no caso daqueles que deslancham o processo de autoconstrução sem dominarem um mínimo da técnica necessária à edificação, o aprendizado se faz dessa maneira, e o "dono do saber", aquele que detém e transmite o conhecimento da técnica pode ser um vizinho, um amigo, um parente, ou até mesmo uma pessoa a quem o autoconstrutor pagará pela realização de uma tarefa.

Se é verdade que uma parte significativa dos autoconstrutores tinha alguma experiência anterior na construção civil — seja como operário, seja como participante em redes de solidariedade — é verdade também, que muitos deles jamais tinham erguido sequer uma parede e a primeira experiência foi de fato a construção de sua casa. Assim, a não familiaridade com a técnica e com o material tem, na realidade, significado para muitos autoconstrutores um retardamento da obra, podendo mesmo acarretar em alguns casos conseqüências desastrosas do tipo desabamento de paredes e lajes, como foi observado durante o trabalho de campo.

Dizer que a autoconstrução é executada artesanalmente não quer dizer, portanto, que o domínio de sua técnica seja algo simples e fácil de ser adquirido. Muito pelo contrário, a falta de materiais e ferramentas plenos de recursos, de máquinas e demais equipamentos próprios da construção civil exige um sem número de soluções compensatórias, cujo domínio é imprescindível. O não acesso aos recursos que a tecnologia própria da construção civil oferece impõe uma série de limitações à edificação da casa, forçando o autoconstrutor a criar condições próprias para dar continuidade ao processo. Ela tem de buscar constantemente novas soluções, inventar novas saídas que, de um lado, diminuam os custos e, de outro, supram a ausência dos materiais e ferramentas essenciais.

É bom que se esteja atento para esses fatos e que se tenha em mente o pequeno alcance das análises que concluem ser o aspecto técnico-construtivo das habitações populares autoconstruídas "irrelevante, uma vez que não apresenta novidades", caracterizando-se "por uma monotonia de soluções medíocres e pobres" 12.

Na realidade, o produto final do processo de autoconstrução reflete as precárias condições de existência a que estão submetidos os trabalhadores que o empreendem. Este fato, no entanto, não autoriza qualificá-lo como "medíocre" e "pobre" em si mesmo já que, engendrado

Sampaio; Lemos, Bibliografia, 35, p. 31.

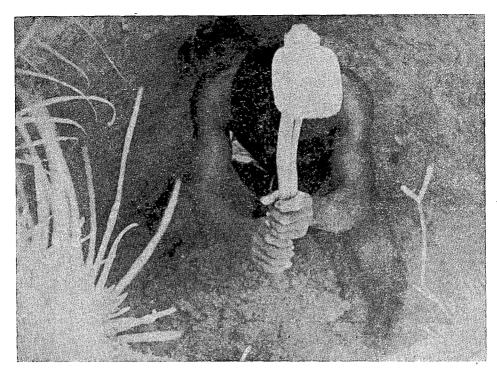


FOTO 14 - A falta de ferramenta apropriada obriga à adaptação inadequada.

num contexto de extrema carência, sem nenhuma ajuda ou subvenção, por si só já representa um ato de criação.

A habitação popular autoconstruída é, de fato, muito pobre. Mas, como se verá, ela o é no sentido de que os materiais, além de serem os mais baratos, têm que ser empregados com parcimônia, visando a maior economia possível, e não no sentido de uma "pobreza de soluções" como querem tais autores. Se de um lado, as inovações que possam demandar um gasto maior, tanto em termos de dinheiro como de tempo disponível, não são ousadas, por outro a necessidade de criar soluções "mais em conta" muitas vezes redunda em improvisações arquitetônicas que podem e devem ser vistas como inovações.

Todo material utilizado na autoconstrução é adquirido em lojas da periferia relativamente próximas aos loteamentos, em pequenas quantidades, e pagos à vista.

Segundo os autoconstrutores, sua opção por estas lojas foi feita tendo em vista que comprar longe dali acarretaria uma elevação dos preços por causa do transporte. No entanto, a comparação dos preços oferecidos pelas lojas próximas ao loteamento com os de lojas maiores e mais distantes demonstram que, mesmo acrescidos do preço do transporte, estes ainda eram menores que os cobrados na periferia. Constatou-

se, então, que comprar naquelas lojas não era uma opção livre, mas sim uma contingência. O fato é que o processo de autoconstrução desenvolve-se por etapas, e mesmo para cada uma de suas etapas o material vai sendo comprado aos poucos, segundo as disponibilidades financeiras das famílias; a compra de materiais em grandes quantidades é inviável, o que afasta a possibilidade de compra nas lojas maiores e mais distantes, que oferecem melhores preços, mas não têm interesse em vender pequenas quantidades para entrega em áreas afastadas.

O pagamento pelo material é no geral feito à vista, mas esse fato por si só não permite a conclusão de que a compra de materiais para autoconstrução se faz à vista. Na realidade, os pagamentos são feitos na hora da compra, mas a autoconstrução é feita à "prestação", como também a compra de materiais para cada uma de suas etapas é feita à "prestação". O autoconstrutor não usufrui de um sistema de financiamento que lhe garanta um pagamento parcelado; a loja não lhe vende à prestação, mas é ele que compra parcelado. Não podendo comprar todo o material que necessita, mas sabendo que o material sobe de preço e que "pobre não consegue guardar dinheiro", como dizem eles, a cada salário separa "um tanto", vai à loja e compra uma pequena quantidade de material que vai armazenando em casa, até ter o suficiente para tocar a nova fase que se propôs.

Encontrou-se raros casos de compra de material "fiado". Eram autoconstrutores que mantinham com o dono de alguma loja próxima uma relação anterior, se não de amizade pelo menos de confiança. Os prazos concedidos para o pagamento eram bastante reduzidos — 15 a 30 dias no máximo — e os preços não recebiam majoração. Segundo os autoconstrutores que já haviam comprado mediante esse sistema, a possibilidade de comprar assim só existe quando a quantidade pretendida é bem pequena.

O preço dos materiais é que, em última instância, rege sua aquisição; são adquiridos os de menor preço e, assim, na maior parte das vezes, os de mais baixa qualidade, como por exemplo os tijolos de segunda e até de terceira que necessitam para seu emprego muito maior tempo de trabalho e dão como resultado paredes de qualidade também inferior.

Mesmo comprando os de menor preço, as despesas com material de construção pesam sobremaneira no orçamento das famílias autoconstrutoras. Assim é que todas as estratégias encontradas para deduzir do custo monetário da obra os gastos com a sua aquisição são acionadas.

Para aqueles que possuíam um barraco ou um cômodo, o reaproveitamento dos materiais obtidos pela demolição da moradia anterior é um expediente bastante usado. Alguns dos entrevistados declararam ter conseguido aproveitar madeira para taipa, caibros, ripas e telhas. Mesmo tijolos, que se quebram com facilidade, foram reutilizados por alguns de nossos informantes:

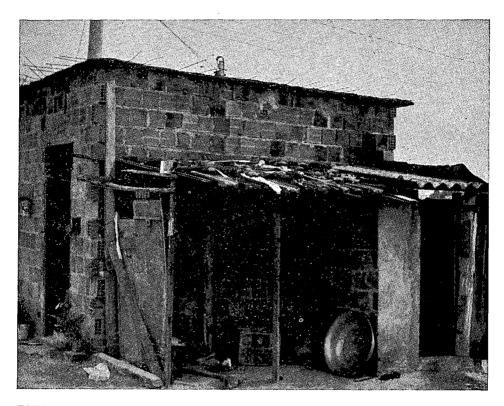


FOTO 15 — A reutilização de material é uma constante para reduzir os custos.

"Aproveitei muito material de taipa. Porque lá era de madeira, quando a madeira era mais barata que nós compramos pra fazer o cômodo que nós tinhamos lá. E madeira é bom, dá pra trazer o material todo. Porque tijolo não dá, tijolo eu arranquei alguns, trouxe um bocado de tijolo mas foi pouca coisa, né. O melhor mesmo foi as madeiras e as telhas".

Em casos extremos este reaproveitamento pode atingir até mesmo os próprios móveis:

"Bom, pra fazer a laje não tinha madeira e eu tive que dispor de minha cama. Agora estou dormindo no chão, que eu desmanchei a cama. Desmanchei também o armário grande que eu tinha, que as tábuas dele eram bem fortes, bem largas. Botei tudo no taipa".

Outra forma de suprir a autoconstrução do material necessário que não seja através de sua compra consiste, conforme já apontado na Seção 2, em sua produção pela própria família. Durante a pesquisa

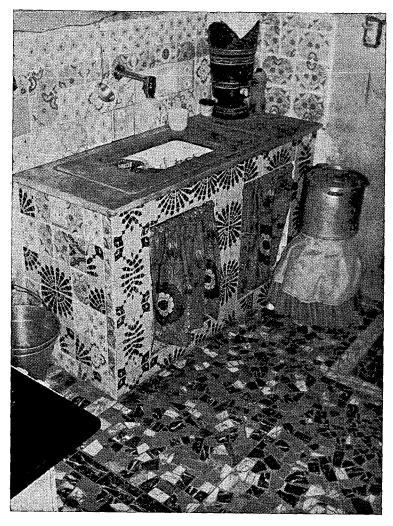


FOTO 16 — Azulejos diferentes e caco de cerâmica — mais um exemplo de aproveitamento de material.

de campo foram não só narrados como também observados casos de areia retirada do rio, transportada e peneirada para uso na obra, aterro para piso e pedras para fundação retirados de terras públicas próximas ao loteamento.

O empréstimo de madeira para o taipa da laje é um outro expediente para evitar gastos. Material particularmente caro, ela raramente pode ser comprada ou alugada. Observou-se muitos casos em que autoconstrutores havendo de alguma maneira conseguido a madeira para o taipa, emprestavam-na a outros que também os ajudavam com a condição de devolvê-la nas mesmas condições.

"Essas madeira que eu tenho, foi um rapaz que trabalhava na CCL. Ele precisou e pediu lá na firma pra mim botar lá na casa dele (...)

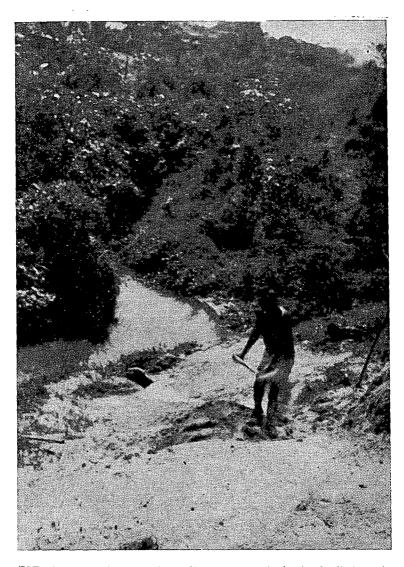


FOTO 17 — na autoconstrução, muitas vezes a areia é retirada diretamente dos rios.

Então ele terminou de botar a laje lá e emprestou para o meu cunhado; meu cunhado botou lá na casa dele e aí nós pedimos pra botar a nossa laje aqui. Aí ele mandou as madeiras pra nós e está aí até hoje. Quer dizer, sem comprar, que a madeira é cara e a gente não pode comprar. O dinheiro que a gente ganha não dá pra comprar madeira. Tem que aproveitar essas mesmas aí, e não pode cortar também. A gente tem que botar a laje e não pode cortar a madeira; se cortar estraga, né".

P — E você empresta para outras pessoas?

"Empresto. As vezes tem um aí que precisa, e às vezes tem algum que pede até pra alugar. A gente empresta".

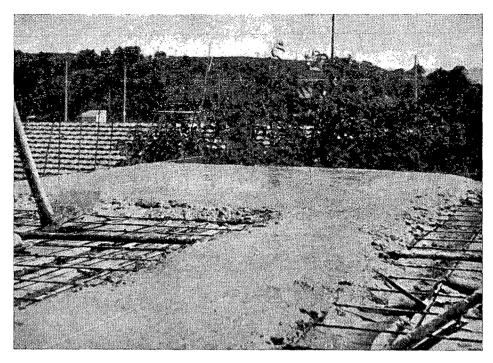


FOTO 18 — Após utilizada, a madeira (o taipa) da laje é cedida a outros para a mesma finalidade.

Mesmo com todas essas estratégias, um exame da habitação autoconstruída revela o seu caráter de edificação feita sob o signo da carência e da economia de materiais, como se verá a seguir.

Nos vários loteamentos visitados, inclusive o Jardim Esperança onde se pesquisou em profundidade o processo de autoconstrução, todas as moradias eram de alvenaria. Se por um lado isso se devia a proibições dos loteadores que, visando à valorização de seus empreendimentos, impediam a construção de barracos de madeira, por outro respondia também ao desejo, confesso, das famílias autoconstrutoras de terem na moradia que estavam construindo um bem a ser desfrutado no futuro pelos filhos e netos que a herdariam. Assim, as paredes eram de tijolos de barro assentados sobre argamassa de cimento e areia, material este considerado pelos autoconstrutores como o único adequado à durabilidade que desejam. Estas paredes, que permanecem expostas ao tempo anos a fio à espera de um revestimento, imprimem à periferia um colorido que lhe é peculiar e denunciam o caráter inacabado das habitações autoconstruídas. A observação demonstrou que ao surgir a oportunidade de revestir algumas paredes, a opção dos autoconstrutores recaía quase sempre sobre a parte interna da moradia, o que aponta para uma grande preocupação com o conforto e a estética dos interiores. Das moradias do Jardim Esperança, 57% tinham as paredes internas emboçadas, sendo que grande parte delas já havia sido caiada ou pintada, enquanto apenas 18% haviam sido revestidas externamente. Essa ausência de proteção externa às paredes, além do prejuízo estético, expõe a autoconstrução a um processo de deterioração agravado ainda mais pela baixa qualidade dos materiais empregados, fato este que não é desconhecido dos autoconstrutores que se queixavam muito de não poderem efetuar o revestimento completo das paredes. Os azulejos e os ladrilhos, como revestimento das paredes de cozinhas e banheiros, muito raramente eram empregados dado o seu alto custo; os poucos que se viu compunham apenas um painel sobre a pia e o fogão.

Com relação à cobertura, a laje de concreto é a predominante nas moradias autoconstruídas. São lajes assentadas sobre um taipa de madeira feito artesanalmente que, pelas limitações dos materiais utilizados — madeira emprestada ou alugada, já com empenamentos, fora da medida e impossíveis de serem serradas, deixando vãos que são preenchidos com o material que houver disponível: pedaços de lata, trapos e até mesmo jornais molhados — está longe de assegurar um resultado satisfatório. Estas lajes não recebem nenhum impermeabilizante que evite as infiltrações de água das chuvas e nem um telhado que proteja contra as águas e diminua a absorção do calor do sol. Embora esse tipo de cobertura resulte em goteiras e elevada temperatura dos interiores, a segurança que oferece contra os freqüentes assaltos e o seu custo mais baixo, possibilitado pelas práticas de empréstimo e aluguel da madeira, o tornam o mais adotado pelos autoconstrutores.

A laje pré-fabricada, já à venda na periferia como substituta da laje de taipa, é usada muito raramente; apenas 2% das moradias do Jardim Esperança a possuíam. A respeito dela declarou um autoconstrutor:

"Essa laje pronta dá muita mão-de-obra e é sempre mais cara. Para nós não dá. Pelas condições de dinheiro nossa, ela não dá".

Na verdade, a laje pré-moldada é um material recente no mercado da periferia e não consta do rol de materiais com que o autoconstrutor se sente mais familiarizado e mais seguro. Entretanto, a causa maior da sua reduzida aceitação se remete às condições em que se desenvolve a autoconstrução. Um vendedor destas lajes revelou sua percepção de que a resistência dos autoconstrutores em adotá-las se devia também ao fato de que seu preço é preestabelecido e deve ser pago quando da entrega do material na obra. Sabe-se que, como em todas as etapas, também a colocação da laje acontece após um longo período em que os materiais vão sendo comprados aos poucos, de acordo com as disponibilidades financeiras das famílias. Assim, o desembolso de todo o valor da laje de uma só vez parece ser o impedimento maior para a adoção da laje pré-moldada pelos autoconstrutores.

Pela sua importância e grande especificidade como etapa do processo de autoconstrução, acredita-se conveniente abrir aqui um parêntese para algumas considerações acerca de como se desenvolve a colocação da laje.

O assentamento da laje, que os autoconstrutores chamam de "bater a laje", representa de fato um marco no processo de autoconstrução. Para a família autoconstrutora representa ter atingido um estágio em que seu abrigo já está garantido; "bater a laje" significa "ter conseguido". Mas se por um lado o "bater a laje" é um momento festivo, por outro, é a fase em que se concentra maior quantidade e intensidade de trabalho. São acionadas as redes de solidariedade a que se fez referência na Seção 2, e a atividade se desenvolve por todo o fim de semana intensa e ininterruptamente, visto que há que ser batida de uma só vez. No geral, o sábado é destinado à colocação do taipa e ao trançar dos ferros, e o domingo é reservado à preparação e aplicação do concreto. Na falta de máquinas e ferramentas adequadas, o tempo e a força física dispendidos são muito grandes. Todas as tarefas necessárias são realizadas manualmente, apenas com o auxílio de serrotes, machadinhas, martelos, pás, baldes e escadas. Para uma avaliação do que pode representar a colocação de uma laje nestas condições, basta fazer referência ao fato de que todo o concreto é "virado" no chão com o auxílio de pás e transportado para cima do taipa em latas carregadas sobre os

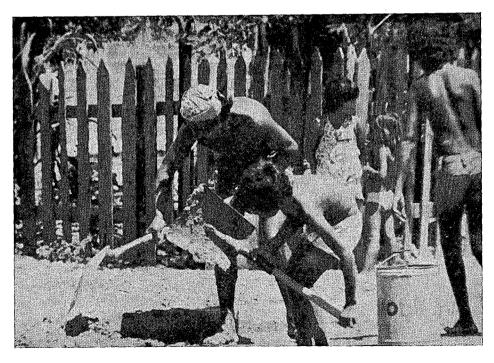


FOTO 19 - O concreto é "virado" no chão...

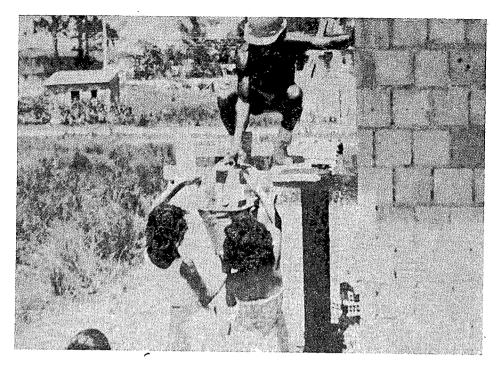


FOTO 20 - ... e transportado para cima do taipa em latas carregadas sobre os ombros.

ombros. Apesar disso, esta laje é a cobertura preferida pelos autoconstrutores. Mesmo as telhas de cerâmica, que constituem a segunda cobertura mais frequente no Jardim Esperança, são consideradas insatisfatórias pelo seu custo, pela pouca segurança que oferecem e pelos constantes reparos que necessitam.

São bastante rudimentares os revestimentos de piso encontrados nas moradias autoconstruídas do Jardim Esperança. O mais freqüente era a "aguada de cimento" ¹³ — 42% daquelas habitações possuíam esse tipo de piso que se assemelha a uma lixa cinza muito grossa, desgasta-se com facilidade, mas representa um chão preparado para, num desaperto do orçamento, receber um revestimento de cerâmica ou um simples cimento mais fino colorido com xadrez. O segundo piso mais freqüente era o revestido com cimento fino, chamado pelos autoconstrutores de nata de cimento. Este estava presente em 37% das moradias; é sem dúvida um piso mais confortável que o anterior por ser mais liso e não se desgastar com tanta facilidade, embora esteja sujeito a rachaduras. Também encontrou-se nas moradias do Jardim Esperança pisos de terra batida — 3% delas ainda o conservavam assim, à espera de poder um dia revesti-lo. As demais — 18% — possuíam apenas um

Termo utilizado pelos autoconstrutores para designarem a massa que empregam no piso e que resulta de uma mistura de uma parte de cimento para cinco partes de areia.

revestimento parcial do piso, exibindo partes que permanecem em terra batida ou em aguada, e partes com revestimento em nata, cerâmica, e até mesmo tacos de madeira, sendo que estes dois últimos materiais eram bastante raros. A preocupação com o conforto e a estética do piso manifesta-se na intenção declarada de revesti-lo com materiais confortáveis e de bom aspecto, assim que o orçamento permitir, e também no uso do corante xadrez. O exemplo mais expressivo dessa preocupação documentou-se numa casa em que cacos de cerâmica coloridos foram assentados no piso e nas paredes, de modo a compor desenhos dos quais se orgulhava o autoconstrutor que os concebeu e executou.

Em coerência com o princípio geral de buscar os menores gastos possíveis, nas moradias autoconstruídas as aberturas são poucas e pequenas. Assim, procurando minimizar as despesas com portas e janelas, fazem com que as aberturas sejam no mais das vezes insuficientes para suprir o mínimo necessário ao conforto, à renovação de ar, e à iluminação satisfatórios. A maioria das casas não dispõe de portas internas; em algumas os portais já colocados aguardam o momento em que elas possam ser compradas, em outras nem mesmo os portais foram colocados. Os vãos internos são no geral fechados por cortinas

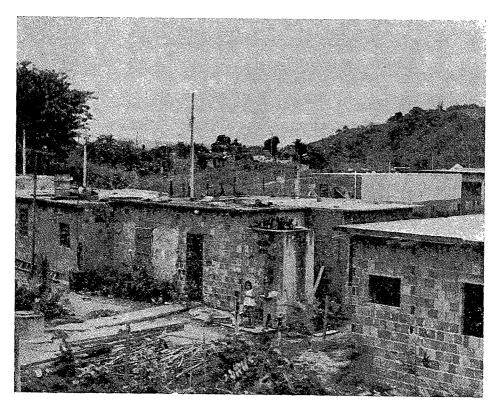


FOTO 21 — Em muitos casos, as portas e janelas que se abrem para o exterior não puderam ser compradas.

coloridas de chita ou plástico. Em muitos casos, até mesmo as portas que se abrem para o exterior não puderam ser compradas, sendo substituídas por portas improvisadas feitas com restos de madeira.

As janelas de madeira não são muito freqüentes e quando existem são de reduzidas dimensões, resultado da busca contínua do mais barato, que determina também a alta freqüência do uso de basculantes em substituição a elas, embora sejam menos eficazes em termos da ventilação e iluminação dos ambientes. No mais das vezes, os tijolos vazados substituem o basculante do banheiro e até mesmo da cozinha. Caso extremo foi o observado em duas casas do Jardim Esperança onde estes tijolos foram empregados no quarto e na sala. Também muito comuns são as janelas feitas artesanalmente com restos de madeira. Embora as grades de ferro em portas e janelas sejam sempre apontadas como uma necessidade e exista o projeto de colocá-las um dia em busca de maior proteção, elas são raras; algumas vezes sobras de ferro são empregadas nas aberturas em substituição as grades próprias para este fim existentes no mercado.

Nos banheiros e cozinhas, as louças e ferragens, quando existem, são as estritamente necessárias e as de mais baixo preço. Nem mesmo o vaso sanitário e o chuveiro estão presentes em todos os banheiros, e o lavatório é peça bastante rara. Poucas são as cozinhas que possuem pia, dada à inexistência de água encanada nas moradias. Foram observados, no entanto, alguns casos em que mesmo sem água encanada uma pia era instalada na cozinha e seu uso se fazia com água transportada do poço para o interior da moradia.

A existência de um poço no terreno era quase geral nas habitações do Jardim Esperança; apenas 6% das famílias não haviam tido ainda condições de perfurar o seu e abasteciam-se em poços de vizinhos. Os poços eram rústicos, apresentando apenas uma murada de proteção ao seu redor. Em muitos casos permaneciam mesmo "no barranco", esperando o momento em que fosse possível empreender o seu manilhamento. O abastecimento d'água é sem dúvida um sério problema para os autoconstrutores; como se sabe, as redes gerais inexistem nos loteamentos e os poços, pelas reduzidas dimensões dos lotes, raramente guardam uma distância conveniente das valas e fossas, o que expõe a água que consomem a riscos constantes de contaminação.

As instalações hidráulicas estavam completamente ausentes da grande maioria das habitações autoconstruídas do Jardim Esperança. Seus moradores declaravam não terem condições de arcarem com seu custo. No momento da pesquisa apenas 8% das casas possuíam bombas instaladas em seus poços e apenas 5% já possuíam algum tipo de canalização da água para o interior das moradias.

Da mesma maneira que as instalações hidráulicas, as instalações elétricas também encarecem a obra e em alguns casos as famílias

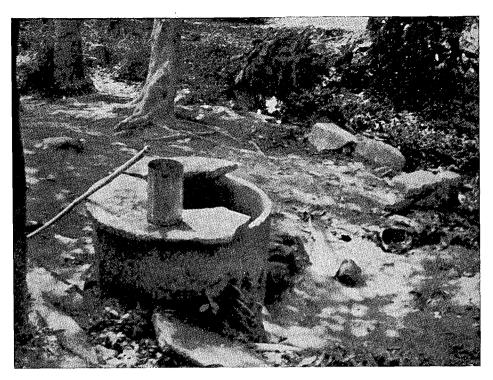


FOTO 22 — Não existe rede de abastecimento d'água, e os poços oferecem sérios riscos à saúde pela proximidade das valas e fossas.

autoconstrutoras levam muito tempo até conseguirem comprar os materiais necessários. No Jardim Esperança 12% das moradias ainda não possuíam eletricidade, sendo que algumas delas, apesar da atuante fiscalização da Light, conseguiam manter luz emprestada, pagando ao dono do medidor uma parte de sua conta mensal.

A instalação elétrica, como tudo o mais na autoconstrução, é feita com a maior economia de material possível. Nem todos os cômodos são servidos de bicos de luz — pelo menos numa fase do processo — e algumas soluções são adotadas visando suprir essa carência; são comuns a utilização de fios bastante longos de modo a permitir que uma única lâmpada sirva ora um, ora outro cômodo, e a instalação de um bico entre dois cômodos de modo que uma mesma lâmpada possa iluminar ambos.

3.2.2 — O espaço doméstico construído

A necessidade urgente de mudar-se para o que é seu — quase sempre procurando libertar-se de um aluguel que não está mais podendo pagar —, e as incertezas quanto ao andamento que poderão imprimir ao longo e moroso processo de autoconstrução, impedem que o autoconstrutor elabore um planejamento prévio da distribuição e implan-

tação dos cômodos que poderão vir a compor sua casa. Em todo o Jardim Esperança não se observou nenhum caso onde à construção do(s) primeiro(s) cômodo(s) se antecipasse um projeto que previsse um crescimento ordenado da habitação. Ao contrário, constatou-se que na maior parte das vezes o ponto escolhido para o início da obra resultava de uma decisão tomada rapidamente a partir de algumas ponderações, e que as posteriores agregações de novos cômodos se faziam orientadas pelas necessidades do momento. Era regra geral que as ampliações se fizessem cômodo por cômodo e que as dificuldades decorrentes da distribuição inadequada dos compartimentos só se fizesse sentir no momento da incorporação de novos cômodos.

Essa ausência de planejamento pode surpreender de início, entretanto o contato com a lida cotidiana das famílias autoconstrutoras demonstra que para elas é quase que impossível elaborarem planos para um desenvolvimento ordenado das suas obras. A imprevisibilidade relativa ao trabalho e aos rendimentos estende-se, em maior ou menor grau, a todas as esferas de suas vidas, atingindo também a edificação da moradia, onde assume uma concretude ineludível, interferindo decisivamente nas condições de habitabilidade da casa que estão construindo.

Com relação à implantação da moradia no terreno, observou-se no Jardim Esperança duas formas básicas: construção junto às divisas e construção no centro do lote. Sem dúvida, as edificações que evoluem a partir de um núcleo inicial implantado no centro do terreno, seja ele composto de um ou mais cômodos, são as que apresentam melhores condições de ampliação; elas permitem uma ocupação do terreno que não gere problemas de circulação e possibilitam o desenvolvimento de plantas onde todos os cômodos possam ser arejados e iluminados. Isso não quer dizer no entanto que todas as moradias que assim foram iniciadas desenvolveram-se em plantas que apresentam boas condições de habitabilidade. Mesmo tendo partido de um núcleo no centro do terreno, a forma de agregação de novos cômodos, que se faz sem ter por referência um planejamento da distribuição final de compartimentos, gera em muitos casos problemas graves de circulação e iluminação. Perto de 60% das edificações do Jardim Esperança tiveram seu primeiro cômodo implantado no centro de terreno, sendo que no momento da pesquisa 45% já haviam passado ou estavam passando por alguma ampliação. As edificações que tiveram seus núcleos iniciais implantados junto às divisas, sejam laterais ou de fundos, são as que mais sérios problemas podem causar por ocasião das ampliações, e este era o caso de 40% das moradias do Jardim Esperança. Quando tais núcleos guardam um afastamento suficiente da divisa de modo a permitir que novos compartimentos sejam acrescidos aos primeiros sem obstrução de janelas, tais problemas podem ser melhor equacionados; mas nos casos em que a edificação foi feita exatamente sobre a divisa os problemas são de difícil solução, uma vez que as janelas nestes casos

têm que ser abertas para o interior do lote. Como exemplo pode-se citar o caso bastante freqüente das edificações, já com três ou quatro cômodos, que ocupam a linha dos fundos e parte das divisas laterais do terreno; nestas casas, qualquer ampliação que seja feita implica a

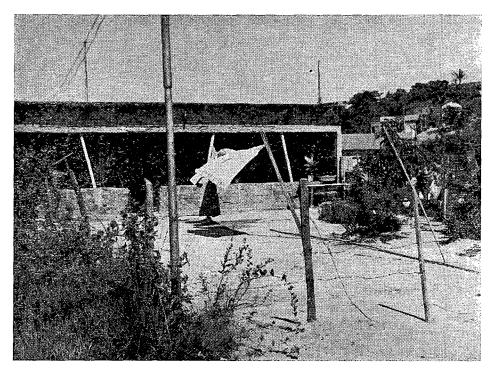


FOTO 23 — Quando a edificação ocupa toda a linha dos fundos e as divisas laterais do lote, a construção de novos cômodos fica prejudicada. A varanda dificulta a circulação, a aeração e a iluminação da casa.

obstrução de portas e janelas, além de gerar problemas de circulação. Várias famílias do Jardim Esperança que tinham edificações desse tipo procederam ampliações aumentando o número de cômodos; para algumas a solução encontrada foi deixar que os primeiros cômodos perdessem suas janelas, tornando-se escuros e pouco arejados, enquanto outras, certamente com maiores recursos no momento, criaram varandas que, unindo os novos compartimentos aos anteriores, permitiam ambientes mais arejados. De qualquer forma, os resultados finais não foram satisfatórios em termos de circulação, areação e iluminação.

Mas não é apenas a forma de implantação do(s) primeiro(s) cômodo(s) que pode causar problemas no momento das ampliações. O poço, que no geral é a primeira obra a ser feita no terreno, se foi cavado próximo ao local onde farão a edificação, também poderá criar problemas. Observou-se um caso em que o poço, que foi perfurado

quando da construção do primeiro cômodo, com as posteriores ampliações, num primeiro momento acabou ficando dentro da varanda e, num segundo momento, impediu que essa varanda fosse transformada em quarto conforme desejava a família autoconstrutora.

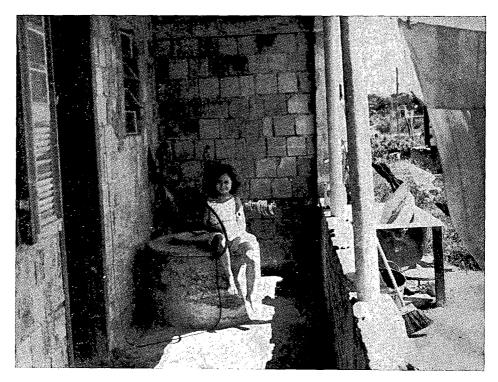


FOTO 24 — Neste caso o poço havia sido perfurado quando da construção do primeiro cómodo e, com as sucessivas ampliações da moradia, acabou localizado na varanda.

No geral, as casas do Jardim Esperança, além de apresentarem problemas de implantação e distribuição de cômodos e de serem deficientes em termos de instalações e acabamentos, possuem um número insuficiente de cômodos e uma área bastante reduzida. Isso conduz a uma superutilização do espaço interno vindo a configurar uma característica que os estudiosos do tema unanimemente atribuem às casas populares autoconstruídas: o congestionamento interno. Os poucos móveis, os pertences pessoais de seus moradores, os equipamentos e utensílios domésticos, mais algumas ferramentas e materiais de construção, na maior parte dos casos preenchem todo o espaço disponível, restando muito pouco para a circulação ou a realização de qualquer atividade que requeira um pouco mais de espaço.

Caso extremo são as moradias com apenas um cômodo, onde num espaço de 9 a $12\mathrm{m}^2$ têm que se acomodar todas as pessoas da família

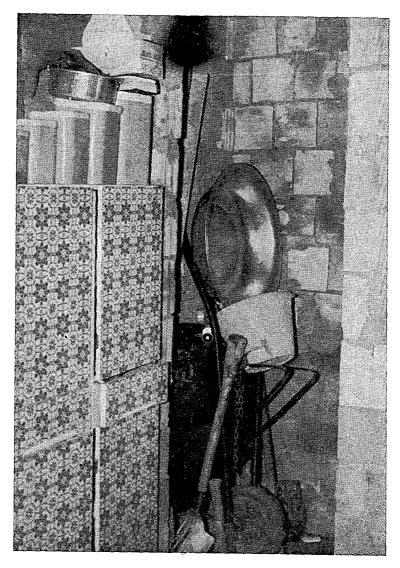


FOTO 25 — As reduzidas dimensões do espaço interno determinam a superutilização dos cômodos.

e seus pertences e onde se acumulam todas as funções que, em condições mais satisfatórias, seriam desempenhadas independentemente pela cozinha, pelos dormitórios, pela sala e pelo banheiro. O ambiente doméstico é, assim, extremamente congestionado e bastante precário em termos do conforto e da higiene que pode proporcionar. Numa tentativa de aliviar um pouco essa situação grande parte dos autoconstrutores, cuja moradia possui apenas um cômodo, fazem no quintal um quadradozinho de tábuas que mesmo sem teto, vaso sanitário ou chuveiro é utilizado como banheiro.

No pequeno espaço do único cômodo disponível são distribuídos com algum critério os poucos móveis e utensílios da família; a tentativa é sempre de deixar o fogão e os utensílios de cozinha do lado oposto ao das camas. A mediação no geral é feita por uma mesa ou armário e, concretamente, esta é a única repartição de funções possível num espaço tão exíguo.

Construir um único cômodo como solução urgente para a questão da moradia é bastante comum; no entanto, acomodar assim toda a família num único cômodo é visto como uma solução provisória, embora o tempo de duração desse "provisório" seja na realidade indeterminado e os autoconstrutores saibam disso. Eles consideram essa moradia como uma etapa da edificação de suas casas, ainda que o prosseguimento da obra não esteja previsto a curto ou médio prazo. Talvez essa atitude carregada de esperança seja uma forma de aliviar um pouco a insatisfação com as más condições de habitação que estão precisando enfrentar. A esse respeito, o depoimento de um morador do Jardim Esperança (que reside numa destas edificações com a esposa e quatro filhos crianças) é bastante expressivo:

"Então eu faço o possível pra conseguir dar uma coisa melhor a meus filhos. Aonde que eu não posso dar uma casa que é o que eles precisava, de um conforto melhor... Porque aqui é tudo amontoado um em cima do outro, não é? Que para dar conforto a meus filhos eu tinha que fazer quatro cômodos aqui, como eu pretendo fazer num sei quando, entendeu? E comprar mais camas... Porque isso aqui é só o teto pra passar a chuva, porque se saiu daí pra lá já está chovendo, porque só tem um cômodo. Mas um dia eu faço, se Deus quiser..."

Se às reduzidas dimensões do espaço interno acrescenta-se o fato de que os apertados orçamentos estimulam a utilização do terreno disponível para criação e cultivo de vegetais destinados à alimentação, não fica difícil perceber que o espaço externo contíguo à edificação assume uma importância nada desprezível no cotidiano das famílias autoconstrutoras:

Os quintais, embora não sejam de grandes dimensões, são intensivamente utilizados. Neles são plantadas frutas, verduras e legumes de mais fácil cultivo, ervas para temperos e chás, como também são criados patos, galinhas e até porquinhos da Índia. Assim, é o quintal que possibilita à família autoconstrutora melhorar um pouco sua reduzida e pouco variada dieta alimentar, comprimida ao máximo em favor dos gastos com os materiais de construção. Também ali é o local onde lavam e secam as roupas e os utensílios domésticos, ao pé do poço, onde no geral é feito um aparador rústico utilizando as sobras de madeira da laje recém batida ou então conseguida em algumas obra das redondezas. É ainda ali que guardam tijolos e outros materiais que vão comprando aos poucos visando o prosseguimento da obra, e até alguns móveis e objetos que não cabem no interior da moradia. Nos



FOTO 26 — Os quintais são intensivamente utilizados com plantações e criação de animais.

quintais são comuns as conversas entre vizinhos enquanto lavam as roupas e areiam panelas. A inexistência de locais reservados aos folguedos infantis também faz com que os quintais e as ruas se transformem nas únicas áreas disponíveis para brincadeiras das crianças. Ali elas passam quase todo seu dia brincando e correndo entre pilhas de tijolos e montes de areia e pedras.

Assim, o quintal — cujas dimensões estão sendo cada vez mais reduzidas e cuja viabilidade se torna cada vez mais remota nas regiões metropolitanas — desempenha pelo menos duas funções cruciais no cotidiano das famílias autoconstrutoras: complementa sua dieta alimentar e alivia as tensões provocadas pelo congestionamento interno que caracteriza suas moradias.

A idéia de que o espaço interno de uma moradia deve ser composto de cômodos destinados a cumprir diferentes funções transparece recorrentemente na atitude que as famílias autoconstrutoras têm em relação à sua moradia. O sentimento de que há uma necessidade de peças exclusivamente reservadas ao recolhimento e ao repouso, à higiene corporal, à preparação dos alimentos, e ao lazer e convívio social, se manifesta não só no seu discurso quando se referem à casa que estão construindo, como está presente também nas divisões que, na falta de cômodos exclusivos, procuram fazer usando móveis, biombos improvisados, e até mesmo meias paredes do material que houver disponível.

Retratar a divisão do espaço interno nas habitações populares autoconstruídas é tarefa bastante difícil. Elas permanecem por longos períodos inacabados, com uma área e um número de cômodos insuficientes para atender às necessidades da família, de modo a forçar soluções de utilização do espaço doméstico que fazem com que as denominações geralmente atribuídas aos cômodos nem sempre cheguem a expressar seu verdadeiro uso. A exigüidade de espaço força a acumulação de funções, alterando, assim, aquele padrão "sala, quartos, cozinha e banheiro", por nós conhecido.

A superposição de funções como algo inevitável nas moradias do Jardim Esperança aparece claramente quando se considera conjuntamente seu número de cômodos e moradores. Sabe-se que seriam necessários no mínimo uma sala, uma cozinha, um banheiro e um dormitório para cada duas pessoas. Os quadros 1 e 2, quando comparados, permitem a percepção das limitadas possibilidades de separação de funções daquelas moradias.

QUADRO 1

Distribuição das moradias do Jardim Esperança segundo o número de moradores

QUADRO 2

Distribuição das moradias do Jardim Esperança segundo o número de cômodos

% DE MORADIAS
100,0
12,0
39,0
22,0
16,0
11,0

NÚMERO DE CÔMODOS	% DE MORADIAS
TOTAL	100,0
1	13,0 6,0 19,0 36,0 14,0 10,0 2,0 0.0

Logo de início constata-se que 38% das moradias, por possuírem menos de quatro cômodos, apresentam superposição de funções independentemente do número de moradores. A seguir, ao comparar-se as distribuições dos quadros 1 e 2, verifica-se por exemplo que 88% das moradias possuem três ou mais moradores, sendo que apenas 26% possuem cinco ou mais cômodos, número necessário de compartimentos para garantir a independência de funções segundo critério acima explicitado.

Assim é que das moradias do Jardim Esperança 24% acumulavam em um só cômodo as funções de sala, cozinha e dormitório, 17 as de

sala e dormitório e 14% as de sala e cozinha, havendo também as que acumulavam cozinha e dormitório, banheiro e dormitório, mas estas eram combinações menos freqüentes. Para que se tenha uma idéia

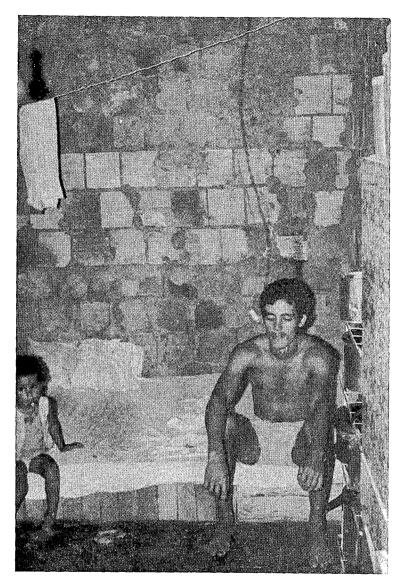


FOTO 27 — Cômodo único, acumulando as funções de sala, cozinha e dormitório.

do grau de independência de funções conseguido pelos autoconstrutores do Jardim Esperança, basta dizer que somente 44% das moradias possuíam um cômodo exclusivamente utilizado como sala, 57% possuíam cozinha como uma peça independente, 83% possuíam ao menos um cômodo sendo utilizado exclusivamente como dormitório, e 87% possuíam ao menos um cômodo sendo utilizado exclusivamente como dormitório, e 87% possuíam ao menos um cômodo sendo utilizado exclusivamente como dormitório, e 87% possuíam ao menos um cômodo sendo utilizado exclusivamente como dormitório, e 87% possuíam ao menos um cômodo sendo utilizado exclusivamente como dormitório, e 87% possuíam ao menos um cômodo sendo utilizado exclusivamente como dormitório, e 87% possuíam ao menos um cômodo sendo utilizado exclusivamente como dormitório, e 87% possuíam ao menos um cômodo sendo utilizado exclusivamente como dormitório, e 87% possuíam ao menos um cômodo sendo utilizado exclusivamente como dormitório, e 87% possuíam ao menos um cômodo sendo utilizado exclusivamente como dormitório, e 87% possuíam ao menos um cômodo sendo utilizado exclusivamente como dormitório, e 87% possuíam ao menos um cômodo sendo utilizado exclusivamente como dormitório, e 87% possuíam ao menos um cômodo sendo utilizado exclusivamente como dormitório, e 87% possuíam ao menos um cômodo sendo utilizado exclusivamente como dormitório, e 87% possuíam ao menos um cômodo sendo utilizado exclusivamente como dormitório, e 87% possuíam ao menos um cômodo sendo utilizado exclusivamente como dormitório.

suíam um compartimento sendo utilizado como banheiro. Com relação ao dormitório, é necessário lembrar que o fato da moradia ter ao menos um dormitório não quer dizer que esta função esteja sendo atendida indepedentemente de outras; pelas reduzidas dimensões dos cômodos são comuns os casos em que, mesmo havendo um dormitório na casa, ainda assim há a necessidade de membros da família dormirem na sala e até mesmo na cozinha.

A pesquisa demonstrou claramente que a repartição de espaço existente nas moradias do Jardim Esperança não corresponde aos desejos de seus moradores. Na realidade, as famílias autoconstrutoras adotam padrões de sobreposição de funções premidas pela necessidade de suprir, desta forma, uma situação em que o número de cômodos e suas áreas são insuficientes. Sendo assim, a família autoconstrutora está sempre sentindo-se pressionada pela necessidade de ampliações, e as faz sempre tendo em vista aliviar a sobreposição de funções e o congestionamento do espaço doméstico. Observando a evolução daquelas moradias, pôde-se perceber com muita nitidez que sempre que uma ampliação foi possível e o número de cômodos passou a permitir destinar cômodos independentes a uma ou outra função, isto foi feito na seguinte ordem: em primeiro lugar, garantir um cômodo independente para o banheiro; em segundo lugar para um quarto; em terceiro lugar para a cozinha; e, finalmente, para a sala. Havendo possibilidade de um número maior de cômodos, mais quartos serão reservados de modo a garantir quartos separados para o casal e para os filhos de sexo e idades diferentes.

A situação de carência de recursos financeiros que caracteriza a vida das famílias trabalhadoras de baixa renda empenhadas na autoconstrução da sua moradia em loteamentos periféricos impõe uma série de restrições que, sendo comum a todos os empreendimentos, engendram uma certa uniformidade naquelas edificações. Tais semelhanças não podem, portanto, ser tomadas como indicadores da preferência dos autoconstrutores e nem tampouco como reveladoras de suas necessidades reais. Ao construir suas casas nas condições até aqui descritas, questões de gosto, preferência, conforto e até mesmo necessidades são descartadas por outra ordem de determinações: aquelas impostas pelos seus baixos rendimentos e pelas necessidades mais imediatas do seu cotidiano.

Não caberia aqui repetir todas as características comuns que decorrem do uso de materiais e técnicas comuns e que já foram referidas atrás; o importante é reter que o fato daquelas famílias partilharem de uma situação de extrema pobreza tem determinado uma certa uniformidade nas suas condições habitacionais, e que o processo de autoconstrução determina nas periferias um modo específico de morar marcado pelo quase que permanente caráter inacabado das edificações. A seguinte expressão, utilizada por um autoconstrutor do Jardim Espe-

rança, denuncia exemplarmente este fato: "se um dia ficar pronta, aí eu vou morar. Por enquanto nós não mora, nós se esconde... é tudo amontoado aí".

4 — AS PESQUISAS IBGEANAS E AS CONDIÇÕES HABITACIONAIS

É a partir dos resultados da pesquisa que serviu de base a este trabalho, especialmente a observação e as informações colhidas em campo, que nesta seção procura-se tecer algumas considerações em torno da forma, segundo a qual os Censos e as PNAD's têm levantado algumas "características dos domicílios" e encaminhar sugestões que possibilitem o aperfeiçoamento das informações estatísticas relativas às condições habitacionais da população brasileira.

Os comentários e sugestões que aqui se fazem prendem-se a duas questões centrais: a condição de ocupação da moradia e suas reais condições de habitabilidade.

Tendo em vista que o acesso da população de baixa renda à moradia apresenta características marcadas por uma grande especificidade, com relação a primeira questão examinou-se a condição de ocupação do domicílio e do terreno e ainda a forma de aquisição do domicílio; no tocante às condições de habitabilidade, observou-se o número de cômodos do domicílio, suas funções e os serviços de infra-estrutura urbana.

A condição de ocupação é uma característica do domicílio que tem merecido contínua atenção e sido regularmente levantada pelos Censos e PNAD's. Entretanto, até 1970 aquelas pesquisas apenas permitiam uma classificação dos domicílios em três categorias gerais: "próprio", "alugado" e "cedido". A partir de 1970 é que a categoria "próprio" foi desdobrada em duas outras: "próprio já pago" e "próprio em aquisição", permitindo assim separar os domicílios "próprios" daqueles cuja propriedade está ainda sendo adquirida pela família moradora que se encontra, portanto, obrigada ao desembolso de prestações e cuja segurança de continuidade na ocupação está na dependência direta da possibilidade que tenha ela de regularmente fazer frente a esses desembolsos.

Como se vê, a forma como foi pesquisada essa característica no decorrer do tempo exibe um desdobramento que denuncia uma preocupação no sentido de obter informações mais precisas e uma aproximação maior à realidade pesquisada. Não obstante, o contato direto com a habitação popular demonstra que tal desdobramento de categorias, embora represente um avanço em relação à situação anterior a 1970, não é ainda suficiente para dar conta da complexidade das condições de ocupação nos assentamentos de baixa renda, como se demonstra a seguir.

Sabe-se que a necessidade de ocupar uma unidade habitacional e dela dispor, só poderá ser atendida mediante o preenchimento de certas condições que, diferenciadas em cada caso, definem direitos e formas de ocupação de tais unidades também diferenciados. Dentre as diferentes condições de ocupação a propriedade da moradia é reconhecidamente aquela que garante aos que a ela têm acesso os mais plenos direitos sobre a unidade habitacional ocupada, com um dispêndio mínimo de recursos, afora os já empregados em sua aquisição. Assim, as famílias residentes em casa própria estariam, de um lado, destinando à habitação apenas o mínimo necessário para cobrir taxas e impostos e, de outro, seguras em relação à continuidade da ocupação, afastadas que estariam as possibilidades de perda de direitos: despejo, expulsão e remoção, sempre presentes nas demais condições de ocupação.

Na realidade, entretanto, as diferenciadas formas de acesso à chamada casa própria definem situações de "propriedade" que podem reduzir mais ou menos os direitos reconhecidos sobre a habitação conseguida. E isso é especialmente verdade para a população de baixa renda que frente a uma série de impedimentos determinados pela sua carência quase total de recursos, possui formas peculiares de acesso à "casa própria". Tais formas, marcadas por estratégias que vão desde a invasão de terrenos, passam pela prática da autoconstrução e chegam até à produção dos materiais empregados na edificação, é que possibilitam que perto da metade dos domicílios na faixa de até 3 salários mínimos sejam declarados próprios.

Na realidade, a condição de ocupação do terreno tem se revelado o fator mais importante na determinação de tais limitações de direitos sobre a chamada casa própria, e os fatos demonstram fartamente que a única condição capaz de garantir plenos direitos sobre a moradia é a propriedade total da edificação e do terreno. No entanto, para grande parte da população de baixa renda o acesso a essa condição tem sido bastante restrito. Os dados da PNAD-77 — única pesquisa que levantou a condição de ocupação do terreno — demonstraram que nas regiões metropolitanas somente perto de 50% dos domicílios declarados próprios na faixa de até 3 salários mínimos representam propriedade da edificação e do terreno ao mesmo tempo; os demais supõem apenas a propriedade da edificação, abrangendo de fato moradias assentadas sobre terrenos ocupados, arrendados, ou cedidos, onde o risco da perda do direito de ocupação está sempre presente e se realiza com bastante freqüência.

A categoria "domicílios próprios" carece, pois, do seu sentido exato quando pesquisada apenas em função da condição de ocupação do domicílio. Para que se capte realmente as alternativas habitacionais que estão ao alcance da população de baixa renda, é necessário que seja levantada também a condição de ocupação do terreno.

Esta última característica, apesar de ter sido pesquisada no Suplemento da PNAD-77, tal como foi elaborada suscita discussões. A junção numa só categoria — "terrenos próprios" — dos terrenos totalmente pagos e daqueles ainda em aquisição, não permite uma avaliação exata das famílias que possuem a propriedade total do terreno.

É bastante recorrente na periferia a prática de compra do terreno a longo prazo, que, ao lado do processo de autoconstrução da habitação, constituem as alternativas que tornam viável àquela população o acesso à casa própria. E pela pesquisa de campo pôde-se observar que não são raros os casos de perda do terreno e das benfeitorias aí já realizadas (cercas, aberturas de poços, início da construção), devido à total impossibilidade de a família fazer frente às prestações mensais. Assim, se de um lado o "terreno em aquisição" pode significar apenas uma etapa no processo de compra da moradia, e futuramente assegurar plenos direitos sobre ela, de outro não elimina totalmente os riscos de perda da propriedade da habitação, que desaparecem quando a dívida do terreno deixa de existir.

Assim, é de extrema relevância não só que a "condição de ocupação do terreno" seja periodicamente levantada do lado da "condição de ocupação do domicílio", como também que a categoria "terrenos próprios" seja desagregada em duas outras: "terrenos totalmente pagos" e "terrenos em aquisição".

Outro ponto de grande relevância para o estudo das condições de ocupação, uma vez que permite captar as formas de acesso à propriedade da moradia, é o que a PNAD-77 em seu suplemento de habitação chamou de "forma de aquisição do domicílio". Segundo as instruções para esta pesquisa, um domicílio próprio poderia ter sido "herdado", "comprado pronto", "mandado construir", "construído pelo próprio", "comprado em construção", ou adquirido sob "outra forma". Em vista do que se pode constatar nos loteamentos periféricos algumas considerações sobre as categorias "comprado pronto" e "construído pelo próprio" se fazem necessárias.

Nos loteamentos periféricos é muito comum "passar a casa", isto é, vender a edificação e a parte já paga do terreno, repassando a dívida do lote que resta. Na realidade, nenhuma das moradias pesquisadas, e que assim tinham sido negociadas, poderia ser considerada "pronta". Não obstante, quando indagados sobre a forma de aquisição da casa, todos os que haviam adquirido casas "passadas" afirmavam tê-las comprado prontas, até mesmo aqueles que ainda estavam empenhados na execução de tarefas destinadas, senão a concluir, pelo menos a melhorar as condições da moradia adquirida inacabada. Segundo as instruções da PNAD-77 as casas adquiridas nestas condições deveriam ser classificadas como domicílio "comprado em construção", o que significa ter o morador adquirido o imóvel em qualquer fase da edificação. No entanto, a julgar pelo observado nos loteamentos periféricos, muitas moradias que foram

adquiridas e ainda permaneciam inacabadas teriam sido indevidamente declaradas como compradas prontas. Em função disso, para que possa ser evitada em pesquisas futuras essa possível distorção da informação, sugere-se um desdobramento de categorias e/ou uma pergunta de cheque que possa garantir nestes casos a exatidão da resposta quanto à forma de aquisição.

O segundo grupo de características habitacionais tomado para análise liga-se diretamente às condições materiais da moradia. Em primeiro lugar considera-se o número de cômodos e suas funções. Até 1973, as pesquisas ibgeanas definiam cômodos como qualquer espaço de um domicílio "que esteja limitado por paredes que se elevam do piso ao teto, pelo menos a uma altura de 2 metros a partir do piso e tenha uma superfície suficiente para conter uma cama para uma pessoa adulta" (conforme Manuais de Instruções). Para as pesquisas posteriores foi excluída do conceito a exigência de uma área mínima necessária para que o espaço fosse considerado um compartimento. Tendo em vista que a dimensão dos cômodos é um fator de grande relevância para avaliação das condições habitacionais, considera-se conveniente que essa característica continue sendo pesquisada. No entanto, a simples exclusão dos compartimentos de reduzidas dimensões não se apresenta como uma solução satisfatória. Poder-se-ia manter a exigência de uma área mínima para que um compartimento seja considerado um cômodo com condições favoráveis de habitabilidade, mas para uma avaliação mais correta das condições habitacionais seria necessário que, além disso, se levantasse também a existência de compartimentos com área inferior à exigida e suas funções.

No tocante às funções que cabem aos cômodos, as pesquisas ibgeanas apenas têm levantado o número de cômodos utilizados permanentemente como dormitórios e a existência ou não de instalação sanitária. Na realidade, nas moradias de baixa renda é recorrente a necessidade de sobreposição de duas ou mais funções em um só cômodo em virtude da exigüidade do espaço interno. Sem dúvida, a sobreposição de funções, pelo que representa em termos de desconforto e deterioração das condições habitacionais, constitui uma característica da maior importância para avaliação das condições habitacionais e, sendo assim, sugere-se que as pesquisas ibgeanas, além do número de cômodos, levantem também as suas funções.

No que diz respeito aos serviços e equipamentos de infra-estrutura urbana, na Seção 1 já se fez referência à carência a que estão submetidos os loteamentos periféricos e às conseqüências deste déficit sobre as condições de vida de seus moradores. Nas PNAD's e nos Censos, alguns destes serviços e equipamentos são regularmente pesquisados — como é o caso de iluminação elétrica, abastecimento d'água e escoamento sanitário — enquanto outros, cuja relevância na determinação das condições habitacionais é indiscutível, não são levantados. Dentre estes

encontra-se o serviço de coleta de lixo, que deixou de constar das duas últimas pesquisas (PNAD-79 e Censo 1980), e a pavimentação e a iluminação das ruas que nunca sequer foram levantados.

Não se teve aqui a intenção de levantar todas as questões relativas à forma ibgeana de pesquisar as características dos domicílios. A partir da consciência das dificuldades que cercam esta tarefa, o propósito foi o de considerar apenas algumas daquelas que a pesquisa de campo desvendou como relevantes para a apreensão das condições habitacionais nos chamados loteamentos periféricos. Se as questões aqui levantadas forem tomadas apenas como exemplos e servirem para demonstrar que a grande especificidade daqueles assentamentos habitacionais de baixa renda exige que se prossiga na discussão e busca de formas mais aprimoradas de coleta e sistematização dos dados relativos a eles, terse-á cumprido o intento.

5 — BIBLIOGRAFIA

- 1 AZEVEDO, Sérgio. A política habitacional para classes de baixa renda. Dissertação (mestrado) IUPERJ/FCM, 1978. mimeo.
- 2 BELOCH, Edith Maria Gama. Loteamento periférico; algumas considerações sobre essa forma de moradia proletária. Dissertação (mestrado) — COPPE/UFRJ, 1980.
- 3 BILAC, Elisabete Doria. Famílias de trabalhadores; estratégias de sobrevivência. São Paulo, Símbolo, 1978.
- 4 BLAY, Eva Alterman, org. A luta pelo espaço. Petrópolis, Vozes, 1978.
- 5 BOLAFFI, Gabriel. A casa das ilusões perdidas; aspectos sócioeconômicos do Plano Nacional de Habitação. *Cadernos CEBRAP*. São Paulo, (27), 1977.
- 6 _____. Habitação e urbanismo; o problema e o falso problema. In: MARICATO, E., org. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo, Alfa Omega, 1979. p. 37-70.
- 7 BRANDÃO, Maria de Azevedo. Origens da expansão periférica de Salvador. *Planejamento*, 6(2):155-72, abr./jun. 1978.
- 8 CAMARGO, Cândido P. Ferreira. São Paulo 1975; crescimento e pobreza. 5. ed. São Paulo, Loyola, 1976.
- 9 CAVALCANTI, Verônica Robalinho. Loteamentos proletários e autoconstrução; um estudo de caso (Rio de Janeiro). Dissertação (mestrado) — COPPE/UFRJ, 1980.

- 10 CHINELLI, Filippina. Os loteamentos de periferia. In: VALLA-DARES, L., org. Habitação em questão. Rio de Janeiro, Zahar, 1980, p. 49-68.
- 11 CONSTRUÇÃO de moradias na periferia de São Paulo; aspectos sócio-econômicos e institucionais. São Paulo, Secretaria Estadual de Economia, Planejamento e Avaliação, 1979.
- 12 COSTA, Marta Bebiano. Loteamentos na periferia do Rio de Janeiro; um espaço de luta. Dissertação (mestrado) — COPPE/ UFRJ, 1979.
- 13 CONDIÇÕES de vida da população de baixa renda da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IBGE/DEISO, 1977.
- 14 ENGELS, F. Contribuição ao problema da habitação. In: ————; MARX, K. Textos II. São Paulo, Edições Sociais, 1976. p. 39-116.
- 15 ESTUDO para a definição dos serviços de interesse comum na Região Metropolitana do Grande Rio. Rio de Janeiro. IPEA/ IBAM, 1975.
- 16 FERRO, Sérgio. A casa popular arquitetura nova. São Paulo, FAU/USP, 1979.
- 17 _____. A forma de arquitetura e o desenho da mercadoria. mimeo.
- 18 GUIMARAENS, Dinah; CAVALCANTI, Lauro. Arquitetura kitschsuburbana e rural. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1979.
- 19 HOGGART, Richard. As utilizações da cultura. Lisboa, Presença, 1973.
- 20 JACOBI, Pedro. Autoconstrução e outras alternativas; reflexões sobre tendências recentes na Cidade de São Paulo. Comunicação apresentada na 30.ª Reunião Anual da SBPC, São Paulo, julho 1978.
- 21 LEGISLAÇÃO sobre uso do solo em regiões metropolitanas e casos típicos de áreas urbanas no Brasil. Rio de Janeiro, IBAM/CPU/ENGECONSULT, 1974. 11 v.
- 22 LEMOS, Carlos. Cozinhas, etc. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- 23 Pesquisas sobre habitação popular 1964/1965. São Paulo, FAU/USP.
- 24 LIMA, Maria Helena Beozzo. Em busca da casa própria; autoconstrução na periferia do RJ. In: VALLADARES, L., org. Habitação em questão. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. p. 69-92.

- 25 LOPES, José Sérgio Leite; SILVA, Luis Antônio Machado. Introdução. In: ————; et alli. Mudança social no Nordeste; a reprodução da subordinação. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 9-40.
- 26 MACEDO, Carmen Cinira. A reprodução da desigualdade. São Paulo, Hucitec, 1979.
- 27 MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura do possível. In: ———, org. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo, Alfa Omega, 1979. p. 71-94.
- 28 ______. A proletarização do espaço sob a grande indústria; o caso de São Bernardo do Campo na Região da Grande São Paulo. Dissertação (mestrado) FAU/USP, 1977.
- 29 MARTINS, Gilda Campos Impellizieri de S. Contribuição ao estudo da estrutura interna da Area Metropolitana do Rio de Janeiro; o caso de Xerém (Duque de Caxias). Boletim Carioca de Geografia, Rio de Janeiro, 23, 1972.
- 30 MOISÉS, José Alvaro. Contradições urbanas, estado e movimentos sociais. In: *Revista de Cultura e Política*. São Paulo, CEDEC, ano I, n.º 1, 1979.
- 31 OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Seleções CEBRAP* n.º 1, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1975.
- 32 OLIVEIRA, Jane Souto de. *A reposição do suor*. Tese (mestrado) Museu Nacional/UFRJ, 1980.
- 33 ROLNIK, Raquel; BONDUKI, Nabil G. Periferia da Grande São Paulo; reprodução do espaço como expediente de reprodução da força-de-trabalho. In: MARICATO, Ermínia, org. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo, Alfa Omega, 1979. p. 117-54.
- 34 ——. Periferias ocupações do espaço e reprodução da força-de-trabalho. São Paulo FAU/USP, 1979.
- 35 SAMPAIO, Maria Ruth; LEMOS, Carlos. Habitação popular paulistana autoconstruída. São Paulo, FAU/USP, 1978.
- 36 — . *Metropolização*; estudo da habitação popular paulistana. Tese (doutorado) — FAU/USP, 1972.
- 37 SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: VALLADARES, L., org. *Habitação em questão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. p. 17-48.

- 38 BRONSTEIN, Olga. *Rio de Janeiro*: urbanização e metaurbanização. Trabalho apresentado ao seminário sobre Uso e Apropriação do Solo Urbano, promoção IBAM/BNH, Rio de Janeiro, 1977. mimeo.
- 39 SILVA, Luis Antônio Machado. *Trabalhadores urbanos*; notas sobre a jornada de trabalho e "formas de produzir" não capitalistas. Trabalho apresentado à 30.ª Reunião da SBPC, São Paulo, julho 1978. mimeo.
- 40 VALLADARES, Lícia do Prado. Passa-se uma casa. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- 41 VETTER, David Michael. Problemas conceituais e operacionais na avaliação da "adequação" das condições residenciais através de indicadores elaborados com dados dos Censos e das PNAD's. Rio de Janeiro, IBGE/DEISO, 1981. Versão preliminar, mimeo.

RESUMO

A constituição das periferias, como principais áreas residenciais da população de baixa renda, vem sendo recorrentemente apontada como um problema cuja solução demanda um conhecimento detalhado da forma como vem se processando a ocupação dessa parte do solo metropolitano. O estudo dos loteamentos periféricos, da autoconstrução e da população nela empenhada foi o objetivo do projeto, que deu origem a este trabalho, que visa propiciar o conhecimento desta forma específica de ocupação da periferia e, com isso, fornecer subsídios para o planejamento da ocupação do solo metropolitano e da habitação popular. Pesquisou-se os loteamentos periféricos e a autoconstrução como uma experiência habitacional específica, que aponta para uma possibilidade de acesso à casa própria fora dos domínios do SFH e dos programas do BNH, e analisou-se essa alternativa habitacional de modo a apreender suas implicações econômicas e sociais.

A análise baseou-se fundamentalmente em dados de pesquisa de campo realizada em alguns loteamentos da Baixada Fluminense, uma das principais áreas de expansão periférica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Através de formulários e entrevistas breves realizados em todas as residências, efetuou-se o levantamento dos dados mais gerais. A observação contínua em loteamentos periféricos e as entrevistas em profundidade com autoconstrutores selecionados propiciaram as informações mais detalhadas e ricas sobre as suas condições de existência e o processo de aquisição dos lotes e de autoconstrução da moradia. Para efeito da análise da maneira segundo a qual algumas características habitacionais são tratadas pelas principais pesquisas ibgeanas, utilizou-se os Censos Demográficos de 1940 a 1980 e as PNAD's de 68 a 79, examinando-se as definições que constam dos Manuais de Instrução para coleta de dados e das publicações oficiais.

O trabalho demonstra que os loteamentos periféricos e a autoconstrução estão inseridos de um lado na lógica de ocupação do espaço metropolitano e, de outro, na lógica de subsistência dos setores de baixa renda. Descreve e analisa detalhadamente o processo de autoconstrução, levantando questões acerca do seu sentido sociológico. A apresentação dos seus resultados finais cobre quatro temas principais, aí analisados profunda e minuciosamente: a) as alternativas habitacionais para a população de baixa renda e a opção pela aquisição de um lote periférico e a autoconstrução da moradia; b) o processo de produção da habitação autoconstruída, as estratégias para a provisão dos recursos necessários e suas implicações sobre as condições de vida das famílias envolvidas neste processo; c) a arquitetura da habitação popular autoconstruída: material empregado, técnica utilizada e sua forma final; d) as formas utilizadas pelas pesquisas ibgeanas para levantar as condições habitacionais e algumas sugestões no sentido de uma maior aproximação com a realidade habitacional observada entre as camadas populares.